

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VINICIUS NOGUEIRA TORRESAN

OCUPA OU DESOCUPA: A DISPUTA DE ENQUADRAMENTOS
ENTRE SECUNDARISTAS E MBL EM TORNO DA REFORMA DO
ENSINO MÉDIO NO FACEBOOK



CURITIBA

2019

VINICIUS NOGUEIRA TORRESAN

OCUPA OU DESOCUPA: A DISPUTA DE ENQUADRAMENTOS
ENTRE SECUNDARISTAS E MBL EM TORNO DA REFORMA DO
ENSINO MÉDIO NO FACEBOOK

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Comunicação na linha Comunicação e Política do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Kelly Cristina de Souza Prudencio

CURITIBA

2019

Catálogo na publicação
Sistema de Bibliotecas UFPR
Biblioteca de Artes, Comunicação e Design/Cabral
(Elaborado por: Sheila Barreto (CRB 9-1242))

Torresan, Vinicius Nogueira

Ocupa ou desocupa: a disputa de enquadramentos entre secundaristas e MBL em torno da Reforma do Ensino Médio no Facebook./ Vinicius Nogueira Torresan. – Curitiba, 2019.
145 f. : il. color.

Orientadora: Profa. Dra. Kelly Cristina de Souza Prudencio.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná.

1.Comunicação. 2. Redes Sociais. 3. Movimento Brasil Livre I.Título.

CDD 302.2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SETOR DE ARTES COMUNICACAO E DESIGN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO -
40001016071P8

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em COMUNICAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **VINICIUS NOGUEIRA TORRESAN** intitulada: **OCUPA OU DESOCUPA: A DISPUTA DE ENQUADRAMENTO ENTRE SECUNDARISTAS E MBL EM TORNO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO FACEBOOK**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 25 de Abril de 2019.

KELLY CRISTINA DE SOUZA PRUDENCIO
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

CLAUDIO LUIS DE CAMARGO PENTEADO
Avaliador Externo (UFABC)

RAFAEL CARDOSO SAMPAIO
Avaliador Interno (UFPR)

*Aos meus pais, Renata e João Marcio, e
aos estudantes que lutam por um outro futuro.*

AGRADECIMENTOS

Não foram anos fáceis. Vimos o ódio se alastrar incontrolavelmente, testando nossa capacidade de resistir e emergir na luta pela democracia. Testando nossa sanidade. Aos poucos, foi ficando cada vez mais custoso defender o óbvio. Direitos que há pouco tempo pareciam tão nossos, tão justos, tão básicos, hoje precisam ser defendidos com unhas e dentes. Outros precisarão ser reconquistados. Em meio às discontinuidades, cá estamos, tateando caminhos possíveis para um novo recomeço.

As lágrimas roladas e as noites mal dormidas virarão passado graças ao suor de quem, incansavelmente, luta para construir um futuro em que caibam apenas o respeito e a dignidade. Da minha parte, estou certo de que é ao lado dessas pessoas que caminhei e continuarei seguindo.

Agradeço primeiramente aos meus pais, Renata e João Marcio, minhas maiores referências em humildade, solidariedade e perseverança. Não sou nada sem vocês.

Aos estudantes secundaristas do Brasil por mostrarem que silenciar não é uma opção. A resistência de vocês serve de inspiração para todos nós.

Às professoras e professores que se doam à construção desse país e que resistem à falta de reconhecimento, ao ódio e à censura cotidianamente.

Às professoras e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da UFPR por me ajudarem a escrever mais um capítulo de minha trajetória acadêmica.

Às e aos colegas de mestrado por compartilharem comigo os desafios da pesquisa e pela convivência nesses dois anos.

Aos amigos-irmãos que o PPGCOM me deu: Karina Pizzini, Dédallo Neves e Leila Braga. Obrigado pelos abraços, pelos desabafos, pelas conquistas. Essa caminhada não teria sido a mesma sem vocês.

À Lara Senger e à Jessica Stori pelo companheirismo diário nesses últimos dois anos, pelas conversas, pelas risadas e pelo acolhimento em momentos de indecisão e tristeza.

À Maiara Orlandini por todos os momentos em que sua voz me confortou e sua trajetória me inspirou. Sou muito grato por tê-la em minha vida.

À Priscila Fenelon pelas incontáveis e intermináveis conversas sobre nossas dúvidas e incertezas. Dividir o aluguel e, de certa forma, a vida com você é um privilégio.

Ao Tiago Morales Calve, cujo apoio foi imprescindível nos passos dessa caminhada. Obrigado por me ajudar a chegar até aqui.

Ao Grupo de Pesquisa em Comunicação e Participação Política (COMPA) pela possibilidade de aprender e me aprofundar no mundo da ciência ao lado de pessoas tão admiráveis.

À minha orientadora, Kelly Prudencio, por ter me acompanhado nos meus primeiros passos pelo mundo da pesquisa. Sua dedicação à Ciência e sua luta pela universidade pública são tão louváveis quanto necessárias.

Obrigado.

Eu acredito é na rapaziada
Que segue em frente
E segura o rojão
Eu ponho fé no pé da moçada
Que não foge da fera
E enfrenta o leão

Eu vou à luta com essa juventude
Que não corre da raia
À troco de nada
Eu vou no bloco
Dessa mocidade
Que não tá na saudade
E constrói a manhã desejada

(Gonzaguinha, 1980, “E Vamos à Luta”)

RESUMO

As mídias sociais se tornaram centrais para as estratégias de comunicação e de visibilidade de movimentos sociais e grupos de interesse. Ativistas e atores políticos se valem dos ambientes digitais para disputarem a atenção pública para suas pautas e demandas. Essa conformação contribui para que as *timelines* sejam espaços privilegiados para o estudo de confrontos políticos contemporâneos, principalmente os que se dão entre grupos. Considerando isso, esta pesquisa pretende analisar como se deu a disputa de enquadramentos (*frame contest*) entre os estudantes secundaristas e o Movimento Brasil Livre (MBL) em torno da Reforma do Ensino Médio no Facebook. Além de ter sido marcado pela ocupação de mais de 800 escolas no Paraná, o debate sobre o projeto foi potencializado por um ativismo político polarizado nas mídias sociais. Para mapear o confronto, são utilizados conceitos da Teoria da Mobilização Política (MP) sobre o surgimento e o desenvolvimento da ação coletiva em questão, além de ser realizada uma contextualização sobre as transformações na lógica do ativismo digital contemporâneo. O avanço do conservadorismo e a crise da democracia no Brasil também são abordados de modo a oferecer um panorama sobre o cenário em que se dá o confronto em torno da Reforma do Ensino Médio. O *corpus*, composto por 632 publicações de cinco páginas administradas pelos estudantes secundaristas e por 108 postagens feitas na página do MBL, refere-se ao período das ocupações estudantis do Paraná. Espera-se que, com os resultados, a pesquisa contribua para uma maior compreensão das dinâmicas dos confrontos políticos contemporâneos, especialmente dos que podem resultar em retrocessos democráticos.

Palavras-chave: Ativismo digital; Enquadramento; Movimento Brasil Livre; Reforma do ensino médio

ABSTRACT

Social media are central to the communication and visibility strategies of social movements. Activists and political actors consider the digital environment as a contestant of public attention to their agenda and demands. This configuration contributes to the timelines being privileged spaces for the study of contemporary political confrontations, especially those between groups. For this, this research intends to analyze how it gave a frame contest between the secondary students and the Movimento Brasil Livre (MBL) around the High School Reform on Facebook. Besides being marked by the occupation of more than 800 schools in Paraná, the debate about the project was potentiated by polarized political activism in social media. To map or confront, we use concepts from the Political Mobilization Theory (MP) about the development of the collective action and perform a contextualization about how transformations in the logic of contemporary digital activism. The advancement of conservatism and the crisis of democracy in Brazil are also approached to provide an overview of the scenario in which it confronts the high school reform. The corpus, composed of 632 five-page publications run by secondary students and 108 posts made on the MBL page, refers to the period of student occupations of Paraná. We hope that, with the results, the research can contribute to a greater understanding of the dynamics of contemporary political confrontations, especially those that can result in democratic setbacks.

Key Words: Digital Activism; Framing; Movimento Brasil Livre; High school reform

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 TEORIA DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA COMO INSTRUMENTO PARA MAPEAR O CONFRONTO POLÍTICO	22
1.1 Mapeando o surgimento da mobilização dos secundaristas: por que no Paraná? Por que em 2016?	25
1.2 Oportunidades e restrições políticas do movimento secundarista paranaense	28
1.3 O repertório da ação coletiva do movimento secundarista paranaense	30
1.4 Estruturas de mobilização do movimento secundarista	38
2 ATIVISMO DIGITAL ENTRE O COLETIVO E O CONECTIVO	41
2.1 Pós-2011: o que aprendemos com a “Facebook Revolution”?	41
2.2 A lógica da ação conectiva: a política do eu nas <i>timelines</i>	43
3 NOVOS ATORES NA POLÍTICA E NA REDE: O AVANÇO DO CONSERVADORISMO E O SURGIMENTO DO MBL	47
3.1 Crises e conservadorismo: um cenário global	48
3.2 O conservadorismo no Brasil: o MBL nas ruas e nas redes	51
4 ANÁLISE DO ENQUARAMENTO INTERPRETATIVO: MOVIMENTOS SOCIAIS COMO VEÍCULOS DE SENTIDOS	59
4.1 De Goffman à teoria da ação coletiva: o conceito de enquadramento	60
4.2 Quadros da ação coletiva e <i>frame alignment</i> : do consenso à ação	62
4.3 As batalhas em torno do significado	66
5 A POLÍTICA DA OCUPAÇÃO VS A ANTIPOLÍTICA DA DESOCUPAÇÃO	70
5.1 Seleção das páginas e coleta de dados	70
5.2 Etapas da análise	72
5.3 Categorias	73
5.4 Análise	76
5.4.1 Análise descritiva da página da UBES	76
5.4.2 Análise interpretativa da página da UBES	84
5.4.3 Análise descritiva da página De Estudante Para Estudante	85
5.4.4 Análise interpretativa da página De Estudante Para Estudante	98
5.4.5 Análise descritiva da página Ocupa Lysímaco	101
5.4.6 Análise interpretativa da página Ocupa Lysímaco	107

5.4.7 Análise descritiva da página Ocupa Pedro Macedo.....	108
5.4.8 Análise interpretativa da página Ocupa Pedro Macedo.....	115
5.4.9 Análise descritiva da página OCUPA CEP.....	116
5.4.10 Análise interpretativa da página OCUPA CEP.....	124
5.4.11 Análise descritiva da página do MBL.....	126
5.4.12 Análise interpretativa da página do MBL.....	133
5.5 Análise da disputa de enquadramentos.....	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS.....	144

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- NÚMERO DE PUBLICAÇÕES NAS PÁGINAS ANALISADAS	59
TABELA 2 – ALINHAMENTO DE QUADROS DA PÁGINA DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTE.....	80
TABELA 3 – TEMÁTICAS PUBLICADAS PELA PÁGINA OCUPA CEP.....	100
TABELA 4 – ALINHAMENTOS E QUADROS DA PÁGINA OCUPA CEP.....	105
TABELA 4 – TEMÁTICAS PUBLICADAS PELA PÁGINA DO MBL.....	110
TABELA 5 – ALINHAMENTO E QUADROS DA PÁGINA DO MBL.....	115
TABELA 6 – ENQUADRAMENTOS PRODUZIDOS PELAS PÁGINAS.....	116

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ASSEMBLEIA ESTADUAL DAS ESCOLAS OCUPADAS.....	23
FIGURA 2 – ESTUDANTES OCUPAM COLÉGIO FERNÃO DIAS EM SÃO PAULO EM 2015.....	24
FIGURA 3 – SECUNDARISTAS OCUPAM O COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ EM 2016.....	25
FIGURA 4 – ESTUDANTES PARANAENSES EM PASSEATA DURANTE OCUPAÇÕES ESTUDANTIS.....	26
FIGURA 5 – PUBLICAÇÃO DA PÁGINA DA UBES EM APOIO ÀS ESCOLAS.....	62
FIGURA 6 – PUBLICAÇÃO DA PÁGINA DA UBES CONTRÁRIA AO ESCOLA SEM PARTIDO.....	64
FIGURA 7 – PUBLICAÇÃO DA UBES COM ORIENTAÇÕES AOS ESTUDANTES.....	66
FIGURA 8 – PUBLICAÇÃO DA UBES SOBRE O ENEM.....	67
FIGURA 9 – PUBLICAÇÃO MAIS COMPARTILHADA DA PÁGINA DA UBES.....	69
FIGURA 10 – SEGUNDA PUBLICAÇÃO MAIS CURTIDA DA UBES.....	70
FIGURA 11 – PRIMEIRA PUBLICAÇÃO DA PÁGINA DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTES.....	72
FIGURA 12 – PUBLICAÇÃO DA CATEGORIA OUTRAS OCUPAÇÕES.....	74
FIGURA 13 – PUBLICAÇÃO DA PÁGINA DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTE NA CATEGORIA COTIDIANO DA OCUPAÇÃO.....	75
FIGURA 14 – EXEMPLO DE APOIO PUBLICADO NA PÁGINA DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTE.....	76
FIGURA 15 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE DO COLÉGIO PADRE ARNALDO JANSEN.....	77
FIGURA 16 – PUBLICAÇÃO DA PÁGINA DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTE NA CATEGORIA CUIDADO.....	78
FIGURA 17 – MENÇÃO DA PÁGINA DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTE AO MOVIMENTO BRASIL LIVRE.....	80
FIGURA 18 – VÍDEO PUBLICADO PELA PÁGINA DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTE.....	81
FIGURA 19 – PUBLICAÇÃO DA PÁGINA DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTE SOBRE IDEOLOGIA.....	82
FIGURA 21 – BRIDGING NA PÁGINA DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTE.....	85

FIGURA 22 – PUBLICAÇÃO DA CATEGORIA COTIDIANO NA PÁGINA OCUPA LYSIMACO.....	88
FIGURA 23 – PUBLICAÇÃO DA OCUPA LYSIMACO MENCIONANDO MBL.....	90
FIGURA 24 – PUBLICAÇÃO MAIS COMPARTILHADA NA PÁGINA OCUPA LYSIMACO.....	91
FIGURA 25 – BRIDGIND NA PÁGINA OCUPA LYSIMACO.....	92
FIGURA 26 – PUBLICAÇÃO DA OCUPA PEDRO MACEDO SOBRE DESOCUPAÇÃO.....	95
FIGURA 27 - PUBLICAÇÃO DA OCUPA PEDRO MACEDO SOBRE DESOCUPAÇÃO.....	95
FIGURA 28 - PUBLICAÇÃO DA OCUPA PEDRO MACEDO SOBRE DESOCUPAÇÃO.....	96
FIGURA 29 – OCUPA PEDRO MACEDO COMEMORA MANUTENÇÃO DA OCUPAÇÃO.....	98
FIGURA 30 – OCUPA PEDRO MACEDO SE POSICIONA PEC DO TETO DE GASTOS.....	99
FIGURA 31 – PUBLICAÇÃO MAIS CURTIDA DA OCUPA PEDRO MACEDO.....	102
FIGURA 32 – PRIMEIRA PUBLICAÇÃO DA PÁGINA OCUPA CEP.....	103
FIGURA 33 – ORIENTAÇÕES JURÍDICAS DA OCUPA CEP.....	104
FIGURA 34 – OCUPA CEP MENCIONA MBL.....	105
FIGURA 35 – TERCEIRA PUBLICAÇÃO MAIS COMPARTILHADA DA PÁGINA OCUPA CEP.....	108
FIGURA 36 – SEGUNDA PUBLICAÇÃO MAIS COMPARTILHADA DA OCUPA CEP.....	109
FIGURA 37 – PUBLICAÇÃO MAIS COMPARTILHADA DA PÁGINA OCUPA CEP.....	110
FIGURA 38 – PRIMEIRAS PUBLICAÇÕES DO MBL.....	113
FIGURA 39 – PUBLICAÇÃO DO MBL SOBRE MORTE DO ESTUDANTE.....	115
FIGURA 40 – PUBLICAÇÃO MAIS COMPARTILHADA DA PÁGINA DO MBL.....	117
FIGURA 41 – FOTO MAIS COMPARTILHADA DA PÁGINA DO MBL.....	119

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – TEMÁTICAS PUBLICADAS NA PÁGINA DA UBES.....	66
GRÁFICO 2 – FORMATO DAS PUBLICAÇÕES NA PÁGINA DA UBES.....	71
GRÁFICO 3 – INTERAÇÕES NA PÁGINA DA UBES.....	71
GRÁFICO 4 – QUADROS DA AÇÃO COLETIVA DA UBES.....	74
GRÁFICO 5 – TEMÁTICAS NA PÁGINA DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTE.....	76
GRÁFICO 6 – FORMATO DAS PUBLICAÇÕES DA PÁGINA DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTE.....	85
GRÁFICO 7 – INTERAÇÕES NA PÁGINA DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTE..	86
GRÁFICO 8 – QUADROS DA AÇÃO COLETIVA DA PÁGINA DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTE.....	88
GRÁFICO 10 – FORMATO DE PUBLICAÇÃO DA PÁGINA OCULA LYSIMACO....	92
GRÁFICO 11 – INTERAÇÕES NA PÁGINA OCUPA LYSIMACO.....	93
GRÁFICO 11 – TEMÁTICAS NA PÁGINA OCUPA PEDRO MACEDO.....	96
GRÁFICO 12 – FORMATO DAS PUBLICAÇÕES NA PÁGINA OCUPA PEDRO MACEDO.....	101
GRÁFICO 13 – INTERAÇÕES NA PÁGINA OCUPA PEDRO MACEDO.....	102
GRÁFICO 14 – INTERAÇÕES NA PÁGINA OCUPA CEP.....	108
GRÁFICO 15 – INTERAÇÕES NOS VÍDEOS DA PÁGINA DO MBL.....	117
GRÁFICO 16 – INTERAÇÕES NAS FOTOS DA PÁGINA DO MBL.....	119

INTRODUÇÃO

Os Sites de Redes Sociais (SRS) tornaram-se peça-chave na discussão sobre a comunicação política e o ativismo digital. A internet baseada no compartilhamento e a popularização de *notebooks* e *smartphones* multiplicaram os canais de comunicação por meio dos quais os movimentos sociais podem difundir suas interpretações sobre os assuntos públicos, conquistar a atenção dos *media* e angariar apoiadores. Essa nova conformação é resultado de transformações importantes no ecossistema midiático, antes marcado pela relevância quase onipotente dos meios de comunicação de massa.

A profusão de pesquisas sobre o uso dos SRS para a mobilização política teve início mais especificamente depois do grande ciclo de protestos que tomou o mundo de 2011 em diante. Trata-se de ações como *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, da Primavera Árabe no Oriente Médio e do movimento Indignados, na Espanha. O uso das ferramentas para a convocação para manifestações e para a difusão de informações foi densamente investigado por pesquisadores do campo da Comunicação.

O Brasil não ficou fora da rota dos protestos de grande magnitude nesse período. As manifestações de Junho de 2013, que reuniram milhões de pessoas nas ruas do país, foi um movimento tão inesperado quanto difuso. Inicialmente focada na resistência ao aumento no preço das passagens de ônibus da cidade de São Paulo, a ação incorporou paulatinamente reivindicações sem objetivos definidos, mas que orbitavam em torno da qualidade dos serviços públicos e da corrupção. Na ocasião, o uso das SRS foi considerado central para explicar os protestos.

Assim como nas outras ações coletivas pós-2011, as manifestações no Brasil se mostraram menos centralizadas em grupos institucionalizados, sem exigências de filiações ideológicas claras ou identidades coletivas e com alto grau de personalização dos quadros. A essa dinâmica, Bennet e Segerberg (2012) intitularam lógica da ação conectiva, em contraponto à lógica da ação coletiva, que, entre outros aspectos, exige forte institucionalização e uma filiação ideológica prévia.

Nesse contexto de personalização e de processos sociais individualizantes, novos atores coletivos orientados por ideologias ultraliberais e direitistas ganharam – ou retomaram – proeminência e influência políticas. O caso do Movimento Brasil Livre (MBL), grupo político criado durante as manifestações de Junho, é

emblemático. Com um discurso inicialmente apartidário, o grupo evoluiu de uma aparição tímida em 2013 a um protagonismo midiático digital nos anos subsequentes, especialmente durante o processo que culminou na deposição da ex-presidente Dilma Rousseff. Com grande alcance nos SRS e flagrante profissionalização de sua atuação online, o MBL ganhou voz e vez e conta com mais de 3,3 milhões de seguidores em sua página no Facebook¹.

O surgimento do MBL como ator político se insere em um contexto de fortalecimento das “novas direitas” e da extrema-direita no Brasil. O episódio mais recente dessa “onda conservadora” é a chegada de Jair Bolsonaro (PSL) à Presidência da República em 2018. Os elementos que compõem as crises política e econômica enfrentadas pelo país desde 2014 são cruciais para a compreensão desse fenômeno.

Tendo cumprido com o objetivo de contribuir consideravelmente para o impeachment de Dilma Rousseff em agosto de 2016, o MBL encabeçou, poucos dias depois, uma nova empreitada: fazer o contraponto às centenas de ocupações de escolas no estado do Paraná. A ação coletiva do movimento secundarista paranaense, deflagrada em 3 de outubro daquele ano e que resultou em mais de 800 colégios ocupados, tinha o objetivo de barrar a Medida Provisória (MP) 746/2016, mais conhecida como Reforma do Ensino Médio, que previa, entre outras coisas, a flexibilização do currículo escolar com foco em uma formação tecnicista e a supressão de disciplinas de cunho humanista.

Durante a ação, o movimento secundarista e o MBL travaram uma batalha interpretativa em torno do projeto e das ocupações. Além de protagonizarem o movimento Desocupa Paraná, o MBL atuou nas redes sociais para deslegitimar a ação dos estudantes e inserir novos significados à sua ação. Os secundaristas, por sua vez, também se valeram das *timelines* para conquistar adeptos e ecoar o que eles consideravam ser uma injustiça.

Partindo do pressuposto de que a mobilização política é um processo essencialmente comunicacional e dependente da negociação de sentidos sobre uma determinada situação, o problema dessa pesquisa é compreender como se deu a disputa de enquadramentos interpretativos sobre a Reforma do Ensino Médio e as

¹ Último aceso em 28/03/2019

ocupações as escolas do Paraná entre o movimento secundarista e o Movimento Brasil Livre (MBL) no Facebook.

Com a investigação, pretende-se aprofundar a compreensão das dinâmicas e lógicas dos usos que os movimentos sociais e atores coletivos fazem das mídias digitais para se colocarem publicamente, conquistar adeptos às suas interpretações sobre o mundo e exercerem pressão política. Pesquisas dessa natureza já abordaram a maneira como movimentos progressistas e ideologicamente alinhados à esquerda utilizam a internet para fins de mobilização. Todavia, o uso estratégico das redes por parte de atores coletivos ligados ao ultraliberalismo econômico e ao conservadorismo moral ainda carece de investigação, ainda mais em momentos de abalos democráticos e crises políticas.

Para responder ao problema, a pesquisa se debruça sobre a Teoria da Mobilização Política (Tarrow, 2009; McAdam, McCarthy, Zald, 1996). Seus autores consideram que o surgimento e o desenvolvimento de um movimento social envolvem três aspectos principais interdependentes: as oportunidades e restrições políticas de um determinado grupo, a estrutura de mobilização que ele domina ou à qual tem acesso e o processo de enquadramento interpretativo que ele desenvolve.

As oportunidades políticas se abrem quando há alguma brecha para iniciar um confronto, como por exemplo “quando se abre um acesso institucional, quando surgem divisões nas elites, quando os aliados se tornam disponíveis e quando declina a capacidade de repressão do Estado” (TARROW, 2009, p. 99). As estruturas de mobilização se referem aos suportes materiais ou não, formais ou não que auxiliam na mobilização e nas ações coletivas (McAdam, McCarthy e Zald, 1996). Já os processos de enquadramentos são os responsáveis pelo alinhamento de quadros interpretativos, uma estratégia para promover o entendimento comum sobre alguma situação.’

Em uma sociedade hiperconectada, o domínio das técnicas e das estratégias de comunicação por parte dos movimentos sociais e grupos de interesse ganha ainda mais relevância. As disputas políticas contemporâneas são marcadas por um processo ágil de negociação de sentidos, marcado também pela interatividade inédita proporcionada pelas *timelines*. Nesse sentido, a análise da disputa interpretativa entre grupos sobre um determinado aspecto da realidade contribui para a compreensão dos processos políticos contemporâneos.

Para avançar nesse entendimento, a pesquisa utiliza como procedimento metodológico a análise de alinhamento de quadros e dos quadros de ação coletiva (Snow *et al.*, 1986; Benford e Snow, 2000) para, inicialmente, identificar como os movimentos enquadraram estrategicamente a situação.

Para mobilizar esses significados compartilhados, os ativistas mobilizam seus “quadros da ação coletiva” (*collective action frames*), um conjunto de crenças empregado para estimular aliados e possíveis apoiadores à ação (BENFORD e SNOW, 2000). Eles são divididos entre três categorias: o quadro de diagnóstico, que apontam o problema e os culpados por ele; o quadro de prognóstico, que condensa as soluções cabíveis para resolver o problema; e o quadro motivacional, uma convocação para a ação.

Além disso, os ativistas realizam um alinhamento de quadros interpretativos (SNOW *et al.*, 1986), que pode ser feito por meio de quatro processos distintos: *frame bridging*, *frame bridging*, *frame amplification*, *frame extension*; *frame transformation*.

Frame bridging é o trabalho de conectar as demandas do grupo a assuntos mais amplos, criando vínculos com outros movimentos e setores sociais. O *frame amplification* reforça um quadro interpretativo sobre a situação, geralmente para aqueles que já se posicionaram sobre a situação. *Frame extension* é o alargamento estratégico de um quadro interpretativo para englobar interesses defendidos por aliados em potencial. O *frame transformation* resulta no surgimento de um novo quadro, que irá nortear a interpretação da situação com base em outros significados.

Esse processo de enquadramento, contudo, não se dá maneira linear, e sim de forma difusa e reflexiva. Ao enquadrar uma determinada situação como injusta, determinado movimento social adentra uma disputa de significados da qual participam contra-movimentos, autoridades do Estado e os meios de comunicação de massa. O movimento não consegue impor sua visão de mundo a terceiros, pois o significado da ação está sempre em disputa. A análise desse processo, designado como disputa de enquadramentos (Snow, Benford, 2000; McAdam, McCarthy, Zald, 1996), é crucial para compreender a construção de significados em torno de uma ação. À luz desse marco teórico e metodológico, objetiva-se avaliar como se deu a construção reflexiva desses quadros, que ocorre em meio a uma disputa com vários atores e arenas discursivas que se influenciam entre si.

Para tanto, além da *fanpage* do MBL, serão analisadas as publicações de cinco páginas ligadas ao movimento estudantil: a da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), a *fanpage* De Estudante para Estudante (administrada pelos alunos do primeiro colégio ocupado no Paraná) e pelas páginas das três escolas mais relevantes da ação coletiva: Pedro Macedo, Lysímaco Ferreira e Colégio Estadual do Paraná. As últimas três escolas citadas foram escolhidas como alvos do MBL em suas investidas pela desocupação. Ao todo, foram analisadas 740 publicações.

O período de análise compreende o dia de início da primeira ocupação no estado (realizada em 3 de outubro de 2016 na Colégio Padre Arnaldo Jansen, na cidade de São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba) e a data em que ocorreu uma das últimas e mais importantes desocupações: a do Colégio Estadual do Paraná, o maior do estado. Os estudantes cessaram o movimento em 7 de novembro de 2016.

Sendo assim, este trabalho está organizado em cinco capítulos. O primeiro analisa a atuação do movimento secundarista do Paraná à luz dos principais conceitos da Teoria da Mobilização Política. No segundo, apresentamos a discussão sobre as dinâmicas das ações coletivas contemporâneas e das especificidades do ativismo digital na Web 2.0. O terceiro capítulo aborda a “onda conservadora” em seus aspectos nacionais e internacionais, relacionando-os com a crise econômica do neoliberalismo e a crise política no Brasil a partir de 2014. O quarto capítulo realiza uma revisão da Teoria do Enquadramento Interpretativo e a relevância da disputa de enquadramentos realizada por atores políticos em um confronto político para realizar a análise do corpus da pesquisa. No quinto capítulo, analisamos a disputa de enquadramentos sobre a Reforma do Ensino Médio entre os secundaristas paranaenses e o Movimento Brasil Livre no Facebook.

Pôde-se perceber que não houve um debate aprofundado sobre o teor da Reforma do Ensino Médio e, conseqüentemente, sobre o projeto de educação colocado para o Brasil. Enquanto os secundaristas empreenderam um uso mais protocolar do Facebook, com foco em questões estruturais que se sobrepuseram ao debate sobre o teor da Reforma do Ensino Médio, o MBL se valeu de seu grande poder comunicativo para ocupar esse espaço vago e alavancar significados alinhados à estratégia política do grupo, como o antipetismo e a “ideologização” da educação.

1 TEORIA DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA COMO INSTRUMENTO PARA MAPEAR O CONFRONTO POLÍTICO

Neste capítulo, o confronto político em torno da Reforma do Ensino Médio no Brasil será analisado à luz da teoria da Mobilização Política (MP), corrente norte-americana dos estudos sobre movimentos sociais. A corrente é fruto de um redesenho da teoria de Mobilização de Recursos (MR), que emergiu durante a década de 1960 em um contexto de crescente efervescência política marcada, entre outros aspectos, pela profissionalização dos movimentos sociais. Para os principais teóricos da primeira fase da MR (McCARTHY, ZALD, 1973, 1977; OLSON, 1965), os movimentos sociais devem ser abordados como grupos de interesses cuja efetividade tende a ser diretamente proporcional aos níveis de competitividade, organização e recursos (econômicos, humanos, estruturais e de comunicação) que dominam. Os grupos mobilizados, então, “são vistos como organizações e analisados sob a ótica da burocracia de uma instituição. As ferramentas básicas utilizadas na abordagem advêm de categorias econômicas” (GOHN, 1997, p. 50). Alheia à análise aprofundada sobre os contextos político e social e distante de aspectos centrais para a formação de um movimento social, como valores, cultura e identidade, a MR passa a ser contestada pela MP, que, por sua vez, destaca a primazia do contexto político para o surgimento das ações coletivas e resgata elementos da Teoria da Ação Social – do paradigma clássico norte-americano –, como os descontentamentos e os protestos.

Sem abandonar a análise das estruturas preconizada pela MR, os autores da MP reintroduzem o olhar sobre a cultura e a conjuntura política e social para compreender de forma mais ampla e profunda como confrontos políticos surgem e se desenvolvem. Para tanto, os pesquisadores propõem a análise combinada de três fatores interdependentes: as oportunidades e restrições políticas que possibilitam uma ação coletiva, as estruturas de mobilização de que o grupo dispõe e os processos de enquadramento que os ativistas operam para disseminar os significados e sentidos sobre o aspecto social em questão.

Para Tarrow (2009, p. 18), um confronto político se dá “quando pessoas comuns, sempre aliadas a cidadãos mais influentes, juntam forças para fazer frente às elites, autoridades e opositores”. Nem todo confronto político, contudo, diz respeito à ação desenvolvida por um movimento social, definido como “sequências

de confronto político baseadas em redes sociais de apoio e em vigorosos esquemas de ação coletiva e que, além disso, desenvolvem a capacidade de manter provocações sustentadas com opositores poderosos” (p. 18).

Para McAdam, Tarrow e Tilly (2009, p. 12), o conceito de confronto político é mais adequado para designar as disputas e embates desencadeados entre grupos mobilizados e contra-movimentos, autoridades e o Estado porque cada um dos termos “movimentos sociais”, “revoluções” e “ação coletiva” está intimamente identificado com uma subárea específica que é apenas uma parte do domínio acadêmico sobre a mobilização política.

Em contraposição à MR, mais focada em quesitos organizacionais e em resultados práticos de uma determinada ação coletiva, a MP se interessa em abordar as circunstâncias em que as pessoas se aglutinam em confrontos políticos. Nesse esforço de análise, Tarrow (2009, p.99), considera as oportunidades e restrições políticas como os fatores mais preponderantes para o surgimento e o desenvolvimento de um confronto político. Nas palavras do autor, “o confronto é muito mais relacionado a oportunidades de ação coletiva – e limitados por restrições a ela – do que por fatores sociais e econômicos persistentes experimentados pelas pessoas”. Ao mesmo tempo em que se atém às dimensões culturais dos movimentos sociais – como veremos adiante com o conceito de quadros da ação coletiva e alinhamento de quadros (Snow e Benford, 2000) – a MP confere relevância especial às mudanças das estruturas institucionais e nas relações de poder informal de um dado sistema político nacional (McADAM, McCARTHY e ZALD, 1996), dimensão fundamental para a análise do contexto sócio-político-cultural em que se deu o confronto político em tela, qual seja, a disputa em torno da Reforma do Ensino Médio.

Para Tarrow (2009, p.105), oportunidades políticas são “dimensões consistentes – mas não necessariamente formais ou permanentes – do ambiente político que fornecem incentivos para a ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas quanto ao sucesso ou fracasso”. Tal dimensão, no entanto, não basta para que um grupo consiga sustentar um confronto político. As estruturas de mobilização de que ela dispõe e os processos estratégicos de enquadramento cumprem papel fundamental para a ação coletiva. Em outras palavras, mesmo que uma lacuna se mostre disponível, ela só será de fato uma oportunidade política se

assim for definida por um grupo estruturado que consiga sustentar um entendimento comum sobre a situação.

McAdam, McCarthy e Zald (1996) sublinham essa dinâmica ressaltando a interdependência das três dimensões e as mudanças no papel das estruturas de oportunidades políticas no decorrer de um confronto. Passada a fase emergente do confronto,

o conjunto mais amplo de oportunidades e restrições ambientais não é mais independente das ações dos grupos de movimento. A estrutura das oportunidades políticas é agora mais um produto da interação do movimento com o meio ambiente do que um simples reflexo de mudanças ocorridas em outros lugares (McADAM, McCARTHY e ZALD, 1996, p.13. Tradução Nossa)

As oportunidades e restrições diminuem os custos da ação coletiva se os movimentos souberem enquadrá-las, mas não bastam para sustentar o confronto. Nesse sentido, a análise das estruturas de mobilização do grupo é fundamental para a compreensão da dinâmica e da força da ação coletiva. Trata-se de suportes materiais ou não, formais ou não, que auxiliam na mobilização e nas ações coletivas (McADAM, McCARTHY, ZALD, 1996). O olhar sobre as estruturas de mobilização pressupõe uma reflexão sobre as dinâmicas organizacionais da ação coletiva: se apresenta hierarquia formal, forma coalizões com outras organizações e tem estruturas conectivas eficazes ligando o centro à periferia, os líderes aos seguidores (TARROW, 2009). Este último ponto é especialmente importante para a pesquisa em tela, já que o ativismo digital de movimentos sociais nas Redes Sociais Digitais (RSD) pode ser analisado como elemento importante das estruturas conectivas de que os grupos dispõem em um confronto. Na visão de Maia (2008, p. 277), a internet “reduz os custos da participação política e permite envolver diferentes parceiros de interlocução”, inaugurando “um potencial de interação inédito” que, de acordo com a MP, só será aproveitado se os atores envolvidos empreenderem um trabalho de enquadramento da ação coletiva (SNOW et al. 1986; SNOW & BENFORD, 2000).

O conceito de enquadramento deriva de vários campos científicos, como a Psicologia e a Linguística, mas foi Erving Goffman que o introduziu na Sociologia. Os autores da MP revisitam o trabalho de Goffman (1974) para compreender os processos de alinhamento de quadros e enquadramentos da ação coletiva (SNOW, BENFORD, 2000) operados pelos movimentos sociais na tentativa de imprimir significados e interpretações sobre um determinado aspecto da realidade ou

situação social. Os conceitos da teoria do enquadramento interpretativo serão trabalhados de forma mais aprofundada no decorrer do trabalho. Por ora, nesta breve apresentação da MP, vale ressaltar que a análise do enquadramento é um instrumento valioso para os estudos da comunicação política, pois, como diz Tarrow (2009, p. 141) “se o significado é construído a partir da interação social e política entre apoiadores e opositores, precisamos perguntar como o 'texto' das mensagens do movimento se relaciona ao contexto dos interesses e conflitos em jogo”.

1.1 Mapeando o surgimento da mobilização dos secundaristas: por que no Paraná? Por que em 2016?

A presente pesquisa objetiva analisar o confronto político e a disputa de enquadramentos em torno da Medida Provisória (MP) 746/2016, mais conhecida como Reforma do Ensino Médio, apresentada pelo governo de Michel Temer no dia 22 de setembro de 2016, logo depois da consumação do golpe jurídico-parlamentar-midiático que culminou com a deposição da ex-presidente Dilma Rousseff no dia 31 de agosto do mesmo ano. A proposta integra um processo tumultuado de ajustes e reformas que o sistema político protagonizou com o objetivo de aprofundar o ajuste fiscal no país sem, contudo, criar canais satisfatoriamente abertos à participação popular. Na mesma época, tramitava no Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241 – aprovada e transformada em Emenda Constitucional (EC) 95/2016 –, que congelou investimentos públicos em todos os gastos primários do governo por duas décadas. Com relação à Reforma do Ensino Médio, projeto em torno do qual não havia consenso algum, o governo federal se eximiu de criar diálogos consistentes com as entidades estudantis, especialistas críticos às mudanças e a sociedade. A própria apresentação do projeto em forma de Medida Provisória indica o intuito de aprová-lo de forma acelerada. É nesse cenário que os estudantes secundaristas e, especialmente, o movimento secundarista paranaense dá início à mobilização política contrária ao projeto.

Antes de nos aprofundarmos na análise da mobilização política em torno da Reforma, faz-se necessário ressaltar que abordaremos o movimento secundarista à luz do conceito de movimentos sociais de Tarrow (2009). Para o autor (p. 18), eles são “sequências de confronto político baseadas em redes sociais de apoio e em vigorosos esquemas de ação coletiva e que, além disso, desenvolvem a capacidade

de manter provocações sustentadas contra opositores poderosos”. Esse apontamento é fundamental para evitar que o particular e esporádico seja tomado como todo, ou seja, para evitar que as ocupações das escolas, aqui tratadas como repertório de ação coletiva (TARROW, 2009), sejam equivocadamente compreendidas como o movimento social em si.

Em grande parte do mundo, o movimento de estudantes cumpriu e cumpre um importante papel político em lutas por direitos e em mobilizações contra retrocessos políticos, sociais e culturais. No Brasil, o movimento secundarista – e estudantil como um todo – conta com uma hierarquia institucional, organizada por meio de Grêmios Estudantis, por entidades representativas dos estudantes – como a União Paranaense dos Estudantes (UPE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) – e por uma ampla rede de coletivos independentes. Mesmo tendo apresentado um aspecto relativamente autônomo e horizontal, ressaltado por uma parcela dos estudantes para criticar a ação de suas próprias entidades representativas, as ocupações escolares estão dentro do escopo desenhado, entre outros fatores, pela institucionalização do movimento secundarista como um movimento social que promove ações sustentadas contra opositores, no caso os governos e o Estado e, mais recentemente, adversários como o MBL.

Para cumprir com um dos requisitos da MP, qual seja, o de apresentar os fatores e as circunstâncias políticas de um confronto, convém apresentar de modo mais amplo o cenário político em que se dá a luta paranaense contra a Reforma do Ensino Médio. Sendo assim, elencaremos os eventos e aspectos históricos e políticos que contribuíram para o surgimento de uma ação coletiva tão expressiva no estado durante o debate em torno do projeto.

Primeiramente, convém destacar que a história dos movimentos sociais ligados à educação do Paraná, especialmente a APP-Sindicato, que representa os professores estaduais – a maior categoria de trabalhadores do estado –, é marcada por confrontos políticos de relativa magnitude, evidenciados na forma de eventos em que a repressão policial do Executivo estadual promoveu violência e grandes ondas de comoção social. No dia 30 de agosto de 1988, o então governador Álvaro Dias, à época filiado ao PMDB, ordenou a repressão violenta a uma manifestação dos professores da rede estadual que estavam em campanha salarial. Bombas de efeito moral, *spray* de pimenta, cães e até a cavalaria da Polícia Militar foram utilizadas para dispersar o protesto realizado em frente ao Palácio do Iguaçu, sede do governo

do estado. Como saldo, 10 professores ficaram feridos e outros cinco foram presos. Do episódio em diante, a APP-Sindicato passou a empreender a construção de uma memória coletiva em torno da manifestação, que é lembrada anualmente em passeatas de grande magnitude e chegou a dar nome ao jornal periódico da entidade: a publicação *30 de agosto*.

Quase 27 anos depois, um novo episódio violento atingiria o movimento dos trabalhadores da educação: o fatídico massacre do 29 de abril de 2015. Diversas categorias do funcionalismo público estadual estavam em greve com o objetivo de barrar mudanças no regime de previdência estadual, a ParanáPrevidência, além de outras medidas de ajuste fiscal aglutinadas em um “pacotão” – conjunto de projetos – encaminhado pelo então governador Beto Richa (PSDB) para a apreciação da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). No dia 29 de abril, cerca de 30 mil manifestantes se reuniram na Praça Nossa Senhora de Salete, onde ficam o Palácio Iguaçu (sede do governo estadual) e o prédio da Assembleia Legislativa do Paraná, para acompanhar a votação dos deputados e pressioná-los para que rejeitassem as medidas de ajuste fiscal. Uma densa rede social foi convocada para a manifestação, incluindo outras centrais sindicais e entidades representativas do movimento estudantil. Cerca de 2,5 mil policiais foram mobilizados para reprimir o protesto em uma ação que resultou em um confronto de cerca de duas horas e em 215 pessoas feridas, uma das repressões mais violentas do Brasil pós-redemocratização. O episódio, conhecido como o “Massacre do Centro Cívico”, teve grande repercussão na imprensa nacional e internacional. Em partes, a comoção em torno da repressão pode ser creditada, novamente, à ação da APP-Sindicato, cujo trabalho de comunicação e mobilização política reforça o enquadramento de injustiça do episódio.

Além do cenário mais amplo da mobilização em torno da educação no Paraná, seria improdutivo, para os objetivos do mapeamento do confronto político em questão, deixar de mencionar dois episódios políticos fundamentais para a análise do surgimento da ação coletiva dos estudantes secundaristas no Paraná: a onda de ocupações de escolas protagonizada pelos estudantes secundaristas paulistas contra a “reorganização escolar” proposta por Geraldo Alckmin no final de 2015 e o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Este último tópico, no entanto, será analisado em maior profundidade no capítulo 3, que aborda a ascensão do Movimento Brasil Livre (MBL) no cenário político brasileiro.

Em 28 de outubro de 2015, o então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), anunciou a lista de escolas estaduais que seriam fechadas por uma iniciativa batizada de “reorganização escolar”. Poucos dias depois do comunicado, em 9 de novembro, era realizada a primeira ocupação de escolas no estado. Mais de 200 colégios foram ocupados pelos estudantes secundaristas durante 40 dias como forma de pressão contra o fechamento das unidades escolares. Como repertórios da ação coletiva (TARROW, 2009), os secundaristas de São Paulo empregaram, além das ocupações, passeatas, fechamento de avenidas e campanhas nas mídias sociais. O movimento secundarista saiu vitorioso do confronto político em questão, já que conseguiu barrar a reorganização escolar no estado e, além disso, contribuiu para a demissão do então secretário de educação do estado, Herman Voowald e para a queda da popularidade do governador Geraldo Alckmin, que atingiu o menor índice desde 2001, quando assumiu o governo do estado pela primeira vez.²

Diante dessa contextualização, os episódios de repressão aos professores, transformados em símbolos de resistência da educação no estado do Paraná, a relativa eficácia política do repertório de ação coletiva (TARROW, 2009) utilizado pelos estudantes secundaristas de São Paulo (ocupação das escolas) e a efervescência política do processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff podem ser considerados elementos importantes no cenário de eclosão da mobilização estudantil no Paraná contra a Reforma do Ensino Médio. É possível identificá-los em Tarrow (2009), quando o autor aborda o processo de engajamento das pessoas em um confronto político:

Quando suas lutas giram em torno de grandes divisões na sociedade, quando reúnem pessoas em volta de símbolos culturais herdados ou quando podem ampliar ou construir densas redes sociais ou estruturas conectivas, então esses episódios de confronto resultam em interações sustentadas com opositores (TARROW, 2009, p. 38)

1.2 Oportunidades e restrições políticas do movimento secundarista paranaense

² Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/12/popularidade-de-alckmin-cai-e-vai-28-aponta-datafolha.html> . Acesso em 27 de setembro de 2018

As oportunidades políticas são as principais catalisadoras do engajamento das pessoas em uma ação coletiva. Mais que o descontentamento individual e a privação de direitos, são elas que desvendam a possibilidade de agir coletivamente. Não se deseja, com isso, dizer que as oportunidades produzem movimentos ou ações coletivas por si só. Como salienta Tarrow (2009, p. 99), "para isso, o processo exige que os desafiantes empreguem repertórios de confronto conhecidos, enquadrem suas mensagens de forma dinâmica e tenham acesso ou construam estruturas de mobilização unificadoras". A relação reflexiva entre essas três dimensões, no entanto, não retira a primazia do contexto político e institucional na possibilidade de surgimento de ações coletivas.

O movimento secundarista do Paraná identifica, na proposição de uma reforma profunda nas bases curriculares do ensino médio no Brasil, uma oportunidade política para agir de forma contenciosa contra o Estado e pressioná-lo pela revogação do projeto. Nesse ponto, certa cautela se faz necessária porque, de acordo com os autores da MP, o conceito de oportunidade política tem sido usado de forma irrefletida e difusa. Para garantir maior precisão em sua aplicação, McAdam (1996, p. 27) lista quatro dimensões que ele considera estarem abarcadas pelo conceito: a abertura ou o fechamento do sistema político institucional; a estabilidade ou a instabilidade do amplo conjunto de elites que geralmente sustentam a política; a presença ou a ausência de aliados da elite; e a capacidade ou propensão do Estado à repressão.

Argumentamos que a oportunidade política disponível ao movimento secundarista paranaense para deflagrar a ação coletiva contrária à Reforma se aproxima das duas primeiras dimensões listadas pelo autor, mais precisamente a) o fechamento do sistema político institucional, dada a ausência de mecanismos efetivos de participação social na elaboração dos projetos de grande impacto na sociedade, no caso a Reforma do Ensino Médio e b) a instabilidade entre as elites, uma vez que o processo político que levou à deposição da ex-presidente Dilma Rousseff descortinou uma profunda cisão política no país. A primeira dimensão pode ser descrita como uma restrição política, já que se trata do recrudescimento do Estado frente às demandas e à participação populares. Para Tarrow (2009, p. 99), quando esse constrangimento "se combina com a percepção do alto custo da inação, as oportunidades produzem episódios de confronto político".

O domínio do Estado sobre os cidadãos e as decisões políticas é um aspecto fundamental para compreender as características dos confrontos políticos (TARROW, 2009). Graus diferentes de centralização do Estado suscitam movimentos sociais e ações coletivas distintas. Além disso, a natureza da oportunidade política influencia as estratégias adotadas pelos grupos para se colocarem publicamente e disputarem com menos disparidade o poder de decisão. Trata-se do repertório de ação coletiva (TARROW, 2009), que será abordado no próximo tópico.

1.3 O repertório da ação coletiva do movimento secundarista paranaense

Segundo Tarrow (2009), a combinação circunstancial entre oportunidades e restrições políticas desencadeia um confronto político que, devido às suas próprias características, sugere aos atores mobilizados quais “repertórios de confronto” são apropriados para se atingir o objetivo almejado. A primeira definição do conceito de repertório da ação coletiva é de Tilly (1992): trata-se de um “conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha” (TILLY, 1992, apud TARROW, 2009, p. 51). Já para McAdam, Tarrow e Tilly (2009, p. 24), repertórios de ação coletiva são como “números limitados de desempenhos alternativos historicamente estabelecidos ligando reivindicadoras a objetos de reivindicação”. Trata-se das ferramentas e táticas de que os movimentos dispõem para adentar o confronto político com a performance mais precisa possível e mobilizar adeptos de forma eficaz. A indispensabilidade dessas rotinas para os movimentos sociais reside no fato de que, para que o grupo obtenha êxito, o confronto político deve ser socialmente comunicado.

Nas sociedades modernas, o repertório de confronto é diferente do que se observava até o final do século XVII, quando as táticas eram mais particularizadas e estreitas. Em sociedades feudais, as estratégias utilizadas em revoltas e motins atinham-se às especificidades do cotidiano, prevalecendo o particularismo e a ação direta (TARROW, 2009). Motins, revoltas e saques tornavam o confronto “violento e direto, breve, específico e provinciano” (p. 58). A expansão das estradas, a criação da imprensa e o surgimento do associativismo contribuíram com centralidade para

que os repertórios de ação coletiva se tornassem modulares, ou seja, reproduzíveis em várias regiões e em diferentes circunstâncias.

Ainda de acordo com Tarrow (2009, p. 39), “os movimentos sociais são repositórios de conhecimento de rotinas particulares numa história da sociedade, o que os ajuda a superar a carência de recursos e de comunicação que é típica entre os pobres e desorganizados”. A desvantagem dos grupos mobilizados frente ao sistema político os leva a empregar táticas que aumentem sua notoriedade pública – manifestações públicas, passeatas, campanhas, reuniões públicas – e seu poder de barganha – greves e ocupações de terras e edifícios.

A discussão, no entanto, não deve ficar restrita a essa natureza de ações, já que os repertórios de ação coletiva se referem “não apenas ao que as pessoas fazem quando estão engajadas num conflito com outros, mas o que elas sabem sobre como fazer e o que os outros esperam que façam” (TARROW, 2009, p. 51). Nesse sentido, os repertórios podem ser pensados como produtos culturais oriundos de conjuntos de tradição de agência coletiva que “não se originam de abstrações filosóficas ou como resultado da propaganda política; eles emergem da luta” (TILLY, 1995, p. 26 apud TATAGIBA, PATERNIANI, TRINDADE, 2012).

A incorporação de novos repertórios de ação coletiva no rol de estratégias disponíveis a movimentos sociais é gradual e lenta, já que, de acordo com Tarrow (2009), elas precisam ser devidamente assimiladas pelos grupos em seu grau de aplicabilidade e efetividade. O avanço das tecnologias da informação e comunicação e o surgimento da Web 2.0, baseada nas *timelines* e no compartilhamento – elementos centrais do ambiente comunicacional das sociedades contemporâneas – são elementos recentes cujas lógicas de funcionamento são fundamentais para os movimentos sociais na contemporaneidade.

Os repertórios de ação coletiva acionados pelo movimento secundarista do Paraná na ação coletiva contrária à Reforma do Ensino Médio podem ser englobados em três táticas principais:

- Ocupação de escolas estaduais
- Protestos de rua
- Ativismo digital por meio de páginas e eventos no Facebook

O primeiro repertório é, sem dúvidas, o mais difundido: o movimento secundarista contabilizou 850 escolas ocupadas em todo o estado, de um total de 2.150 unidades.³ A ação não se restringiu aos grandes centros urbanos do estado, tendo se alastrado por cidades de médio e pequeno porte. Pelo menos dois elementos contribuem com a análise sobre o que pode ter levado o movimento secundarista paranaense a optar por esse repertório.

FIGURA 1 – ASSEMBLEIA ESTADUAL DAS ESCOLAS OCUPADAS



Fonte: Brasil de Fato, 2016 ⁴

Em primeiro lugar, como já abordamos brevemente no item anterior, o repertório de ocupações de escolas havia sido utilizado em grande escala menos de um ano antes, durante a mobilização dos estudantes secundaristas de São Paulo contra a “reorganização escolar” de Geraldo Alckmin. Naquele estado, o funcionamento de mais de 200 escolas foi obstruído pelos estudantes para barrar o projeto que previa o fechamento de mais de 100 unidades. Com ampla cobertura midiática, apoio de partidos políticos, outros movimentos sociais, políticos e da classe artística, o movimento empreendeu um confronto político que, no final, resultou no cancelamento da reorganização escolar. Isso vai ao encontro do que

³ Disponível em: <https://paranaportal.uol.com.br/cidades/greve-e-ocupacoes-afetam-quase-mil-escolas-no-parana/> Acesso em 27 de setembro de 2018

⁴ Foto disponível na matéria do Brasil de Fato: <https://www.brasildefato.com.br/2016/10/26/estudantes-do-parana-decidem-em-assembleia-que-ocupacoes-continuam/>

McAdam, Tarrow e Tilly (2009, p. 24) dizem sobre essas estratégias: “Os repertórios não são simplesmente uma propriedade dos atores do movimento; são uma expressão da interação histórica e atual entre eles e seus opositores”.

FIGURA 2 – ESTUDANTES OCUPAM COLÉGIO FERNÃO DIAS EM SÃO PAULO EM 2015



Fonte: UOL Notícias⁵

Para Tarrow (2009), um dos elementos que potencializam a formação de um confronto político é a reunião de pessoas em torno de símbolos culturais comuns, compartilhados. Além disso, o autor (2009, p. 155) considera que “construir um movimento em torno de fortes laços de identidade coletiva, seja ela herdada ou construída, poupa muito o trabalho que normalmente seria da organização”. Na ação coletiva promovida pelos secundaristas, é possível notar essa familiaridade com o repertório utilizado pelos estudantes paulistas. Em alguma medida, no Paraná, os estudantes foram inspirados pelo repertório utilizado pelos seus vizinhos.

⁵ Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2015/11/10/alunos-decidem-manter-ocupacao-da-escola-estadual-fernao-dias-em-sao-paulo.htm> Acesso em 28 de setembro de 2018

FIGURA 3 – SECUNDARISTAS OCUPAM O COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ EM 2016



Fonte: Terra⁶

Um segundo elemento reside no fato de que a Reforma do Ensino Médio foi proposta por meio de uma Medida Provisória, uma norma com força de lei apresentada pelo Presidente da República em situações de relevância e urgência. Uma das diferenças entre uma medida provisória e um projeto de lei é que a primeira perde a validade se não for apreciada e aprovada pelo Congresso Nacional em no máximo quatro meses depois de ser apresentada pelo chefe do Executivo. Esse regime específico de tramitação, que acelera o processo de decisão e enfraquece a discussão pública sobre o assunto, aliado ao fechamento do governo de Michel Temer à participação da sociedade civil sobre a Reforma do Ensino Médio, certamente contribuíram para que os estudantes optassem por um repertório mais disruptivo.

McAdam, Tarrow e Tilly (2009) afirmam que a

eficácia instrumental de um repertório deriva basicamente de sua novidade, de sua habilidade de, temporariamente, pegar desprevenidos oponentes ou autoridades e de criar exemplos de desordem pública que são custosos aos interesses estabelecidos. (McADAM, TARROW, TILLY, 2009, p. 25)

⁶ Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/pr-justica-cumpre-reintegracao-de-posse-em-escolas-ocupadas,6e90546501472cccce3702ea5a5244cfc7semytb.html> Acesso em 29 de setembro de 2018

O repertório de ocupação de prédios públicos, aqui especialmente das escolas, se enquadra nos itens levantados pelos autores, pois interrompe uma determinada “ordem pública” e eleva o debate sobre o movimento a um patamar que dificilmente seria atingido sem essa estratégia. Ao analisar as formas mais disruptivas de ação coletiva, Tarrow (2009) elenca possíveis dificuldades que os movimentos podem enfrentar ao escolhê-las. Para o autor, existem três tipos básicos de repertório de confronto: a violência, a ruptura e a convenção. As ocupações das escolas são aqui consideradas uma forma de ruptura, uma ação de quebra de rotina com o objetivo de aumentar o poder de barganha do movimento. No entanto, o autor alerta que

sustentar uma ruptura depende de um alto nível de compromisso, de manter as autoridades em desequilíbrio e de resistir à atração tanto da violência quanto da convencionalização. Em todas as três maneiras as formas de confronto podem ser poderosas, mas instáveis (TARROW, 2009, p. 130)

Em menor escala, os protestos de rua e os “trancos” no trânsito também foram repertórios utilizados pelos secundaristas do Paraná, principalmente de Curitiba. Eles provavelmente são uma das formas mais tradicionais que grupos utilizam para ganhar visibilidade da sociedade e da mídia tradicional. Trata-se de um repertório modular (TARROW, 2009), apropriado historicamente por grupos que lutam por objetivos diversos e em ocasiões variadas.

FIGURA 4 – ESTUDANTES PARANAENSES EM PASSEATA DURANTE OCUPAÇÕES ESTUDANTIS



Fonte: G1⁷

Nas redes sociais digitais, os estudantes organizaram uma rede de *fanpages* para se comunicar com possíveis aliados. Nesta pesquisa, analisaremos cinco páginas administradas pelos secundaristas para este fim. Nas campanhas, são comuns as ações por meio de *hashtags* para se comunicar com apoiadores e colocar publicamente suas demandas. As páginas também foram utilizadas para criar uma rede de solidariedade em torno das ocupações. Por meio das publicações, os estudantes abordavam a necessidade de doações de alimentos, colchões e outros itens essenciais para o movimento. Entre os repertórios mais utilizados estão as *hashtags* #OcupaParana, #OcuparEResistir, #OcupaTudo e #ForaComAREforma. Para Prudencio (2014), as *hashtags* funcionam como símbolos utilizados pelos movimentos para espalhar seus quadros de mobilização.

⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/apos-nova-reuniao-alunos-decidem-manter-ocupacao-no-colegio-estadual.html> Acesso em 29 de setembro de 2018

FIGURA 5 – POST DA PÁGINA EE – DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTE



Fonte: Facebook⁸

Os formatos das publicações variaram entre fotos da rotina das ocupações, matérias da imprensa sobre o movimento, orientações jurídicas em casos de violência policial, vídeos das atividades culturais realizadas nas escolas, memes e transmissões ao vivo. Esse último formato foi especialmente utilizado pelos estudantes durante as manifestações de rua e, na página OCUPA CEP, as *lives* foram priorizadas depois da entrada do Movimento Brasil Livre (MBL) no confronto político em meados de outubro.

A identificação dos repertórios de ação coletiva do movimento secundarista do Paraná nos permitiu identificar algumas características do movimento. De forma geral, os estudantes reproduziram táticas historicamente utilizadas pelo movimento estudantil, como a ocupação de prédios públicos e as passeatas. Também foi

8

Disponível em: <https://goo.gl/6keu37>

possível identificar a criação de uma rede de páginas no Facebook e de *hashtags* que condensam os quadros do movimento. Já a escolha por um repertório disruptivo – ocupação das escolas – pode ser explicada pelos símbolos herdados do movimento secundarista de São Paulo e pela natureza institucional da Reforma do Ensino Médio, proposta por meio de uma medida provisória de tramitação excepcional e urgente.

1.4 Estruturas de mobilização do movimento secundarista

Um confronto político efetivo é aquele em que o movimento aproveita uma determinada oportunidade política para acionar suas estruturas de mobilização e promover processos de enquadramentos interpretativos que lhe são favoráveis (TARROW, 2009). Nesse sentido, analisar a trajetória do movimento secundarista e, em especial, a ação em torno da Reforma do Ensino Médio, demanda um olhar, ainda que breve, sobre os pilares formais e informais que dão sustentação a esse ator coletivo.

McAdam, McCarthy e Zald (1996, p. 3) definem as estruturas de mobilização como “veículos coletivos, informais e formais, através dos quais as pessoas se mobilizam e se envolvem em ações coletivas”. Os autores ressaltam que a relevância desses elementos para a compreensão dos movimentos sociais deriva, em partes, da atenção conferida pela teoria da Mobilização de Recursos (MR) aos níveis organizacionais que dão sustentação a um movimento social ou ação coletiva. Embora movimentos sociais não sejam sinônimo de organizações formais, desconsiderar o papel da formalização e da institucionalização em uma ação coletiva não é recomendável a pesquisadores que desejam compreender um confronto político.

Para Tarrow (2009, p. 159), o grande desafio nesse ponto é conseguir explicar a diversidade do papel das organizações no surgimento e no desenvolvimento de uma ação coletiva. O autor lista três modelos distintos no quesito de institucionalização e formalização: a organização hierárquica formal, uma organização mais contingente voltada para ações coletivas contrárias a opositores, que pode ser fruto de coalizões amplas; e aquelas baseadas em estruturas conectivas que ligam o centro do movimento às suas periferias, que permitem a “sobrevivência” do movimento quando falta uma organização formal.

Ainda que a pesquisa em tela não objetive compreender em profundidade essas estruturas, já que tem foco na disputa de enquadramentos interpretativos em torno da Reforma do Ensino Médio, convém registrar em breves linhas as entidades formais, as coalizões organizacionais e os elementos informais que deram sustentação às ocupações estudantis no Paraná.

Em termos de formalização, o movimento secundarista do Paraná conta com entidades responsáveis por representar politicamente as demandas dos estudantes e proteger seus direitos. Nacionalmente, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) é a detentora dessa tarefa. Em âmbito estadual, a União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES) é a entidade responsável. A ação coletiva, no entanto, não pode ser resumida à atuação dessas entidades. Quando do início das ocupações, uma ampla gama de atores institucionais foi acionada com o objetivo de amparar a mobilização política dos estudantes. Sindicatos, partidos políticos, Conselho Tutelar, Defensoria Pública do Paraná, coletivos de advogados populares, parlamentares progressistas, coletivos artísticos e grupos de comunicação independentes participaram ativamente da ação coletiva, oferecendo suporte material, financeiro, jurídico e comunicacional aos estudantes.

Os laços informais de solidariedade despertados pelo movimento secundarista durante as ocupações também compõem o conjunto de estruturas de mobilização que propiciaram a ação coletiva. Os estudantes contaram com a ajuda de pessoas que residiam nas proximidades dos colégios, de pais e de familiares. Tarrow (2009) ressalta a importância dos vínculos informais como estruturas de mobilização do movimento. Para o autor (p. 159), “(...) as formas mais efetivas de organização são baseadas em unidades locais, parcialmente autônomas e contextualmente enraizadas, ligadas por estruturas conectivas e coordenadas por organizações formais”

McAdam, McCarthy e Zald (1996) refletem sobre a importância das estruturas de mobilização e das estruturas conectivas para as estratégias de enquadramento interpretativo dos movimentos sociais. Os autores reconhecem que o processo de construção de sentidos em torno da ação é um fator fundamental para a eficácia de uma mobilização política, uma vez que, sem essa tática, não é possível promover a conscientização sobre a ilegitimidade ou injustiça sobre um determinado aspecto social. Eles apontam, no entanto, que “o potencial para o tipo de processo de

enquadramento crítico do sistema que descrevemos aqui, é, acreditamos, condicionado pelo acesso da população a várias estruturas mobilizadoras” (1996, p. 8).

Nesse sentido, é possível inferir que os estudantes secundaristas do Paraná, inspirados pela mobilização estudantil de São Paulo, acionaram redes formais e informais de apoio para viabilizar as ocupações das escolas paranaenses e, assim, comunicar socialmente seu descontentamento com a proposta de Reforma do Ensino Médio. Como veremos adiante, esse repertório disruptivo – resultado da necessidade de criação de um poder de barganha por parte dos estudantes – sofreria pressão não apenas dos limites desse tipo de repertório, mas de grupos contrários que, munidos de um notável poder comunicativo, questionariam socialmente a validade da tática escolhida pelos estudantes.

2 ATIVISMO DIGITAL ENTRE O COLETIVO E O CONECTIVO

Até este ponto, olhamos para o confronto político em torno da Reforma do Ensino Médio pelo o prisma da teoria da Mobilização Política para compreender as oportunidades políticas, as estruturas de mobilização e os repertórios de confronto que permearam a mobilização iniciada pelo movimento secundarista do Paraná. Como nosso objetivo é compreender como se deu a disputa de enquadramentos sobre o projeto e as ocupações das escolas no Facebook, se faz necessária uma breve revisão da literatura sobre a relação entre os movimentos sociais e a internet, especialmente no uso que fazem das redes sociais digitais.

Neste tópico, ressaltamos que as dinâmicas do ativismo online dos grupos mobilizados nesta pesquisa estão localizadas “entre o coletivo e o conectivo”, ou seja, mesclam a lógica mais rígida da ação coletiva convencional e a lógica fluida da ação conectiva (BENNET E SEGERBERG, 2012). Com a centralidade das redes sociais digitais para a cultura e mobilização políticas de um modo geral, é mais apropriado falar sobre um “ativismo das redes”, uma vez que elas deixaram de ser meras ferramentas disponíveis aos movimentos sociais para se tornarem pilares organizacionais das ações coletivas.

2.1 Pós-2011: o que aprendemos com a “*Facebook Revolution*”?

Apatia, desengajamento, impassibilidade, desinteresse. Antes da década de 2010, grande parte das pesquisas sobre Comunicação e Política se valia desses termos para designar os “problemas” da participação política. De 2011 em diante, no entanto, o mundo se surpreendeu consigo mesmo ao se deparar com manifestações e protestos de grande magnitude em vários países e cidades do mundo. A lista é extensa: a Revolução de Jasmim na Tunísia, as manifestações de grandes proporções no Bahrein, na Síria e na Arábia Saudita, os protestos anti-austeridade na Grécia, o Movimento 15-M e os Indignados inicialmente na Espanha e, depois em Portugal e na Itália, o movimento dos estudantes chilenos contra as políticas neoliberais na educação, o Occupy que lotou as ruas de mais de mil cidades em 80 países para gritar “We are the 99%” e os milhões de brasileiros que saíram às ruas em junho de 2013. Na lista, diferentes países, continentes, cenários e regimes políticos. Em comum, esses episódios marcantes apresentam pelo menos duas

características. Em primeiro lugar, eles seguiram um roteiro similar – Gomes (2016, p. 371) ressalta claras semelhanças estruturais no desenrolar dos protestos, que passaram das passeatas de moldes tradicionais, centradas em movimentos e pautas específicas, à adesão massiva de uma ampla gama de atores sociais, grupos, agendas. O segundo ponto de encontro entre todas as ações é a inédita incidência das plataformas e dos dispositivos de comunicação na ação dos ativistas.

O ineditismo do evento logo suscitou a multiplicação de pesquisas sobre o papel das redes sociais digitais para o confronto político. Gomes (2014) analisou a produção do campo da Democracia Digital por 20 anos – entre 1996 e 2015 – e identificou que virada da década de 2010 trouxe consigo um crescimento vertiginoso de atenção científica conferida à temática “Internet e sociedade”, a ponto de a publicação sobre a área em 2015 ser 15 vezes maior que a de 1996. O autor creditsa esse aumento ao estudo do uso massivo das mídias sociais durante grandes mobilizações que marcaram o início da década.

Antes de listar os achados dos pesquisadores sobre esses eventos, convém pensarmos com Gomes (2016) sobre o que esses episódios têm a nos informar sobre as mudanças socioculturais estimuladas pela popularização da internet e, mais precisamente, com o desenvolvimento da Web 2.0, baseada em aplicativos e *timelines* que criam uma rede de compartilhamento, colaboração e coprodução. Para o autor (p. 373), esse cenário se explica em partes pelo que ele define como “condição de hiperconexão e o esvaziamento da descontinuidade entre o onl-line e o off-line”. A popularização das conexões portáteis, como notebooks, tablets e principalmente os smartphones – ou seja, a crescente desvinculação entre internet e computadores –, aliada à facilitação de acesso à rede móvel representam, para Gomes, “a mais importante das mudanças no padrão de sociabilidade contemporâneo” (p. 376).

Já em relação à diluição das fronteiras entre online e off-line, o autor argumenta que

não há mais possibilidade de protestos e manifestações sem meios digitais, sem redes sociais digitais, sem tablets ou smartphones, sem hiperconexão, é verdade, mas, a rigor, não há mais muita coisa que se faça, se possa ou se queira fazer sem as plataformas e os ambientes de comunicação digitais (GOMES, 2016, p. 387)

Essa análise vai ao encontro de Bimber et al (2012) quando falam da ubiquidade das redes, ou seja, da maneira como elas perpassam diversos aspectos da vida social, modificando e complexificando as relações. Nesse cenário, não há âmbito da vida social que não esteja perpassado pela condição de hiperconexão. Estudiosos da comunicação e da política logo se debruçaram sobre esses episódios para compreender a magnitude das transformações que as mídias sociais provocaram na dinâmica do ativismo digital e das ações dos movimentos sociais.

Alguns pesquisadores observaram essas movimentações com otimismo, conferindo poderes amplamente democratizantes aos ambientes digitais (CASTELLS, 2013). Já outros identificaram que a rede cumpria papéis importantes para a dinâmica do movimento social, mas nem tão revolucionários assim. Ao analisar a criação de grupos no Facebook, Marichal (2013, p.1) sugere que o Facebook seja interpretado como uma plataforma voltada ao fortalecimento de identidades, com potencial limitado de promoção de mudança política e social. Já Carreiro (2014), ao analisar as interações das principais páginas do grupo Black Blocs no Brasil, chega à conclusão de que a plataforma também se restringe a reiterar crenças e identidades já compartilhadas entre os membros e os apoiadores da tática.

De toda forma, a centralidade as mídias sociais promoveu mudanças significativas nas estratégias dos ativistas. Nesta pesquisa, abordaremos a “lógica da ação conectiva” (BENNETT E SEGERBERG, 2012) como o esforço teórico e analítico mais apropriado para compreender o processo de mobilização política em um contexto em que a comunicação deixa de ser uma aliada e passa a ser um pilar organizacional das ações coletivas.

2.2 A lógica da ação conectiva: a política do eu nas *timelines*

Na disputa pelo protagonismo das ruas durante as grandes mobilizações que marcaram o início da década de 2010, as organizações formais, os movimentos sociais institucionalizados e os partidos políticos perderam espaço para organizações mais fluidas e desprovidas de uma identidade coletiva sólida. Rejeitando as formalidades e as hierarquias, os manifestantes apoiaram-se na internet e em reuniões públicas para debater coletivamente as decisões que deveriam ser tomadas, promovendo um rearranjo nas relações de poder

(CASTELLS, 2013). O fenômeno intrigou pesquisadores de diversos campos do conhecimento. Por que eventos tão dispersos geograficamente e gerados em ambientes cultural e socialmente distintos entre si apresentaram essas mesmas características?

Tomando os grandes protestos pós-2011 como objetos empíricos, Bennett e Segerberg (2012) identificam uma mudança substancial na dinâmica organizacional dos movimentos sociais na era da Web 2.0. Os autores a intitulam de lógica da ação conectiva, que engloba “conjuntos de processos muito mais individualizados e tecnologicamente organizados que resultam em ação sem a exigência de um enquadramento de identidade coletiva ou os níveis de recursos organizacionais necessários para responder efetivamente às oportunidades” (p. 750). Para compreender melhor as dinâmicas dessa lógica da ação conectiva, convém sublinhar as principais diferenças e os pontos de encontro entre ela e a tradicional lógica da ação coletiva.

Formulada inicialmente por Olson (1965) e atualizada posteriormente pelos autores da teoria da Mobilização de Recursos (McCarthy & Zald, 1973, 1977), a lógica da ação coletiva se refere às dinâmicas organizacionais de movimentos sustentados por um importante aporte de recursos e por um considerável grau de institucionalização. Nessa lógica, o trabalho ativo das Organizações de Movimentos Sociais é fundamental para o surgimento, o desenvolvimento e a eficácia de uma ação coletiva. No aspecto cultural e simbólico, a ação coletiva pressupõe a criação de quadros da ação coletiva, isto é, prevê a mobilização de entendimentos compartilhados sobre culpados e soluções para um determinado problema. A construção de uma identidade coletiva também é imprescindível para que um movimento consiga levar a cabo um confronto político (TARROW, 2009).

Bennett e Segerberg (2012), no entanto, identificam que esse quadro normativo não se aplica mais às mobilizações políticas contemporâneas. A fragmentação e a individualização das sociedades e democracias pós-industriais teriam alterado a forma como as pessoas se engajam. Para os autores (p. 743), “essas orientações individualizadas resultam no envolvimento com a política como uma expressão de esperanças, estilos de vida e queixas pessoais”. Nesse cenário, a exigência de uma filiação ideológica prévia pode surtir um efeito mobilizador de pouco alcance, uma vez que a mobilização política tende a se concretizar por meio de expressões individualizadas.

Nesse sentido, a lógica da ação conectiva se vale de estratégias comunicativas que prezam pela personalização do conteúdo político, seguindo a lógica das redes sociais digitais. Esse processo de mobilização ocorre da seguinte maneira: os movimentos geram “quadros de ação pessoal” (*personal action frames*), significados com um conteúdo político personalizável e abrangente o suficiente para abarcar diferentes razões para se contestar algo que precisa ser mudado. A frase “We are the 99%”, amplamente utilizada durante as manifestações do Occupy, é um exemplo de quadro de ação pessoal. Para se aproximar da pesquisa em tela, podemos citar a frase “Não feche a minha escola” como outro exemplo de conteúdo político personalizável. A frase serviu como lema para os estudantes secundaristas de São Paulo durante a mobilização contra a “reorganização escolar”. Centrados no eu, esses quadros respondem à lógica de apropriação e replicação das *timelines*. Bennett e Segerberg (2012) advertem, no entanto, que a facilidade de personalização dos quadros não definem seu sucesso, pois as oportunidades políticas e as condições de engajamento variam de sociedade para sociedade.

Para difundir os quadros de ação pessoal, a lógica da ação conectiva se vale da potência das mídias sociais, cujo processo comunicativo baseado no compartilhamento personaliza o conteúdo político com as motivações, queixas e afinidades de cada pessoa. Se obtiver um grande alcance, essa rede de comunicação termina por se transformar em uma forma de organização da ação política, um dos aspectos que difere a ação conectiva da coletiva. Os autores concluem, portanto, que

a lógica da ação conectiva se aplica cada vez mais à vida nas sociedades modernas, nas quais as organizações formais estão perdendo o controle sobre os indivíduos, e os laços de grupo estão sendo substituídos por redes sociais fluidas e de grande escala (BENNETT & SEGERBERG, 2012, p. 7)

Entre as lógicas da ação conectiva e coletiva, os autores identificam um modelo híbrido de ação conectiva, marcado pela participação periférica de organizações formais. Nesse caso, as tecnologias da informação e da comunicação são parte fundante da formulação da ação, mas os grupos mais formalizados e profissionalizados atuam nos bastidores, apostando na formação de quadros de ação pessoal, e não em identidades coletivas ou fronteiras ideológicas. Para Bennett e Segerberg (2012), esse modelo híbrido pode ser fruto do crescente descrédito das organizações formais na sociedade contemporâneas. Para subverter o isolamento,

elas cedem à produção de vínculos mais fluidos para não caírem no ostracismo completo.

A lógica da ação conectiva nos parece especialmente promissora para a análise da atuação do Movimento Brasil Livre (MBL) durante o confronto político aqui analisado. Pesquisas recentes (CHAGAS, SANTOS, 2018; ARAUJO, PENTEADO E SANTOS, 2016) já demonstraram que o movimento se vale da lógica da ação conectiva para mobilizar seus quadros e que possuem relevante poder comunicativo nas redes sociais, figurando um ator político relevante nos confrontos políticos em que adentra.

Para o MBL, essa relevância é construída e mantida graças a uma estrutura comunicacional profissionalizada e com alto grau de penetrabilidade e difusão social. Diferentemente dos estudantes secundaristas, que têm nas ações offline e disruptivas seus instrumentos mais poderosos de mobilização, o MBL pode ser compreendido como um grupo que opera dentro da lógica da ação conectiva, com um repertório estrategicamente alinhado ao formato e à lógica das *timelines*. Sem reunir grandes multidões em ações presenciais – poucos integrantes do movimento desembarcaram no Paraná durante as ocupações das escolas –, o MBL conseguiu participar ativamente da disputa de sentidos em torno da ação e, como veremos adiante, obteve certo êxito em reenquadrar o aspecto social que estava em debate.

Nesse sentido, o Movimento Brasil Livre (MBL) se vale da comunicação digital como um pilar para se construir como o principal adversário dos estudantes secundaristas do Paraná. Esse antagonismo relega os governos estadual e federal ao segundo plano e reforça a relevância política do MBL na arena política brasileira dos últimos anos. Para que possamos compreender como o movimento se torna um polo importante da disputa de enquadramentos aqui analisada, passaremos ao próximo capítulo, que oferece um panorama sobre o fortalecimento das direitas no Brasil e sua afinidade com as redes sociais.

3 NOVOS ATORES NA POLÍTICA E NA REDE: O AVANÇO DO CONSERVADORISMO E O SURGIMENTO DO MBL

Não é exagero dizer que há um consenso entre estudiosos da Ciência Política, da Sociologia e da Comunicação de que existe uma onda conservadora em marcha galopante no Brasil. Não raro – e desafiando a confiança ingênua em um verniz democrático que, dizem, ainda reluz de nossas instituições políticas –, os mais corajosos falam sobre uma onda fascista à brasileira. Nessa marcha à ré em que fomos colocados, o fundamentalismo religioso tem um papel relevante, fazendo ecoar – talvez como nunca – os valores dos “homens de bem” e da “família tradicional brasileira”. O fenômeno é tão complexo que as breves linhas que se seguem não dão conta de abordá-lo em todos os seus âmbitos e dimensões. De modo geral, o objetivo deste capítulo é fornecer reflexões acerca de indagações fundamentais: que espécie de despertador retirou “as direitas” de seu repouso e as colocou nas redes e nas ruas com uma força aparentemente inédita na história brasileira, disputando as mentes e corações com o campo progressista e de esquerda? Que contextos econômico, político, social e cultural pavimentaram o caminho para essa viagem ao passado? Como essas direitas atuam nas redes sociais digitais, conseguindo crescer, muitas vezes, às margens dos meios de comunicação tradicionais? Que estratégias simbólicas e comunicativas os grupos de direita utilizam em seus confrontos políticos? Por que as ocupações dos secundaristas se tornou alvo dos ativistas de direita do MBL?

São vários os esforços de compreensão desse fenômeno relativamente novo não só em terras brasileiras, mas em escala global. Neste capítulo, falaremos brevemente sobre o cenário global de avanço conservador para, posteriormente, reunirmos reflexões sobre o crescimento das direitas no cenário político, social e cultural do Brasil com o auxílio de uma densa rede digital. Essas abordagens iniciais sobre o fenômeno ressaltam principalmente o histórico fortalecimento do sentimento de aversão ao Partido dos Trabalhadores (PT) – tratado aqui como *antipetismo* –, o ciclo de protestos iniciado em junho de 2013 no Brasil, as eleições presidenciais polarizadas de 2014, o acirramento da crise econômica do neoliberalismo no país de 2015 em diante e o golpe parlamentar que culminou com a deposição da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) (TATAGIBA, 2018; BURITY, 2018; DARDOT, LAVAL, 2016). Esse contexto é importante para compreender não só a ascensão da

nova direita no Brasil e no mundo, mas também para situar as ocupações secundaristas como mobilização de resistência a esse avanço.

3.1 Crises e conservadorismo: um cenário global

Antes de nos atermos ao avanço das direitas no Brasil, é necessário ampliar o olhar analítico sobre o conservadorismo identificando fluxos políticos, econômicos, sociais e culturais que propiciaram a guinada à direita em nível global, uma vez que “a onda conservadora não se contém nas fronteiras nacionais, nem se origina no seu interior. A geografia e a cronologia dessa onda não são singularmente brasileiras nem definidas de modo estável e linear” (BURITY, 2018, p. 21). Para o autor, (p. 22) essa onda representa, ao mesmo tempo, “uma *resposta* e uma *recusa*” a processos iniciados antes de 2014.

Burity (2018, p. 22-27) argumenta que as cisões democráticas de nosso tempo em níveis globais se explicam por uma crise da “governamentalidade” (em termos foucaultianos) baseada na “tolerância” – ilustrada, a partir da década de 1960, pelo multiculturalismo, pelos processos de democratização política e por aspectos do pluralismo liberal. O autor credita essa interrupção às consequências sociais e políticas de alguns processos mundiais: a globalização do capitalismo neoliberal a partir da queda do muro de Berlim, que acirrou a desigualdade econômica e forçou as migrações de pessoas desamparadas aos países do Norte desenvolvido; os ataques terroristas de 2001, pontapé da guerra ao terror e da subsequente “construção” do islã como inimigo do Ocidente capitalista; o *crash* financeiro de 2008, que, além de culminar em desemprego, desalento, despejos, inflação e desânimo, recrudesceu o embate entre estatistas e neoliberais e fez emergir forças ultraliberais e ultradireitistas; e, por último, a onda de protestos que tomou o mundo no pós-2011, especialmente a Primavera Árabe. Para o autor, essa gama de eventos e processos favoreceu a “intensificação de antagonismos” e passou a justificar o funcionamento antidemocrático das instituições supostamente democráticas.

Não demorou para que os efeitos desse trauma sobre as instituições e a cultura democráticas se fizessem sentir, criando um caldo cultural no qual o acirramento da competição econômica, a emergência de tensões e descompassos entre demandas redistributivas e de reconhecimento somados a um crescente temor e ressentimento diante da pluralidade étnica

e cultural levaram a uma intensificação da polarização política. BURITY (2018, p. 27)

A partir disso, optamos por reservar algumas linhas para observar de que maneira a crise econômica do neoliberalismo – e suas dinâmicas próprias – ajuda a pavimentar o caminho para o avanço do conservadorismo no Brasil. Dardot e Laval (2016) lembram que, com o *crash* do banco Lehman Brothers nos Estados Unidos em 2008, pensou-se erroneamente que o neoliberalismo havia chegado ao seu limite. No entanto, os autores identificam que esse “tombo” não representou o fim desse modelo econômico, muito pelo contrário: “a crise conduziu a seu brutal *fortalecimento*, na forma de planos de austeridade adotados pelos Estados cada vez mais ativos na promoção da lógica da concorrência dos mercados internacionais” (p. 13-14). A corrida pela sobrevivência do neoliberalismo cumpriu o *script* há muito conhecido: ajustes fiscais por meio do desmantelamento de políticas sociais e de iniciativas de redistribuição de riquezas, desregulamentação dos sistemas de saúde e do trabalho e minimização dos mecanismos de proteção social.

Como esses processos globais de esfacelamento da missão pública do Estado nem sempre conseguem ser levados a cabo em regimes democráticos – já que enfrentam grande resistência social –, muitas vezes se recorre à violência para impô-los às sociedades. Dardot e Laval (2016) ressaltam que, apesar de se tratar de uma lógica global de fortalecimento da dominação econômica, os métodos particulares e locais de aplicação do neoliberalismo radical podem recorrer à violência dos golpes militares, à sedução eleitoreira de determinadas classes sociais ou à chantagem deliberada em torno das reformas estruturais. Em outras palavras, a brutalidade da imposição das lógicas neoliberais são proporcionais ao nível de resistência que elas enfrentam, explicando o motivo pelo qual o declínio da democracia é menos escancarado em alguns contextos.

O questionamento da democracia toma caminhos diversos, que nem sempre têm a ver com a ‘terapia de choque’, mas sim, e sobretudo, com o que Wendy Brown chamou, com justiça, de processo de ‘desdemocratização’, que consiste em esvaziar a democracia de sua substância sem a extinguir formalmente (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 20).

No entanto, o neoliberalismo não se reinventa e se fortalece apenas em suas lógicas mercantis, mas também na força de seus processos de *subjetivação*, onde o que está em jogo é “a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar

com os outros e com nós mesmos” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 16). Apesar de flertar com em algum grau com o determinismo econômico ao abordar a formação da subjetividade em sociedades contemporâneas, o conceito de sujeito-empresa desenvolvido por Dardot e Laval (2016) nos parece interessante para a nossa pesquisa sobre os sentidos e significados criados pelo Movimento Brasil Livre (MBL). Para os autores, os processos de subjetivação neoliberais

impõem a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns com os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo de mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comporta-se como uma empresa (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 16)

A atribuição desses significados e sentidos à vida no neoliberalismo, argumentamos, não se dá a esmo, mas com a consolidação de importantes canais de comunicação e ação política coordenadas. Os *think tanks* neoliberais, que atuam politicamente mundo afora pregando o ultraliberalismo econômico e, em alguns casos, o conservadorismo moral, podem ser compreendidos como exemplos de canais de propagação desses preceitos tão caros a projetos de poder baseados no Estado mínimo, na retirada de direitos e na supressão da democracia. Falaremos mais sobre isso depois.

Mais do um modelo econômico, o neoliberalismo é tratado como racionalidade, isto é, ele estrutura não só a ação dos governantes, mas o comportamento dos governados, fortemente estimulados pelo princípio universal da concorrência. Essa seria *A nova razão do mundo*, que dá título à obra dos autores. Escrita “no olho do furacão” da crise de acumulação do capital de 2008, período em que os efeitos da instabilidade ainda não haviam sido totalmente descortinados, a obra se arrisca a aventar possíveis impactos sociais desse período de incertezas. Para os autores, as consequências da subjetivação neoliberal

são tais que não podemos excluir a possibilidade de uma revolta antineoliberal de grande amplitude em muitos países. Mas não devemos ignorar as mutações subjetivas provocadas pelo neoliberalismo que operam no sentido do egoísmo social, da negação da solidariedade e da redistribuição e que podem desembocar em movimentos reacionários ou até mesmo neofascistas (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 9).

De certa forma, o trecho supracitado, que funciona como uma espécie de “previsão”, consegue resumir, em linhas gerais, os fluxos políticos e sociais da última década. Do Occupy Wall Street à eleição de Donald Trump, da insurreição dos europeus em grandes protestos anti-austeridade ao ressurgimento de movimentos com ideários neonazistas, da Primavera Árabe ao recrudescimento do autoritarismo no Oriente Médio, das manifestações de junho de 2013 no Brasil à eleição de Jair Bolsonaro, vê-se que os “lampejos” de revoltas contra as medidas de austeridades e antidemocráticas de um mundo em crise logo passaram a conviver com ondas potentes de conservadorismo, autoritarismo e neofascismo. Identificadas essas similaridades, passaremos, no ponto seguinte, à reflexão sobre as explicações possíveis para o avanço do conservadorismo em nível nacional.

3.2 O conservadorismo no Brasil: o MBL nas ruas e nas redes

A atuação política das direitas no pós-redemocratização está, sem dúvida, no seu auge. A eleição de Jair Bolsonaro (PSL), alinhado à extrema-direita, para a Presidência da República, assim como a de um Congresso Nacional extremamente conservador, marcam o início de período político de hegemonia da direita e da extrema-direita no Brasil. Mas esse desenho político institucional não basta para explicar o avanço do conservadorismo no Brasil. Para Tatagiba (2018, p. 88), é preciso ir além para “apreendermos os processos que ocorrem na base da sociedade e que têm se mostrado decisivos na configuração da crise política brasileira, pelo menos desde os protestos de 2013”. Seguindo a orientação da autora, a perspectiva *bottom-up* de análise desses movimentos ganha ainda mais relevância científica em uma sociedade hiperconectada, desprovida de fronteiras claras entre o online e o off-line. Sendo assim, trataremos do surgimento do Movimento Brasil Livre (MBL) como fruto de um processo complexo de mobilização e polarização política que marcou o cenário brasileiro principalmente depois das manifestações de junho de 2013, que, de acordo com Burity (2018), desencadearam uma crise de hegemonia no Brasil. Acionaremos, também, estudos sobre o papel que as redes sociais digitais desempenharam na articulação e na mobilização política primeiro nas manifestações de 2013 e depois nas ações políticas alinhadas ao conservadorismo. Essa revisão é fundamental para compreender as dinâmicas de ação e de construção de significados do Movimento Brasil Livre (MBL).

Desde a campanha pelas *Diretas Já*, a rua era considerada o lugar cativo da esquerda. Movimentos sociais da cidade e do campo, sindicatos, partidos-movimentos situados à esquerda cumpriam com o seu papel de reivindicar a rua como espaço de transformação. Os repertórios das passeatas, marchas, “trancaços” e ocupações pareciam apresentar uma afinidade quase inata os campos políticos progressista, democrático-popular e socialista. Por um período entre 2013 e 2016, no entanto, vimos a descontinuação dessa espécie de hegemonia política: entre as manifestações de 2013 e os grandiosos protestos pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, a direita ocupou as ruas.

Inicialmente, abordaremos o fenômeno do crescimento da participação política “de direita” no Brasil com base nos estudos de Tatagiba (2018). A autora realizou o levantamento dos “protestos à direita” realizados entre 2011 e 2016 no Brasil que foram noticiados pela *Folha de S. Paulo*. Por “protestos à direita” a autora entende demonstrações amparadas por organizações, apoios e performances de confronto que podem ser alinhadas às pautas da direita. No período, 10,5% de um total de 143 protestos estavam situados “à direita”. Em 2011, 6,3% das ações eram desse espectro político, enquanto em 2016 essa proporção subiu para 30,1%. Trata-se, portanto, de um crescimento expressivo da presença da direita em protestos.

A pesquisadora (2018) separa as manifestações identificadas em dois eixos temáticos: o regime político e a defesa da autoridade. O primeiro se concentrou essencialmente em associar o Partido dos Trabalhadores (PT) à corrupção e foi a preferência temática do MBL, do Vem Pra Rua e dos Revoltados Online. Já o segundo eixo, subdividido em protestos em defesa da família e defesa da ordem – aborto, união civil entre pessoas do mesmo sexo, descriminalização das drogas, intervenção militar e redução da maioria penal são os temas que compõem o eixo –, foi mobilizado por organizações religiosas, principalmente as de origem neopentecostal.

O *antipetismo* é ressaltado como elemento fundamental para descrever essa mobilização. De acordo com a autora (2018, p. 100), ele é o substrato emocional dos protestos à direita nesse período e “resulta de uma construção laboriosa realizada a partir de uma coalizão entre diferentes forças políticas, por meio de um mesmo *modus operandi* inaugurado em 2005, no contexto do escândalo do ‘Mensalão do PT’ (TATAGIBA; TRINDADE & TEIXEIRA, 2015; TATAGIBA, 2018; SANTOS, 2017).

A autora ressalta que, em comum, essas duas vertentes de protestos – uma mais focada na corrupção e outra na moralização dos costumes – carregam um forte apelo à autoridade repressiva do Estado. “A ação dos militantes do MBL contra a ocupação estudantil em escolas e universidades, a campanha pela redução da maioria penal e pela criminalização das drogas são importantes evidências nessa direção” (TATAGIBA, 2018, p. 111). Esse apelo é evidente nas publicações do MBL que sugerem diversas vezes que o governador do estado do Paraná, Beto Richa, fizesse o uso da repressão estatal para desocupar as escolas.

Burity (2018) identifica que, durante os protestos de 2013, a direita passou a disputar a identidade popular com grupos da esquerda, atingindo um relativo êxito nessa tarefa. Na época, as primeiras impressões de pesquisadores da Comunicação conferiram um grau demasiadamente otimista em relação à função desempenhada pelas redes sociais durante as “jornadas”. Para Castells (2013), os grandes movimentos que eclodiram ao redor do mundo após 2011 foram possíveis graças à interação de diversas redes que funcionam como instrumentos de empoderamento da sociedade civil por meio de vínculos menos hierárquicos. No calor do momento dos protestos de 2013, Peruzzo (2013, p. 83) ressaltou o potencial das redes sociais como arena de discussão e confronto de identidades durante os protestos, concluindo que as manifestações foram uma espécie de demonstração de poder da sociedade civil, cujas mídias ativistas, de acordo com a autora, demonstraram grande “capacidade de democratizar conteúdos por meio do empoderamento das tecnologias que facilitam as conexões e a formação de novas redes, as virtuais” (p. 91). A impressão está correta, mas um distanciamento histórico maior permitiu que Amadeu (2015) e Araújo, Penteado e Santos (2016) notassem que grupos ligados à direita e ao conservadorismo conseguiram se valer da polarização política, do sentimento de antipetismo e das lógicas das redes para ganhar notoriedade e poder comunicativo. De acordo com os últimos autores (p. 5), as dinâmicas sociais, políticas e comunicacionais estão disponíveis para grupos que podem, por vezes, “alimentar retrocessos sociais e políticos não condizentes com os valores normativos da democracia”.

O período entre 2013 e 2014 é marcado por grandes conflitos sociais e políticos. A tensão social cresce gradualmente até gerar a eleição presidencial mais polarizada até então, em 2014. Tatagiba (2018, p. 106) identifica que, mesmo com o crescimento da visibilidade das pautas das direitas nos protestos de junho, foi o

processo eleitoral de 2014 que “ofereceu os caminhos para que os sentimentos de ódio e ressentimento pudessem encontrar uma via de expressão política *performada* numa luta do bem contra o mal”. A autora está se referindo à associação entre o antipetismo e a luta contra a corrupção, considerada por ela como “uma poderosa chave de leitura para os problemas brasileiros e, ao mesmo tempo, a solução para esses problemas” (p. 106). Curiosamente ou não, trata-se da primeira eleição presidencial realizada em um ambiente de “hiperconexão” (GOMES, 2016) e popularização dos dispositivos e internet móveis.

Ao analisar o que nomeou de Rede Antipetista nas eleições de 2014, Santos Junior (2016) se debruça sobre o antipetismo como fruto de relações entre aspectos institucionais, históricos e comunicativos, estes últimos fortemente marcados pelas redes sociais. A análise centrou-se na atuação da páginas Bolsonaro Zuero, Canal da Direita, Revoltados Online e TV Revolta durante o processo eleitoral que reelegera Dilma Rousseff. O autor concluiu que o ecossistema de comunicação política durante o período eleitoral de 2014 foi complexificado por lógicas de disseminação de informação e organização política ligadas às direitas. Percepção similar tiveram Chaia e Bugnago (2014) ao destacar que as eleições daquele ano foram marcadas pelo “reaparecimento de um novo militante, o militante conservador de direita” (CHAIA e BUGNAGO, 2014, p. 125), fortemente amparado e integrado às redes sociais.

Depois da reeleição da ex-presidente Dilma Rousseff, uma nova fase do período de instabilidade social ganha corpo. O primeiro indício de que se tratava de um momento peculiar da democracia brasileira foi a contestação, por parte do PSDB, da contagem dos votos nas urnas eletrônicas. A Rede Antipetista analisada por Santos Junior (2016) foi uma das responsáveis por disseminar essa teoria da conspiração.

Logo no início de 2015, o Brasil adentra mais fortemente em uma grande crise econômica. Naquele ano, o recuo do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 3,8% e o índice de inflação chegou a 10,67%, o maior desde 2002. Concomitantemente à insatisfação popular com esse cenário, uma crise política foi se desenhando com fronteiras mais claras, indicando que a oposição ao governo petista e parte da base governista estavam dispostos a impedir que Dilma Rousseff conseguisse governar. Aqui, vale sublinhar a centralidade da crise econômica do neoliberalismo pra compreender a pressão do mercado financeiro pela aprovação de medidas de

austeridade típicas de economias em crise (DARDOT, LAVAL, 2016) que o governo petista tinha resistência em implementar.

Em 2 de dezembro de 2015, dá-se a abertura do processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, acusada de crime de responsabilidade por ter sido conivente com a prática das pedaladas fiscais. O processo é marcado por grandes manifestações de rua – talvez as maiores da história do país – contrárias ao governo Dilma. De acordo com o Instituto Datafolha, o protesto realizado em 13 de março de 2016, levou três milhões de pessoas às ruas do país. As passeatas foram registradas em todos os estados do Brasil.

Nesse momento, o protagonismo do MBL é evidente. Com surgimento tímido em 2013, durante as manifestações de Junho, o movimento se consolidou nos anos subsequentes, tornando-se um dos principais atores políticos que contribuíram com a queda da presidente Dilma Rousseff. Para explicar essa visibilidade, no entanto, é necessário localizar o MBL em um conjunto de grupos e *think tanks* que pregam, resumidamente, o ultraliberalismo econômico e o conservadorismo moral. O movimento está ligado ao Estudantes Pela Liberdade (EPL), grupo patrocinado pela *think tank* Atlas Network para difundir os ideais liberais no Brasil. O MBL é uma espécie de braço anônimo do EPL, já que, por conta das normas de financiamento e da legislação norteamericana, o EPL não pode se envolver em manifestações políticas. Kim Katagui⁹, um dos quadros mais importantes do MBL, também é membro do EPL¹⁰.

O crescimento de grupos ligados a *think tanks* ultraliberais na América Latina coincide com a derrocada de governos progressistas na região. O Brasil conta atualmente com pelo menos 13 coletivos dessa natureza vinculados à Atlas Network, seguido pela Argentina, que tem 12 – e também está passando por um reordenamento político e econômico de ordem ultraliberal.

Nas mídias digitais, o MBL vai além de suas páginas oficiais e consegue atuar em várias frentes por meio de suas lideranças. As principais figuras públicas se tornaram parlamentares com grande expressividade política, como o próprio Kim

⁹ Kim Katagui foi eleito deputado federal pelo partido Democratas (DEM) nas eleições de 2018

¹⁰ Disponível em: <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/> Acesso em 2 de outubro de 2018

Kataguiiri e Fernando Holiday (vereador de São Paulo pelo DEM). A visibilidade dessas figuras públicas durante o processo de *impeachment* certamente contribuíram para que fossem eleitos nos pleitos de 2016 e de 2018.

Com relação ao *impeachment*, as redes do movimento foram utilizadas para convocar manifestações e disseminar conteúdo favorável à derrubada de Dilma. Araújo, Penteado e Santos (2016) identificaram que o MBL tem grande potencial de produção de capital social devido ao engajamento gerado pelas suas estratégias de comunicação nas redes sociais. Chagas e Santos (2018) analisaram o perfil do MBL no Instagram de 2015 a 2018 e identificaram a prevalência de quadros pessoais de ação (Bennett, Segerberg, 2012) nos conteúdos veiculados pelo movimento. Frases como “Eu derrubei o PT” ilustram de modo eficaz como o movimento se vale da lógica de personalização do conteúdo político para conquistar adeptos e aumentar a visibilidade às suas causas.

Aqui, vale ressaltar que o movimento se ancora em práticas questionáveis para disseminar suas ideias. Em 2018, o Facebook desativou uma rede de páginas ligadas ao MBL que divulgava *fake news* de forma coordenada. As *fanpages* eram administradas por perfis falsos ligados a integrantes do movimento. A operação da empresa de Mark Zuckerberg foi parte dos esforços da rede social para combater a desinformação nas vésperas das eleições presidenciais.

Tatagiba (2018) sugere que pesquisadores interessados no fenômeno do crescimento da direita no Brasil se atentem especialmente às razões que levam às pessoas a se engajarem em ações dessa natureza. “É preciso levar a sério o que as pessoas dizem quando se trata de justificar seu engajamento” (p. 112). Nesse sentido, para os objetivos da pesquisa em tela, torna-se fundamental analisar as afinidades entre as bases ideológicas do MBL e o projeto de educação aplicado no Brasil pós-golpe de 2016, fenômeno ilustrativo do acirramento da política neoliberal no país.

Para identificar o motivo pelo qual o MBL se mobilizou contra as ocupações das escolas no Paraná faz-se necessário, antes de tudo, refletir sobre o teor das mudanças implementadas no ensino médio. A MP 746/2016 se insere em um processo de reorientação pedagógica com vistas a adequar a educação básica às demandas do neoliberalismo. Não por acaso, as diretrizes da reforma estão presentes em cartilhas do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio (OMC). O alinhamento entre as diretrizes do mercado e os pilares ideológicos do

MBL, de orientação claramente ultraliberal na economia, indica, por um lado, que a implementação da Reforma do Ensino Médio é uma pauta cativa pra os integrantes do movimento.

Nesse sentido, a retirada da obrigatoriedade de disciplinas como Sociologia, Filosofia, Artes e Educação Física e a ênfase em uma formação meramente técnica, supostamente “racionalizada” e “sem ideologia”, podem ser analisadas como parte de um projeto de sociedade defendido pelo MBL, já que, para o sujeito-empresa, o mais importante é ter habilidades para competir no mercado, e não uma formação crítica e emancipadora.

Apesar dessa evidente afinidade, a atuação e as estratégias comunicativas do MBL, como veremos adiante, não se pautaram pelo teor da Reforma. Em vez disso, o movimento optou por enquadrar a atuação dos estudantes como uma tática político-partidária com interesses alheios à educação, fortalecendo a construção de um “nós” contra “eles” determinante para o desenvolvimento da ação coletiva em torno da Reforma do Ensino Médio.

Nesse ponto, seria improdutivo deixar de mencionar que a estratégia se insere no conturbado debate sobre o projeto Escola Sem Partido, processo em que se insere a ação do MBL contra as ocupações. Criado inicialmente como movimento e transformado em Projeto de Lei, ele prevê uma série de medidas contrárias à “doutrinação” nas escolas e universidades brasileiras. Os defensores do projeto partem do pressuposto de que os educadores abusam da liberdade de cátedra e influenciam crianças e adolescentes a aderirem a ideologias consideradas de esquerda¹¹. Fortemente baseado em questões morais como a diversidade, o respeito à diferença e a educação sexual, o projeto denuncia o que diz ser a prevalência de pautas de esquerda nos ambientes educacionais e convida pais e familiares a se posicionarem a favor de uma escola “despartidarizada” e sem ideologia. Como veremos adiante, o enquadramento das ocupações estudantis por parte do MBL foi direcionado especialmente para essa suposta ideologização do ambiente escolar, estratégia que promoveu um apagamento intencional do teor da Reforma do Ensino Médio.

¹¹ Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/> . Acesso em 3 de outubro de 2018.

Dito isso, iremos avançar na compreensão da estratégica de produção de sentidos e significados construídos pelo MBL para disputar atenção pública com o movimento secundarista durante o confronto político que envolveu a Reforma do Ensino Médio no Brasil. No próximo capítulo, faremos uma revisão teórica e metodológica da análise de enquadramento interpretativo e alinhamento de quadros, instrumento que nos parece promissor para a pesquisa sobre o papel do embate entre significados em uma ação coletiva.

4 ANÁLISE DO ENQUARAMENTO INTERPRETATIVO: MOVIMENTOS SOCIAIS COMO VEÍCULOS DE SENTIDOS

Uma causa justa não promove mobilização política por si só. A mobilização é fruto de um processo eminentemente comunicativo, que depende da negociação de sentidos sobre um determinado aspecto da realidade (PRUDENCIO, 2014). Na trajetória dos estudos sobre os movimentos sociais, as vertentes do comportamento coletivo – integrantes do paradigma clássico norte-americano das teorias dos movimentos sociais – que consideravam as privações socioeconômicas como o principal combustível de ações coletivas foram, aos poucos, sendo superadas (GOHN, 2004). Incapazes de explicar movimentos que surgiam entre as classes médias, distantes dos elementos da privação, elas foram se tornando incompatíveis com os objetos que almejavam explicar. Da mesma maneira, a abordagem da teoria da Mobilização de Recursos, centrada unicamente em questões estruturais e institucionais para analisar a emergência e a eficácia dos movimentos sociais, pecava ao ignorar aspectos culturais e simbólicos em torno das ações coletivas. Benford e Snow (2000) notam que, até meados da década de 1980, havia uma falta de interesse acadêmico no *meaning work* dos movimentos sociais, ou seja, nos processos de construção de significados e entendimentos que, uma vez compartilhados, passam a ser centrais para o confronto político. Com o surgimento da teoria da Mobilização Política nos anos 1970, “passou-se a enfatizar a estrutura das oportunidades políticas, o grau de organização dos grupos demandatários, e a se aplicar a análise cultural na interpretação dos discursos dos atores dos movimentos” (GOHN, 2004, p. 69). Para interpretar esses discursos e dar conta da natureza interativa das ações coletivas, a MP se apoia na análise dos quadros da ação coletiva e no alinhamento de quadros, procedimentos propostos por Snow et al (1986) e Benford e Snow (2000).

Antes de abordar de modo mais profundo esses métodos de análise dos sentidos gerados estrategicamente pelos movimentos sociais, é preciso realizar uma breve revisão sobre o conceito de enquadramento e os autores responsáveis pela sua consolidação. Nesta pesquisa, não abordaremos o enquadramento midiático, que investiga como a produção midiática e jornalística enquadram as ações dos movimentos sociais. O interesse aqui é investigar os sentidos e significados atribuídos pelos próprios ativistas durante o confronto político em torno da Reforma

do Ensino Médio no Facebook, ou seja, os enquadramentos interpretativos que permearam a ação.

4.1 De Goffman à teoria da ação coletiva: o conceito de enquadramento

Pesquisadores e autores das áreas da Comunicação e da Política alertam para o fato de que o crescimento no número de pesquisas sobre enquadramento trouxe consigo certa imprecisão conceitual e metodológica. Não por acaso, Entman *et al.* (2008, p. 175) afirmam que “o enquadramento é demonstradamente vítima do seu próprio sucesso”. Em partes, essa indefinição do conceito se justifica pelo fato de que “diferentes autores o formulam de diversos modos, com operacionalizações distintas em pesquisas empíricas” (MAIA, 2009, p. 306). Percepção similar tiveram Vimieiro e Dantas (2009) após analisarem a aplicação do conceito em pesquisas sobre o papel da comunicação nos processos políticos. As autoras chegaram à conclusão de que “há uma tamanha falta de sistematização que as tentativas de aplicação empírica parecem cair em um subjetivismo extremado” (p.2). No mesmo sentido, McAdam, McCarthy e Zald (1996) dizem que o conceito carece de mais rigidez de sistematização, pois alguns estudos tendem a tratar os processos de enquadramento como qualquer aspecto cultural dos movimentos sociais.

O conceito de enquadramento é utilizado por pesquisadores de diferentes áreas como sociologia, ciência política, economia, psicologia, linguística e comunicação. Nesta última, tradicionalmente, as pesquisas se atêm à análise do enquadramento midiático (ENTMAN, 1993), processo de seleção e saliência de aspectos da realidade em textos noticiosos. Já na análise dos significados produzidos pelos movimentos sociais, o enquadramento interpretativo é mais comum (SNOW *et al.*, 1986; BENFORD E SNOW, 2000; TARROW, 2009).

A aplicação do conceito nos estudos da comunicação, sociologia e política se deve ao trabalho do sociólogo Erving Goffman, especialmente à obra *Frame analysis: an essay on the organization of experience* (1974). Para o autor, os *frames* – ou enquadramentos – são estruturas de significados que permitem aos indivíduos “localizar, perceber, identificar e catalogar um número aparentemente infinito de ocorrências concretas” (GOFFMAN, 1974, p. 21). Nesse sentido, os *frames* funcionam como estruturas cognitivas construídas socialmente às quais as pessoas recorrem para dar sentido aos elementos da vida cotidiana. Transpostos à teoria da

Mobilização Política, o conceito inicialmente formulado por Goffman é readequado e passa a ser compreendidos como “quadros de ação coletiva” (BENFORD, SNOW, 2000), “conjuntos de crenças e significados que inspiram e legitimam as atividades e campanhas de uma organização de movimento social” (p. 614).

Como vimos, a teoria da Mobilização Política preconiza a análise do surgimento e desenvolvimento de movimentos sociais e ações coletivas por meio de três elementos: as oportunidades e restrições políticas, as estruturas de mobilização e os processos de enquadramento. Nessa perspectiva, para compreender o que leva as pessoas à ação coletiva, é necessário identificar e interpretar os processos de produção, compartilhamento e manutenção de significados que os ativistas operam no objetivo de angariar apoio, derrotar antagonistas ou receber a atenção da sociedade. Mobilizar pessoas é, portanto, um trabalho comunicativo de “construção” de descontentamentos. Tarrow (2009, p.41) afirma que “os movimentos sociais fazem um apaixonado trabalho de enquadramento interpretativo configurando tais descontentamentos como reivindicações mais amplas e vibrantes”.

Nesse ponto, o papel imprescindível da comunicação fica ainda mais evidente, visto que um confronto político que se pretende efetivo prescinde de um entendimento coeso e compartilhado sobre uma determinada situação. Sem a compreensão comum de que estão sendo prejudicadas em algum aspecto de suas vidas, as pessoas dificilmente irão se mobilizar, mesmo que haja estrutura e oportunidade para isso (McADAM, McCARTHY, ZALD, 1996).

Na atribuição de sentidos e significados à ação coletiva, os ativistas se deparam com um desafio: gerar símbolos suficientemente dinâmicos que consigam estimular as pessoas à ação coletiva e, ao mesmo tempo, evitar que sentidos demasiadamente familiares levem à passividade. Segundo Tarrow (2009),

De um reservatório cultural de símbolos possíveis, os organizadores de um movimento escolhem aqueles que supostamente farão a mediação entre o entendimento cultural do grupo ao qual se dirigem, suas próprias crenças e aspirações e suas situações de luta (TARROW, 2009, p. 143)

Zald (1996) sublinha esse paradoxo ao identificar que, de modo geral, os quadros de injustiça se amparam em definições sociais mais amplas sobre o que são direitos e deveres para destacar o que precisa de transformação. Essa afirmação ressalta o aspecto estratégico da geração dos quadros. Os ativistas são permanentemente instados a ponderar sobre a compatibilidade entre os quadros

criados e a matriz cultural em que eles e o seu público-alvo estão inseridos. Para McAdam, McCarthy e Zald (1996), por conta dessas características, o processo de enquadramento é fundamentalmente contencioso, marcado pela contestação de quadros preexistentes. O resultado desse complexo de interações é a geração de “quadros da ação coletiva” (BENFORD, SNOW, 2000).

4.2 Quadros da ação coletiva e *frame alignment*: do consenso à ação

O que garante o sucesso ou fracasso de uma ação coletiva? Como analisar as estratégias comunicativas dos movimentos sociais e grupos de interesse em um período histórico que, além de ser marcado pela abundância comunicativa, abarca uma pluralidade de pautas que atingem os polos do espectro político? A análise do enquadramento da ação coletiva nos parece um instrumento promissor para o objetivo que esta pesquisa persegue, uma vez que, segundo Tarrow (2009, p. 40), “a coordenação da ação coletiva depende da confiança e da cooperação geradas entre os participantes por meio de entendimentos e identidades compartilhados”. Essa compreensão comum sobre um determinado aspecto da realidade é construída por meio da geração dos quadros da ação coletiva.

De acordo com Benford e Snow (2000), os quadros de ação coletiva são gerados estrategicamente pelos movimentos para condensar aspectos do “mundo lá fora” com o objetivo de mobilizar possíveis apoiadores, desmobilizar oponentes e garantir mais ressonância social e cultural à ação coletiva. Os autores os definem como “conjuntos de crenças e significados orientados para a ação que inspiram e legitimam as atividades e campanhas de uma organização de movimento social” (p. 614). Trata-se de um processo de negociação de sentido em que quadros de três naturezas são mobilizados: os quadros de diagnóstico, de prognóstico e os motivacionais. Com a criação dos quadros de diagnóstico, os ativistas definem a situação problemática e o culpado por ela. Os quadros de prognóstico condensam as estratégias cabíveis para resolver o problema e os motivacionais funcionam como um chamado à ação, um estímulo ao engajamento. Esses conceitos são fundamentais para compreender as estratégias de enquadramento da ação coletiva dos movimentos sociais ou, como registrou Tarrow (2009, p. 143), “para relacionar o texto ao contexto, a gramática da cultura à semântica da luta”.

Alguns pesquisadores da teoria da Mobilização Política (GAMSON et al 1982) sugerem que os quadros de prognóstico são sinônimos de quadros de injustiça, isto é, haveria uma tendência incontornável dos movimentos sociais definirem quem são os afetados por uma injustiça e ampliarem a sua vitimização. Benford e Snow (2000) reconhecem essa ligação, mas discordam de que elas se apliquem a todos os casos. Os autores identificam que alguns movimentos identitários e religiosos não operam esse enquadramento, mas reforçam que os *injustice frames* são onipresentes nos movimentos que almejam mudanças políticas e econômicas.

Já a construção do quadro de prognóstico se dá em um campo multifacetado, constituído por adversários, a mídia, os apoiadores e o Estado. O desafio aqui é conseguir amplificar e convencer o maior número de pessoas de que a solução proposta pelo movimento é a mais coerente. Benford e Snow (2000) ressaltam que a definição do que deve ser feito é o processo que mais diferencia os movimentos sociais entre si.

Na tentativa de compreender por que os significados gerados pelos movimentos sociais variam em ressonância e efetividade, Benford e Snow (2000, p. 619-621) identificam três fatores que influenciam na credibilidade de um quadro da ação coletiva. O primeiro deles é a consistência do quadro, ou seja, a articulação coesa entre as crenças, as reivindicações e ações do movimento social. Em seguida, os autores pontuam a credibilidade empírica do quadro, diretamente proporcional à correspondência entre o significado produzido e o mundo real. Por último, temos a credibilidade dos articuladores, que se refere ao nível de consenso quanto à confiabilidade dos ativistas.

Para responder à pergunta que norteia esta pesquisa, identificaremos como o movimento secundarista e o Movimento Brasil Livre (MBL) construíram estrategicamente seus quadros de ação coletiva: como definiram os problemas em torno da Reforma do Ensino Médio, que conjuntos de propostas e ações sugeriram para que o problema fosse superado e como motivaram seus seguidores as ações coletivas e conectivas que marcaram esse período. Além disso, identificaremos de que maneira os movimentos alinharam seus quadros interpretativos, ou seja, promoveram “pontes” entre os sentidos atribuídos à Reforma do Ensino Médio e as ocupações para comunicar seus quadros de ação coletiva. Para tanto, realizaremos a análise dos alinhamentos de quadros (Snow et al, 1986).

Segundo os autores, os ativistas promovem o alinhamento de seus quadros da ação coletiva por meio de quatro processos: *frame bridging*, *frame amplification*, *frame extension* e *frame transformation*. O *frame bridging* consiste na ligação entre dois ou mais quadros ideologicamente próximos, mas circunstancialmente desconectados em relação ao problema nomeado pelo grupo. Essa estratégia é amplamente utilizada pelos ativistas na tentativa de promover conjunções entre o movimento e outros grupos ou temas e, assim, inflar sua ressonância política e cultural.

O *frame amplification* diz respeito ao revigoramento e ampliação de um quadro dos ativistas. Segundo Snow e Benford (2000, p. 624), essa estratégia “envolve idealização, embelezamento, esclarecimento ou fortalecimento de valores e crenças existentes”.

O alinhamento por *frame extension* se refere ao prolongamento das fronteiras de um quadro principal para abarcar interesses, demandas ou valores que possuem relevância para possíveis adeptos. Os movimentos geralmente se valem desse tipo de alinhamento quando os quadros mobilizados encontram pouca ressonância social e cultural. Englobar sentidos e valores próximos aos dos ativistas é uma das maneiras de fazer com que eles cheguem a um número maior de pessoas.

Por último, o *frame transformation* envolve a criação de um novo quadro e, portanto, um novo significado à ação. Tradicionalmente, poucas pesquisas sobre os processos de enquadramento dos movimentos sociais identificam esse tipo de alinhamento, já que ele exige intensa troca argumentativa e embates discursivos de grandes proporções. Ativistas que conseguem executá-lo promovem uma profunda ressignificação de um determinado aspecto da realidade, gerando novos valores e enquadrando a realidade sob outro prisma.

Com essa esquema teórico e metodológico, Snow et al (1986) consideram que a análise do enquadramento interpretativo dá conta de contemplar as brechas deixadas pelas teorias do comportamento coletivo e da Mobilização de Recursos no que diz respeito ao que leva as pessoas a se mobilizarem em uma ação coletiva. Os autores ressaltam que a compreensão dos procedimentos de significação desenvolvidos pelos ativistas supera a negligência com que as teorias anteriores tratavam o processo de identificação das queixas, isto é, a maneira como os ativistas as interpretam e difundem. Esse aspecto do *frame alignment* leva

Prudencio e Silva Junior (2014) a consideraram a mobilização política como um processo essencialmente comunicativo e dependente da negociação de sentidos.

Visto que os ambientes digitais são espaços valiosos para os movimentos sociais e ativistas que buscam visibilidade e conexão com a sociedade e possíveis apoiadores, eles podem ser analisados por pesquisadores da comunicação política para compreender os processos de “micromobilização” (Snow et al, 1986, 465), conceito que indica o “conjunto de processos interativos elaborados e empregados pelas OMS e por seus representantes para mobilizar ou influenciar outros grupos na busca de interesses coletivos ou comuns”.

Pesquisas anteriores, realizadas por Prudencio (2014), Prudencio e Silva Junior (2014), Prudencio e Kleina (2017) e Prudencio e Carbonar (2014), analisaram as micromobilizações de movimentos sociais nas redes sociais digitais, especialmente no Facebook, confirmando a aplicabilidade teórica e metodológica do conceito em pesquisas sobre o ativismo digital. Os pesquisadores empregaram a análise do enquadramento da ação coletiva para compreender como o movimento Não Vai ter Copa, o movimento hip-hop de Curitiba e os ativistas pelos direitos dos animais negociaram publicamente os sentidos sobre o que consideram ser problemas sociais e situações que precisam de mudança.

Na pesquisa em tela, além de identificar os quadros da ação coletiva e os processos de alinhamento de quadros interpretativos promovidos pelo movimento secundarista e pelo Movimento Brasil Livre (MBL) em torno da Reforma do Ensino Médio, objetivamos analisar a disputa de enquadramento (*frame contest*) que marcou o debate sobre o projeto nas redes sociais. Trata-se da análise da construção reflexiva e processual de significados, que se dá em uma arena discursiva ocupada por diversos atores. Segundo Benford e Snow (2000, p. 628), “(...) quadros da ação coletiva não são estáticos, entidades reificadas, mas são continuamente construídos, contestados, reproduzidos, transformados e substituídos durante o curso da atividade em movimento”. Em outras palavras, mesmo que um movimento desenvolva alinhamentos interpretativos e quadros da ação coletiva com relativa ressonância na sociedade, os sentidos em torno da ação continuam em permanente disputa. As interpretações das queixas e demandas são filtradas por um processo difuso de argumentação. Trata-se da disputa de enquadramento (*frame contest*), tema do próximo tópico.

4. 3 As batalhas em torno do significado

Com a deflagração de um confronto político, ativistas e grupos mobilizados dão início a um meticuloso e estratégico processo de atribuição de significados à ação. Nessa arena, os movimentos sociais entram em uma batalha com grupos adversários, com o Estado, com autoridades e com os meios de comunicação de massa para que a sua interpretação da realidade prevaleça. Autores da teoria da Mobilização Política conceituam esse processo como uma “disputa de enquadramento” (*frame contest*) (SNOW et al, 1986; McADAM, McCARTHY, ZALD, 1996).

Nesta pesquisa, os quadros interpretativos sobre a Reforma do Ensino Médio produzidos pelos governos e pelos *media* não serão considerados. Nosso foco é compreender como se deu a disputa de enquadramentos interpretativos entre o movimento secundarista e o Movimento Brasil Livre (MBL). Prudencio (2014, p. 89) considera que “o confronto entre grupos é o que mais encontra lugar para uma disputa de enquadramentos, pois não está restrito à contestação de uma política ou um programa do governo, mas ao esforço de comunicação com a sociedade”. Nesse sentido, a análise das contestações e interações entre os movimentos oferecem uma possibilidade promissora para compreender as dinâmicas de embate simbólico desencadeadas entre os grupos.

Torna-se especialmente relevante a reflexão de Tarrow (2009) sobre os processos de enquadramentos que os movimentos sociais realizam para delimitar quem são os inimigos, isto é, para definir um “nós” e um “eles”. Pensando com Hardin (1995), o autor ressalta que os ativistas mobilizam identidades coletivas para estabelecer as fronteiras que separam adeptos e inimigos, utilizando-se, para isso, de atributos e maldades que podem corresponder ou não à realidade.

Nas palavras de Gamson (1992), esses seriam os quadros de identidade, que, assim como os de injustiça e agenciamento, são importantes para os movimentos sociais no processo de mobilização política. De acordo com Gohn (2004),

Um *frame* de injustiça refere-se à indignação moral expressa em forma de consciência política. O de identidade refere-se ao processo de definição do ‘nós’ em oposição ao ‘eles’. E o de agenciamento refere-se ao processo de conscientização de que é possível alterar as condições ou as políticas por meio da ação coletiva. (GOHN, 2004, p. 188)

Ainda que os ativistas atribuam determinadas características à situação e aos adversários, eles não têm controle sobre os enquadramentos que produzem. Isso porque, como vimos, “símbolos, quadros e ideologias são criados e mudados no processo de contestação” (ZALD, 1996, p. 262). Trata-se, nesse sentido, de um processo reflexivo de construção de significados que impede os ativistas de “imporem” sua visão de mundo. Os entendimentos são sempre negociados, contestados e o enquadramento que prevalece é o resultado dessas complexas interações.

Com base nessa constatação, McAdam, McCarthy e Zald (1996, p. 17) ressaltam que os esforços empreendidos pelos movimentos sociais são fundamentais tanto no início como no decorrer da mobilização principalmente porque o ambiente em que o enquadramento se dá tende a mudar radicalmente com a “reação” do Estado e de contra-movimentos. Nesse sentido, enquanto as oportunidades políticas são cruciais para o surgimento de uma ação coletiva, os processos de enquadramento se tornam centrais no período seguinte, pois são eles os responsáveis por sustentar o entendimento de que determinada causa é justa ou não.

Os atores que adentram essa disputa quase nunca estão em pé de igualdade. Segundo Tarrow (2009, p. 41),

na luta pelos significados, em que os movimentos estão sempre engajados, é raro não ficarem em desvantagem quando competem com os estados, que não apenas controlam os meios de repressão mas têm à sua disposição instrumentos importantes para a construção de significados (TARROW, 2009, p. 41)

Complexificando ainda mais esse ambiente discursivo, é necessário pontuar que os significados presentes nas disputas são filtrados pelos meios de comunicação de massa, que apresentam historicamente uma resistência à absorção dos quadros produzidos pelos movimentos sociais, aspecto que impõe sérias dificuldades aos ativistas na tarefa de “atribuir significado pela hierarquia de importância a fatos da realidade em disputa” (PRUDENCIO, 2014, p. 91). A participação ativa dos *media* na construção da realidade os coloca em posição central para a compreensão da disputa de enquadramentos, pois, como salientam McAdam, McCarthy e Zald (1996, p. 17), “o resultado dos esforços de

enquadramento posteriores se transformará não apenas nos méritos substantivos dos quadros concorrentes, mas na independência, nos procedimentos e nas simpatias da mídia”

Benford e Snow (2000, p. 626) sublinham que o choque entre enquadramentos pode afetar os quadros dos movimentos em dois aspectos: colocando os ativistas em uma postura defensiva pelos menos temporariamente ou forçando o desenvolvimento e a elaboração de prognósticos mais claros e de mais fácil absorção. Os autores (p. 627) advertem também que os quadros podem ser contestados não só por outros movimentos, pelo Estado e pelos *mídia*, mas pela “tensão dialética” entre os quadros da ação coletiva e os eventos da ação coletiva, o que nos remete ao papel do enquadramento na construção da credibilidade de um determinada interpretação da realidade (BENFORD, SNOW, 2000, p. 619-621).

5 A POLÍTICA DA OCUPAÇÃO *VERSUS* A ANTIPOLÍTICA DA DESOCUPAÇÃO

Após empreendermos a discussão teórica sobre as contribuições da Teoria da Mobilização Política para a compreensão do objeto em questão e de discorrermos sobre os atores protagonistas do confronto político e o contexto em que a Reforma do Ensino Médio se deu, passaremos adiante para a análise das estratégias utilizadas pelos estudantes secundaristas e pelo MBL para se comunicarem publicamente sobre o projeto no Facebook. O objetivo deste capítulo é responder à questão que norteia este trabalho: como esses grupos disputaram o enquadramento interpretativo em torno da Reforma do Ensino Médio?

5.1. Seleção das páginas e coleta de dados

Inicialmente, o pesquisador fez uma pesquisa exploratória sobre a onda de ocupações e o confronto em torno da Reforma do Ensino Médio para identificar as fases da mobilização, os episódios mais relevantes e os locais/unidades escolares em que a disputa política foi feita de forma mais latente. Para essa fase inicial, o autor recorreu a matérias jornalísticas da grande imprensa, ao material produzido por veículos de comunicação alternativa, à busca por *fanpages* no Facebook e a conversas com os próprios estudantes secundaristas em algumas visitas às unidades ocupadas. Com isso, foi possível traçar com mais precisão quais foram as escolas mais atuantes nas mídias sociais e que, portanto, deveriam ser o foco da pesquisa.

Sendo assim, para mapear a disputa de enquadramentos entre o movimento secundarista e o MBL no Facebook, selecionamos, além da *fanpage* do próprio MBL, cinco páginas ligadas aos estudantes. São elas: União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), De Estudante para Estudante, Ocupa Pedro Macedo, Ocupa CEP e Ocupa Lysimaco.

Optamos pela seleção da página De Estudante para Estudante com base em dois critérios complementares: por ser administrada por estudantes da primeira escola a ser ocupada no Paraná – o Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen, em São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba –, ela representa a primeira empreitada de ativismo digital do movimento secundarista em torno das ocupações.

Por conta disso, ela acabou se tornando a porta-voz de diversas escolas ocupadas, principalmente nos estágios iniciais da mobilização.

Já a seleção da página OCUPA CEP, administrada pelos estudantes do Colégio Estadual do Paraná (CEP), o maior do estado, se justifica pela centralidade da unidade na onda de ocupações, pela relevância digital que a página atingiu em comparação com outras *fanpages* e principalmente porque, em suas incursões pelo movimento dos estudantes, o MBL elegeu o CEP como um local de embate com os secundaristas.

A *fanpage* da UBES foi selecionada por representar um braço institucional do movimento secundarista. Caso a página não fosse incluída no *corpus* de análise, algumas dimensões importantes sobre o confronto político e as estratégias de mobilização dos estudantes secundaristas poderiam ter sua relevância suprimida.

As páginas Ocupa Pedro Macedo e Ocupa Lysimaco representam respectivamente os estudantes do Colégio Estadual Pedro Macedo e o Colégio Estadual Professor Lysímaco Ferreira da Costa, localizados em Curitiba. Elas foram selecionadas para a pesquisa porque as duas unidades foram escolhidas como alvos de manifestações contrárias ao movimento secundarista promovidas pelo MBL. Em alguns casos, houve confronto direto entre apoiadores da desocupação e estudantes ocupados.

O período de análise compreende o dia de início da primeira ocupação no estado (realizada em 3 de outubro de 2016 no Colégio Padre Arnaldo Jansen) e a data em que ocorreu uma das últimas e mais importantes desocupações: a do Colégio Estadual do Paraná (CEP) no dia 7 de novembro de 2016. Com base na pesquisa exploratória que realizamos, concluímos que esse recorte temporal engloba as principais fases da mobilização em torno da Reforma do Ensino Médio, o que o torna compatível com os objetivos que essa pesquisa persegue.

As postagens das páginas administradas pelos estudantes foram coletadas por meio do aplicativo Netvizz. Para cada *fanpage*, a ferramenta gerou uma tabela completa com informações sobre as publicações, como data, formato, link do post e número de interações (reações, comentários e compartilhamentos).

As publicações do MBL foram coletadas manualmente. As recentes alterações do Facebook em sua Interface de Programação de Aplicativos impossibilitaram a coleta das publicações por meio do Netvizz. Ao filtrar o período desejado para a *fanpage* do MBL no aplicativo, não obtivemos nenhuma publicação

resgatada. Diante desse impasse, optamos por coletar os conteúdos manualmente, acessando as abas de vídeos e fotos da página. O acesso a publicações de outros formatos – como texto e link, por exemplo – se tornou inviável. Foram coletadas somente postagens do MBL relacionadas às ocupações das escolas ou à pauta da educação. Como as publicações do MBL não foram compiladas automaticamente em uma tabela por meio do Netvizz, esse trabalho foi feito manualmente e organizado em tabelas do *Microsoft Excel*.

A Tabela 1 indica a divisão das publicações em números absolutos. Ao todo, foram 602 publicações ligadas aos estudantes secundaristas e 108 feitas pelo MBL.

TABELA 1- NÚMERO DE PUBLICAÇÕES NAS PÁGINAS ANALISADAS

Página	Número de publicações
MBL	108
OCUPA CEP	135
Ubes	64
Ocupa Pedro Macedo	76
Ocupa Lysimaco	33
De Estudante para Estudante	324

Fonte: Dados do autor

5.2 Etapas da análise

O estudo da disputa de enquadramentos em torno da Reforma do Ensino médio será realizado em três etapas. Em primeiro lugar, realizaremos uma análise descritiva das páginas selecionadas para identificar as temáticas mais recorrentes, os formatos de publicações escolhidos e o número de interações que cada *fanpage* somou. Nesse estágio, cada uma das 740 publicações foi analisada separadamente e distribuída em categorias que explicaremos adiante. O pesquisador registrou o comportamento de cada página em tabelas no *software* Microsoft Excel organizada pelas seguintes classificações: data, tema, formato, quantidade de comentários, de

reações e de compartilhamentos. Esse levantamento proporcionou a criação de tabelas sobre as temáticas mais recorrentes em cada página, elementos centrais para identificar que aspectos da Reforma do Ensino Médio ou das ocupações cada página optou por ressaltar.

Ainda que o aspecto quantitativo não seja o elemento central para a proposta da pesquisa, a geração de gráficos com a evolução do engajamento no decorrer do período da mobilização nos mostra a dimensão da visibilidade angariada por cada página e em que períodos houve picos. Os gráficos separam o montante de reações, compartilhamentos e comentários em cada dia do período das ocupações.

Finalizada a análise descritiva, partiremos para a análise interpretativa, ou seja, a análise dos processos de alinhamento de quadros e dos enquadramentos da ação coletiva empreendidos por cada página. Para tanto, e com base na literatura sobre o enquadramento interpretativo, cada uma das 740 publicações foi analisada separadamente em suas estratégias de alinhamento (*amplification, bridging, extension e transformation*) e de geração de quadros da ação coletiva (diagnóstico, prognóstico e motivacional). Esses dados também foram organizados em tabelas no Microsoft Excel, o que possibilitou a identificação da recorrência de cada estratégia de enquadramento. Os quadros gerados e os significados atribuídos à Reforma e às ocupações foram identificados e descritos a partir dos textos, fotos, imagens e vídeos publicados por cada página.

Por fim, a última etapa compreenderá a análise da disputa de enquadramentos propriamente dita. Os quadros gerados por cada ator serão colocados em uma tabela e serão analisados à luz da Teoria da Mobilização Política e da literatura sobre enquadramento. Assim, será possível compreender em maior profundidade as estratégias comunicativas escolhidas pelos estudantes secundaristas e pelo MBL.

5.3. Categorias

Antes de partirmos para a análise das estratégias de enquadramento dos secundaristas e do MBL, reservamos algumas linhas para detalhar as temáticas publicadas pelos estudantes. As categorias foram criadas e aperfeiçoadas com base no espaço e na relevância que um determinado tema recebeu em cada publicação. A maioria das temáticas está presente na análise descritiva de todas as páginas e as

exceções ficam por conta da UBES, que, por não cobrir nenhuma ocupação específica, acaba englobando outras categorias.

No tema **Ocupações** estão incluídas as publicações que contêm informações gerais sobre as escolas ocupadas e também demonstrações de apoio ao movimento. A categoria é frequente principalmente na página da UBES, já que as outras tratam das ocupações de forma mais específica.

A temática **Ocupação** reúne publicações sobre as justificativas e decisões em torno da ocupação da escola de que se trata a página. As postagens enquadradas nesse item abordam, em alguma medida, um aspecto mais político do movimento, diferentemente do tema **Cotidiano da ocupação**, que agrega as postagens com informações mais corriqueiras sobre as unidades, como fotos das atividades realizadas pelos estudantes e relatos sobre a organização do espaço. Já na categoria **Outras ocupações** estão as postagens que se referem a outras unidades ocupadas, e não à escola da página em questão. Foram englobadas nessa categoria publicações mais focadas em divulgação do cotidiano das escolas.

Em **Agenda**, estão as publicações que divulgam a programação da ocupação, como rodas de conversa, atividades culturais e o horário das assembleias. No ponto **Estrutural**, um dos mais frequentes em algumas páginas, os estudantes solicitam a doação de itens necessários à manutenção da ocupação – como alimentos, utensílios de cozinha, colchões e cobertas.

Já o item **Reforma** engloba as publicações que tratam do teor da Reforma do Ensino Médio. As postagens que apenas citam o projeto não entram nessa categoria. Para ser classificada nela, a publicação deveria conter pelo menos um ponto de crítica ao teor da Reforma e suas consequências para a educação brasileira.

No tema **PEC 241**, estão enquadradas publicações de crítica à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que previa o congelamento de gastos públicos, inclusive em educação, por duas décadas. A tramitação da proposição se deu concomitantemente à discussão sobre a Reforma do Ensino Médio.

O item **Escola Sem Partido** reúne as publicações críticas ao movimento contrário à suposta “ideologização” da educação. É nele que estão as publicações em que estudantes criticam o teor autoritário do projeto. Já na categoria **Golpe** se enquadram postagens que falam sobre os desdobramentos da deposição da ex-presidente Dilma Rousseff.

Desocupação refere-se tanto às postagens que abordam as desocupações em si – principalmente nas fases finais da mobilização – quanto aos momentos em que os estudantes responderam às tentativas de desocupação com argumentos favoráveis ao movimento secundarista.

O item **Orientações** abarca diretrizes e instruções válidas para os estudantes ocupados. Dicas de como ocupar uma escola e conselhos sobre como lidar com uma possível reintegração de posse constam nas publicações reunidas nesse item. Já a categoria **Repressão policial** diz respeito postagens em que estudantes denunciam episódios de abuso da autoridade e da força policial contra o movimento secundarista.

Lista de escolas ocupadas reúne um formato de publicação bastante utilizado: uma listagem completa das unidades ocupadas pelos secundaristas. Essa categoria foi identificada principalmente na página da UBES. Na categoria **Manifestação** estão as postagens da cobertura de atos de rua realizados pelos estudantes. As publicações que convidavam para as passeatas foram incluídas na categoria Agenda.

No item **Cuidado** foram incluídas publicações que ressaltam o zelo dos secundaristas pelas escolas ocupadas. Fotos dos estudantes pintando os muros dos colégios e limpando as instalações coletivamente entraram nessa categoria. Já na categoria **Vandalismo** entram as postagens em que os estudantes rebatem acusações de que são vândalos ou desmentem o que julgam ser falsos atos de vandalismo, praticados para incriminar e estigmatizar os secundaristas.

O item **Morte do Estudante** reúne manifestações de pesar, reflexões e críticas ao episódio da morte do estudante dentro de uma ocupação na cidade de Curitiba. Trata-se da primeira categoria encontrada tanto nas páginas administradas pelos secundaristas como nas pelo MBL.

A categoria **Contra-movimento** engloba publicações sobre movimentos contrários às ocupações, entre eles o MBL. Entram nesse item as críticas dos estudantes à atuação do grupo nas tentativas de desocupação e aos posicionamentos dele nas redes sociais.

Em **Enem**, entram todas as publicações sobre o adiamento da realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Tanto os secundaristas como o MBL fizeram postagens sobre o assunto. Já no item **Imprensa**, trata-se de todas as

publicações relacionadas ao trabalho dos jornalistas na cobertura das ocupações, tanto as críticas como os elogios aos profissionais da comunicação.

Na categoria **Partidos políticos e sindicatos** estão as publicações do MBL que vinculam as ocupações estudantis a partidos políticos e sindicatos. Somente as postagens que apresentam uma clara associação entre os estudantes e os partidos foram consideradas. Em **Autoritarismo** constam as críticas do MBL ao que julgam ser o caráter antidemocrático das ocupações. Para o grupo, os secundaristas estavam impedindo o direito de outros estudantes estudarem.

Em **Crítica a entidades do movimento secundarista** estão as publicações do MBL que criticam as organizações responsáveis pela representação dos estudantes, como a UBES e a União Nacional dos Estudantes (UNE). As postagens com ataques diretos a representantes dessas entidades também foram incluídas na categoria. Na categoria **Comemoração desocupações**, do MBL, entram as publicações em que o movimento celebra a reintegração de posse ou a desocupação voluntária das unidades. Entra nesse item, por exemplo, a exaltação de juízes que decidiram pela reintegração de posse das escolas.

Já a categoria **Partidarismo** reúne publicações dos estudantes rebatendo a acuação de que são massa de manobra de partidos políticos, crítica comum entre os integrantes do MBL. A categoria **Ideologia**, identificada na página dos estudantes, congrega as publicações que desmistificam a ideia de que orientações políticas invalidam a ação dos secundaristas.

5.4 Análise

Depois de expormos os critérios utilizados para a seleção das páginas, a coleta de dados e a categorização das publicações, passaremos para a análise das páginas. A análise descritiva e interpretativa de cada página será feitas em itens separados. Posteriormente, as informações obtidas e os quadros gerados serão analisados no item reservado para a análise da disputa de enquadramentos.

5.4.1 Análise descritiva da página da UBES

A página da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) é a única institucional analisada nesta pesquisa e a maior *fanpage* ligada aos estudantes, somando 93.800 curtidas. Foram coletadas 64 publicações no período analisado.

Por se tratar da página de uma entidade, as publicações são mais profissionalizadas e menos espontâneas. Uma diferença em relação às demais páginas administradas pelos estudantes é que a UBES possui um site onde conteúdos mais densos sobre a Reforma e a PEC são publicados.

Diferentemente das outras páginas e pela sua própria natureza institucional, as publicações da UBES não priorizam a rotina das ocupações, mas sim um aspecto geral do movimento. Parte das publicações sobre as ocupações são mais genéricas, geralmente associadas a um convite para que os apoiadores as visitem.

FIGURA 5 – PUBLICAÇÃO DA PÁGINA DA UBES EM APOIO ÀS ESCOLAS



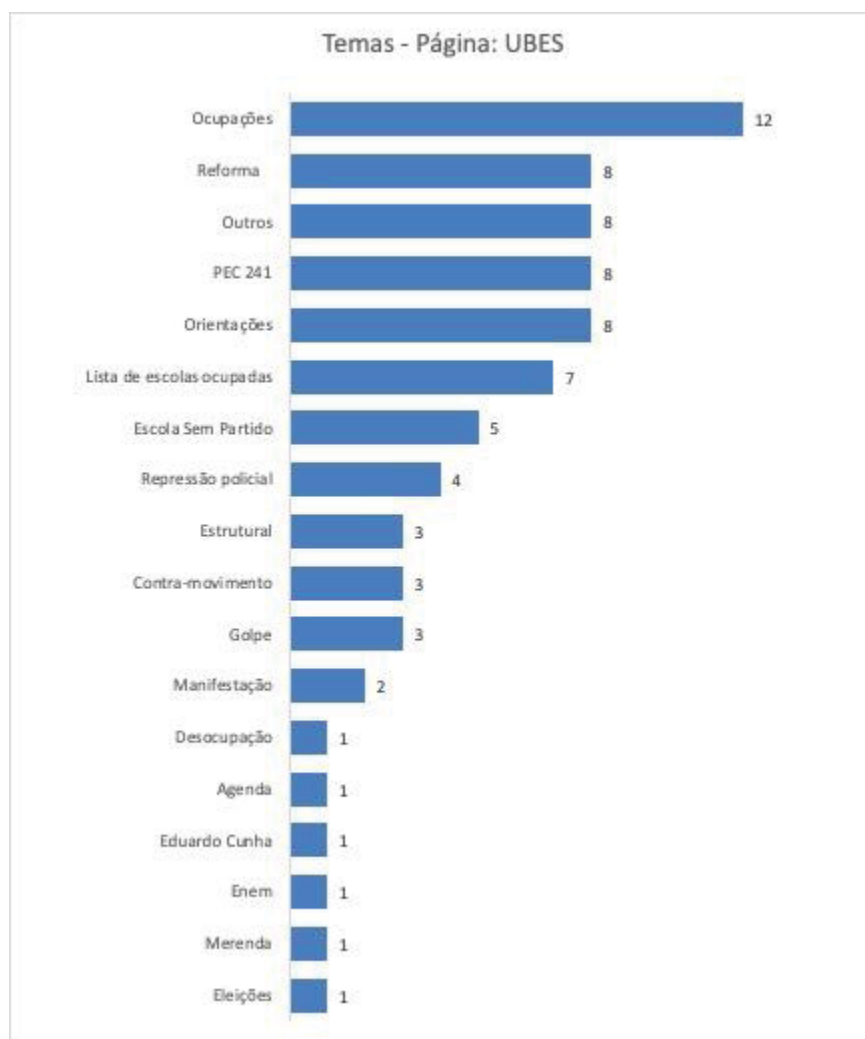
Fonte: Facebook

A página assume um comportamento mais institucional e rompe com o posicionamento de “autonomia” e de “apartidarismo” das outras *fanpages*. A figura da ex-presidente da entidade, Camila Lanes, é corriqueira nos vídeos publicados na página. Tal postura não surpreende, já que se trata de uma entidade representativa dos estudantes cuja direção é composta por militantes organizados e ligados à política institucional.

Chama a atenção que a página da UBES é única a abordar as eleições municipais de 2016 e citar a palavra “golpe” em suas postagens. Nelas, a proposta da Reforma do Ensino Médio é tratada como parte de um projeto político derivado

do golpe que destituiu Dilma Rousseff da Presidência da República. Algumas vezes, a MP 746 é tratada como um “golpe na educação”. Como vimos, esse posicionamento de crítica ao *impeachment* e a proximidade das últimas gestões da UBES com o PT foram utilizados pelo MBL para acusar a entidade de manipular os estudantes ideologicamente.

GRÁFICO 1 – TEMÁTICAS PUBLICADAS NA PÁGINA DA UBES



Fonte: Dados do autor

A página é a que mais cita o Escola Sem Partido durante o período analisado nesta pesquisa. As publicações sobre o projeto associam-no à censura nas salas de aula, tanto que a iniciativa foi batizada pela UBES como “Lei da Mordança”. Além disso, a entidade denuncia que o Escola Sem Partido é o “caminho dos golpistas

para calar a educação”, vinculando novamente a luta dos estudantes ao termo golpe.

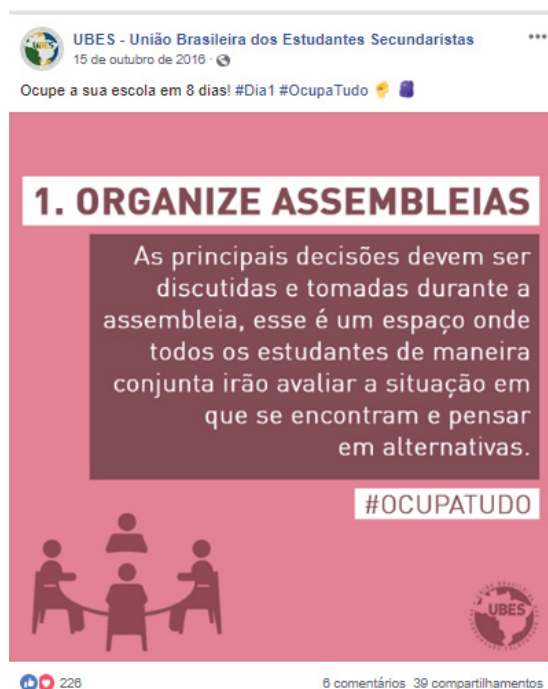
FIGURA 6 – PUBLICAÇÃO DA UBES CONTRÁRIA AO ESCOLA SEM PARTIDO



Fonte: Facebook

A UBES também assume o papel de orientar os estudantes sobre qual é a melhor maneira de ocupar uma escola. No período analisado, a entidade lançou uma campanha com oito tarefas que os secundaristas devem cumprir antes e durante a ocupação. Como mencionamos, trata-se de um conteúdo mais genérico, menos focado no cotidiano da mobilização e voltado à orientação jurídica e política.

FIGURA 7 – PUBLICAÇÃO DA UBES COM ORIENTAÇÕES AOS ESTUDANTES



Fonte: Facebook

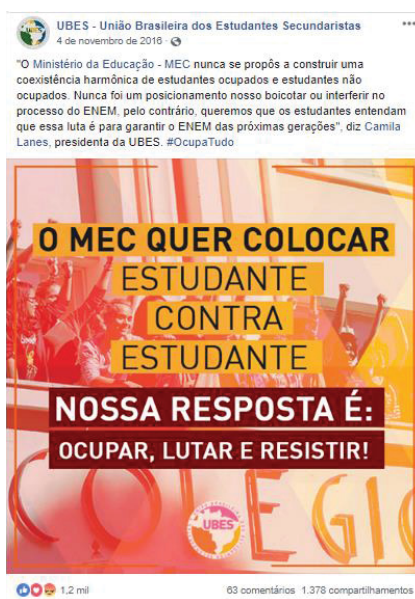
Nas postagens coletadas, a UBES menciona o movimento contrário às ocupações três vezes, mas em nenhuma delas cita diretamente o MBL. A primeira publicação dessa temática, em 7 de outubro de 2016, é o vídeo de uma ex-professora agredindo estudantes de uma escola ocupada de Maringá. A segunda, de 01 de novembro, é um vídeo da fala de estudante Ana Júlia Ribeiro no Senado Federal. Ela menciona a “repressão violenta de movimentos contrários”. Segue trecho do discurso da secundarista:

Infelizmente, nós temos sofrido repressão de movimentos contrários. E infelizmente, a repressão está sendo violenta. Repressão essa a qual, na calada da noite, passa nas escolas. Repressão essa que, na calada da noite, passa ao som alto do hino nacional como se nós não respeitássemos o hino. Repressão essa que olha pra nós e nos desmoraliza pelo nosso pessoal, que usa de táticas abusivas para falar de nossas pessoas, e não dos nossos ideais. Sem sombra de dúvida, somos contra essa repressão agressiva. Nós defendemos o direito que eles têm de serem contrários. Nós vivemos em uma democracia e sabemos que é importante termos dois lados, mas a repressão agressiva nós abominamos ¹²

¹² Disponível em <https://www.facebook.com/watch/?v=1103103259807463> . Acesso em 4 de outubro de 2018.

Já a terceira menção ao contra-movimento é uma crítica ao MEC ao estimular o embate entre estudantes ocupados e não ocupados, mobilização inflada pelo MBL. A UBES critica a apatia do ministério na tentativa de atenuar os conflitos nas ocupações, principalmente com a possibilidade de adiamento do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para alunos lotados em escolas ocupadas.

FIGURA 8 – PUBLICAÇÃO DA UBES SOBRE O ENEM

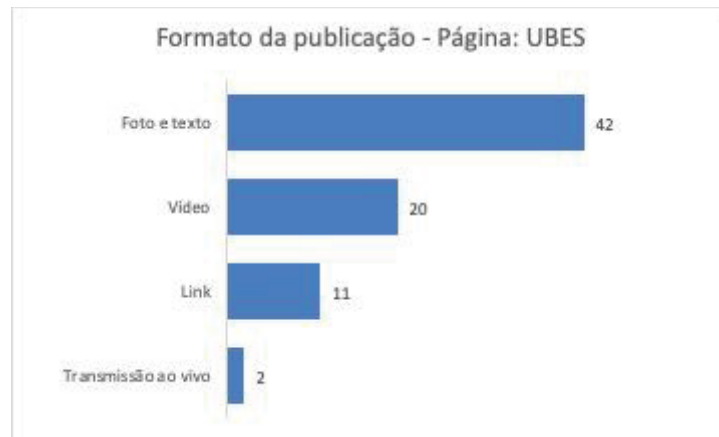


Fonte: Facebook

A página também se dedica a publicar vídeos e fotos sobre episódios de violência policial envolvendo as ocupações. Além disso, divulga periodicamente a lista de escolas ocupadas em todo o Brasil, um formato de publicação que garantiu grandes níveis de engajamento no período.

O formato de publicação mais utilizado pela UBES foi a foto e o texto, seguido do vídeo e do compartilhamento de link. Nesse ponto, vale ressaltar que, entre as oito publicações em que o conteúdo da Reforma foi abordado em profundidade, a ponto de tecer críticas consistentes a ele, sete estão no formato de vídeo. Essa constatação indica que, como uma estratégia ou não, os conteúdos mais densos sobre a Reforma não foram publicados em texto, e sim no audiovisual.

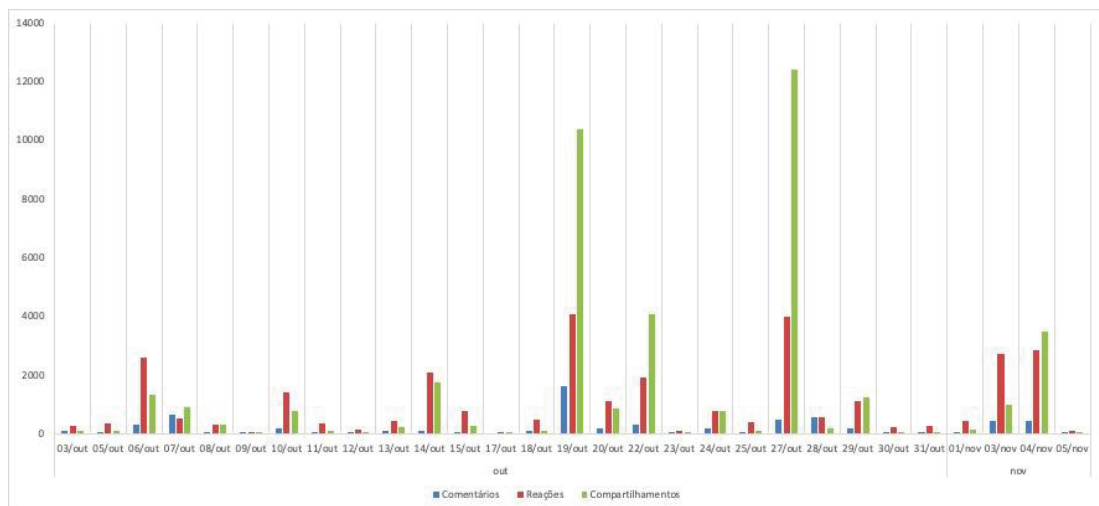
GRÁFICO 2 – FORMATO DAS PUBLICAÇÕES NA PÁGINA DA UBES



Fonte: Dados do autor

Com relação à interação, a *fanpage* da UBES atingiu um desempenho melhor em dois dias: em 19 e 27 de outubro. Com exceção desses períodos, a página não alcançou um engajamento relevante, mesmo sendo a maior *fanpage* do movimento secundarista. Como veremos adiante, apesar de ter um número 20 vezes maior, a página teve um desempenho inferior à OCUPA CEP.

GRÁFICO 3 – INTERAÇÕES NA PÁGINA DA UBES



Fonte: Dados do autor

As duas publicações que representam os *outliers* do gráfico são fotos. A do dia 19 de outubro é uma imagem que incentiva o apoio popular e as doações às ocupações estudantis. A interação que ela angariou pode ser considerada um ponto fora da curva, já que a abordagem e o formato da peça não possuem elementos

considerados fundamentais para que seja possível viralizar um conteúdo. Diante dessa excepcionalidade, concluímos ser provável que a UBES tenha impulsionado a publicação.

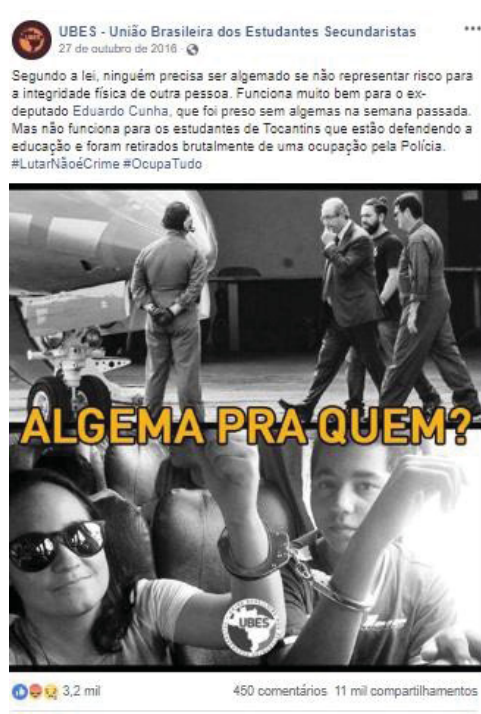
FIGURA 9 – PUBLICAÇÃO MAIS COMPARTILHADA DA PÁGINA DA UBES



Fonte: Facebook

A segunda publicação mais compartilhada é uma imagem que explora a discrepância do tratamento da polícia dá aos estudantes e à classe política. A entidade aborda a contradição entre o episódio em que alunos do Tocantins saíram algemados do colégio que ocupavam e o tratamento dado ao ex-deputado federal Eduardo Cunha no momento em que foi preso. Não é possível saber se a publicação foi impulsionada.

FIGURA 10 – SEGUNDA PUBLICAÇÃO MAIS CURTIDA DA UBES



Fonte: Facebook

5.4.2 Análise interpretativa da página da UBES

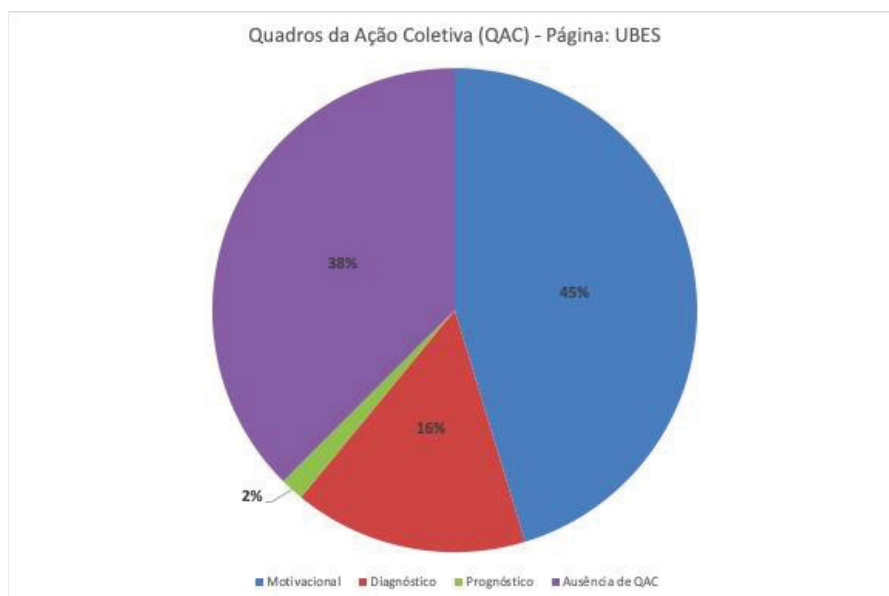
Em termos de alinhamento, a página da UBES realiza somente o *frame amplification* durante o período analisado. Esse tipo de alinhamento está presente em 32% das publicações, ou seja, é proporcionalmente maior que a recorrência nas demais páginas, mas numericamente parecido, uma vez que a UBES realizou uma quantidade consideravelmente pequena de postagens.

O *frame amplification* se manifesta a partir do quadro da Reforma como **retrocesso** para a educação pública. A escolha desse quadro é compreensível: a entidade não só considera genuinamente a Reforma prejudicial, ela carrega consigo um alinhamento político e ideológico declarado ao governo petista deposto. A estratégia aqui é associar a MP 746 à crítica ao processo de *impeachment* e suas consequências para a educação pública, na visão da UBES.

Já os quadros da ação coletiva seguem o mesmo padrão identificado nas outras páginas: a prevalência do motivacional, seguido do diagnóstico e do prognóstico. Os convites e as convocatórias típicas do quadro motivacional estiveram presentes em 45% das postagens, enquanto a definição dos culpados

pela situação apareceu em 16%. Novamente, a tendência de ignorar os quadros de prognóstico se manteve, indicando que a entidade não estava aberta a negociar outras soluções que não fossem as ocupações das escolas.

GRÁFICO 4 – QUADROS DA AÇÃO COLETIVA DA UBES

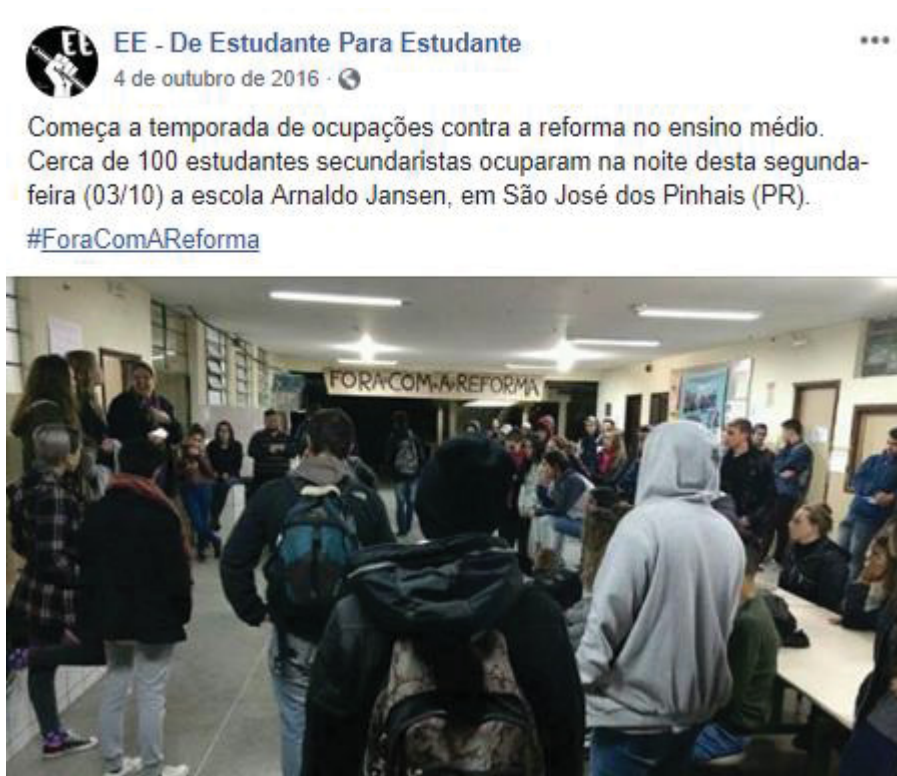


Fonte: Dados do autor

5.4.3 Análise descritiva da página De Estudante Para Estudante

A página De Estudante Para Estudante é administrada por estudantes do Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen, localizado em São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba. Trata-se da primeira escola ocupada no Brasil contra a Reforma do Ensino Médio em 03 de outubro de 2016. Ao todo, foram coletadas 324 publicações do dia 03 de outubro de 2016 ao dia 07 de novembro de 2016. O colégio foi desocupado no dia 4 de novembro de 2016.

FIGURA 11 – PRIMEIRA PUBLICAÇÃO DA PÁGINA DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTES

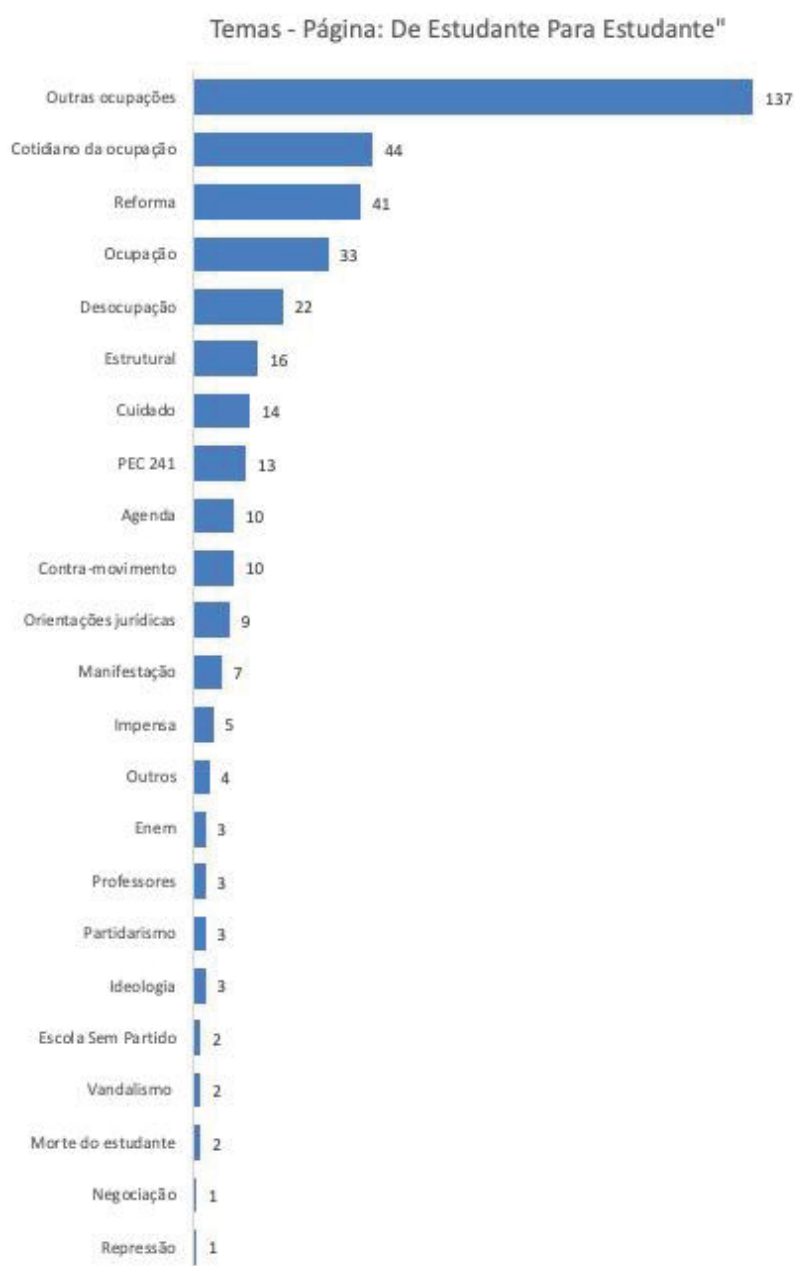


Fonte: Facebook

Apesar de a *fanpage* ser conduzida por um coletivo encabeçado pelos estudantes da ocupação, ela acaba funcionando, na maioria das postagens, como um repositório de informações sobre as demais ocupações do estado e do Brasil, com prevalência de postagens sobre o cotidiano do colégio Arnaldo Jansen. É possível que esse funcionamento seja resultado do fato de que, por ter sido a primeira ocupação do Brasil contra a MP 746, ela recebeu mais visibilidade no início do movimento, comportamento que manteve no decorrer da mobilização.

A grande recorrência de postagens da temática **Outras ocupações**, indicada na tabela abaixo, reforça essa estratégia. Nessa categoria, estão representadas as publicações mais ordinárias sobre o funcionamento das ocupações, como as atividades, informações gerais, manifestações de apoio etc. Foi a temática mais frequente na página. De toda forma, a página repete o mesmo comportamento das outras *fanpages*: o foco está em uma cobertura mais factual e pragmática do movimento.

GRÁFICO 5 – TEMÁTICAS NA PÁGINA DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTE



Fonte: Dados do autor

As publicações categorizadas nesse tema são, em sua maioria, concisas e práticas: cumprem com o objetivo de informar quais colégios foram ocupados e divulgar fotos e vídeos das atividades realizadas.

FIGURA 12 – PUBLICAÇÃO DA CATEGORIA OUTRAS OCUPAÇÕES



Fonte: Facebook

O tema **Cotidiano da Ocupação** é o segundo mais recorrente no período de análise. As atividades culturais, fotos das aulas doadas, a rotina de limpeza e manutenção do colégio compõem as publicações abarcadas nessa categoria. Geralmente, elas vêm acompanhadas do quadro motivacional, indicado pelas *hashtags* #OcupaTudo e #ForaComAReforma, que servem como um estímulo para os estudantes participarem da programação das ocupações.

FIGURA 13 – PUBLICAÇÃO DA PÁGINA DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTE NA CATEGORIA COTIDIANO DA OCUPAÇÃO



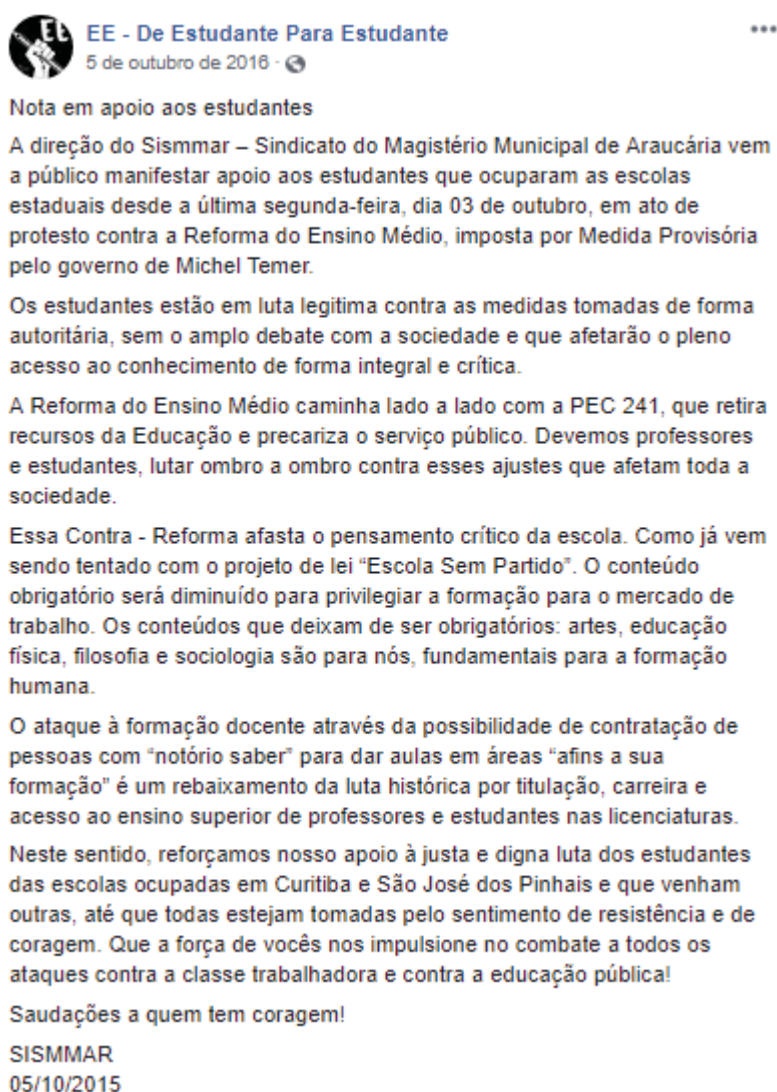
Fonte: Facebook

Um ponto que se destaca é que a página De Estudante Para Estudante foi a que mais fez publicações sobre o conteúdo da Reforma do Ensino Médio no período analisado. As críticas à medida apareceram em 41 publicações, o que representa 12,6% delas. Mesmo assim, a porcentagem pode ser considerada baixa diante de um cenário de pouco esclarecimento sobre o teor da Reforma e, consequentemente, um baixo consenso sobre a validade da ocupação.

Interessante notar, no entanto, que grande parte das publicações a respeito da MP 746 é composta por notas de apoio de entidades como centros acadêmicos de universidades, coletivos, movimentos sociais e sindicatos, concentradas no início da mobilização. São raros os momentos em que o conteúdo produzido em crítica à Reforma é fruto de uma publicação original dos estudantes. Nesse sentido, convém concluir que a recorrência de postagens sobre o teor da MP 746 pode não ser oriunda de uma estratégia previamente definida dos estudantes, mas sim da replicação dos apoios recebidos ao longo da mobilização.

De toda forma, o conteúdo concernente à Reforma veiculado na página opera a construção de um quadro de diagnóstico que justifique as ocupações como repertório de ação válido. A recorrência do termo “imposta”, por exemplo, revela o intuito de conferir um caráter anti-democrático à medida e de justificar uma ação mais disruptiva por parte dos secundaristas.

FIGURA 14 – EXEMPLO DE APOIO PUBLICADO NA PÁGINA DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTE

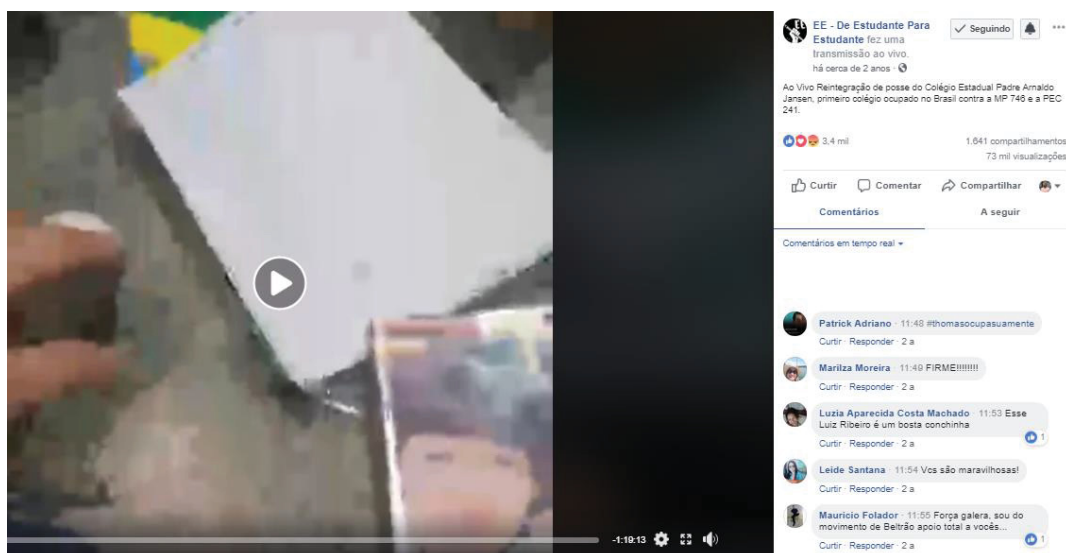


Fonte: Facebook

O quarto tema mais publicado pela página foi o **Desocupação**, que se refere não somente à desocupação dos colégios no final da mobilização, mas aos sucessivos momentos em que reintegrações de posse foram propostas, aprovadas ou suspensas. Vale adiantar que uma das publicações que mais engajaram na

página foi a transmissão ao vivo realizada durante a desocupação do Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen.

FIGURA 15 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE DO COLÉGIO PADRE ARNALDO JANSEN



Fonte: Facebook

Já na categoria **Cuidado** estão as publicações que tentam amenizar o estigma de “baderneiros” a “vândalos” que recai sobre os secundaristas, muitos desses termos utilizados inclusive pelo Movimento Brasil Livre (MBL) em suas redes. Os estudantes chegaram a fazer publicações desmentindo o que chamaram de boatos sobre violência e depredação dentro das escolas. O intuito com essas postagens é mostrar que os estudantes estão preservando do patrimônio público – seja cuidando das instalações, seja realizando reparos e obras cuja responsabilidade é do poder público.

FIGURA 16 – PUBLICAÇÃO DA PÁGINA DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTE NA CATEGORIA CUIDADO



Fonte: Facebook

A categoria **Contra-movimento** engloba todas as tentativas de desocupação realizadas por pais, alunos e movimentos contrários, entre eles o MBL. Como o Colégio Padre Arnaldo Jansen está localizado na região metropolitana de Curitiba, área que o MBL não visitou, a ocorrência de embates diretos entre os dois grupos é inexistente. Em comparação com a página Ocupa CEP, por exemplo, a De Estudante Para Estudante mencionou menos vezes os contra-movimentos. De toda forma, a crítica ao MBL se fez presente na página, inclusive com a alcunha de “Movimento Bandido Livre”, como mostra a publicação abaixo.

estudantes podem ser interpretadas como uma espécie de resposta ao entendimento de que estão sendo influenciados por partidos políticos e sindicatos.

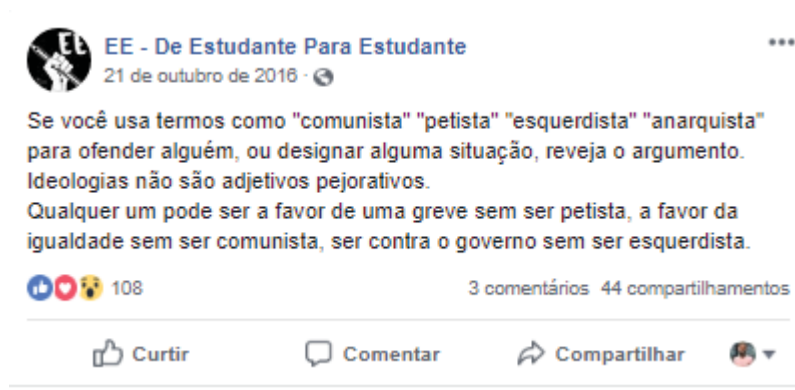
FIGURA 18 – VÍDEO PUBLICADO PELA PÁGINA DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTE



Fonte: Facebook

Já no dia 21, outra publicação funciona como um tipo de resposta a comentários com discurso de ódio ou estigmas, mas chama a atenção o fato de que o conteúdo sobre ideologias tenha surgido na página no mesmo período em que o MBL começa a falar sobre as ocupações no Facebook. Na publicação abaixo, a página De Estudante Para Estudante propõe a diluição das associações criadas pelo MBL com a prevalência do quadro de partidarismo nas ocupações. Trata-se de uma estratégia dos estudantes para se desvencilhar do significado e dos termos pejorativos que o MBL atribuiu aos secundaristas, indicando uma reorientação – ou, no mínimo, uma ampliação – temática acerca das ocupações.

FIGURA 19 – PUBLICAÇÃO DA PÁGINA DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTE SOBRE IDEOLOGIA



Fonte: Facebook

A publicação mais curtida, comentada e compartilhada da página é uma paródia musical produzida pelos estudantes para abordar de forma “descontraída” os perigos da Reforma do Ensino Médio. Eles modificaram a letra da música “Bang”, da cantora Anitta, com o objetivo de ressaltar que a MP 746 tem o objetivo de formar “mão de obra barata” e de amenizar o “senso crítico” crítico nas escolas. O tom incisivo e eloquente das mensagens deu lugar à dança e ao humor. O vídeo teve mais de três mil compartilhamentos e foi visualizado 160 mil vezes.

FIGURA 20 – PARÓDIA DIVULGADA PELA DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTE

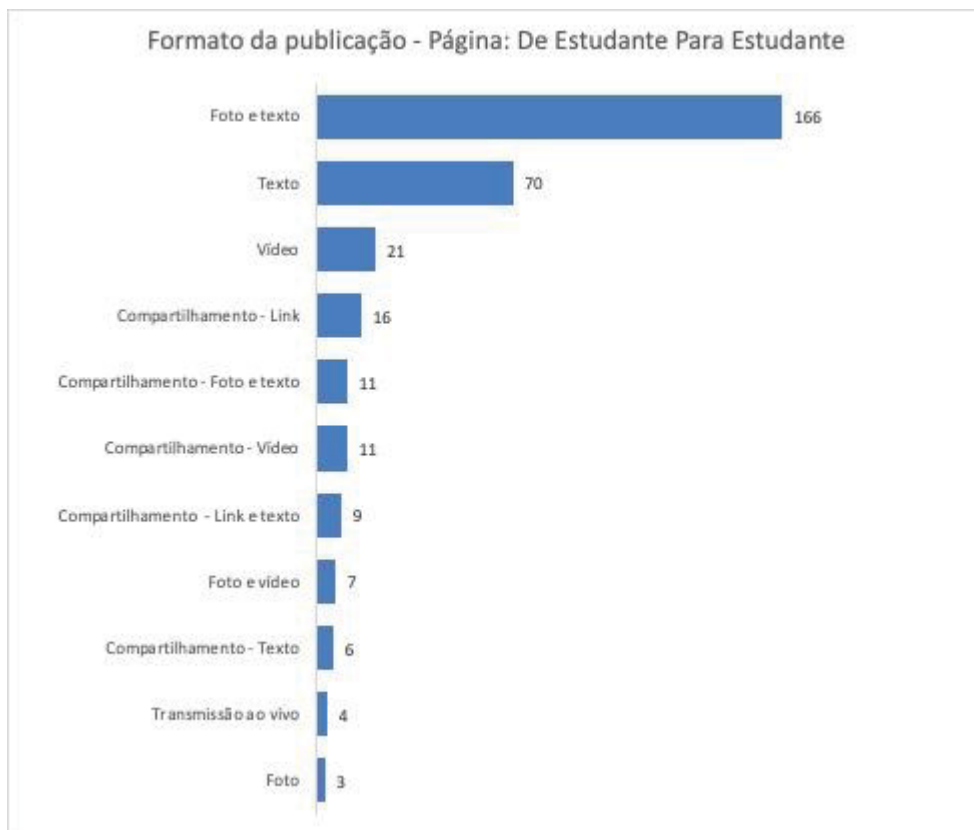


Fonte: Facebook

Com relação aos formatos das publicações na página De Estudante Para Estudante, a foto acompanhada do texto foi o mais utilizado, seguido do texto e do vídeo. Diferentemente de outras páginas mais “amadoras”, o compartilhamento de conteúdo externo não foi tão relevante, o que indica que os estudantes priorizaram o conteúdo gerado por eles ou por estudantes de outras ocupações.

Vale ainda ressaltar que uso da transmissão ao vivo, recurso muito utilizado pelo MBL, não foi recorrente na estratégia de comunicação dos estudantes do Arnaldo Jansen. Esse formato foi mais utilizado no final da mobilização, especialmente para cobrir a reintegração de posse realizada pela Polícia Militar.

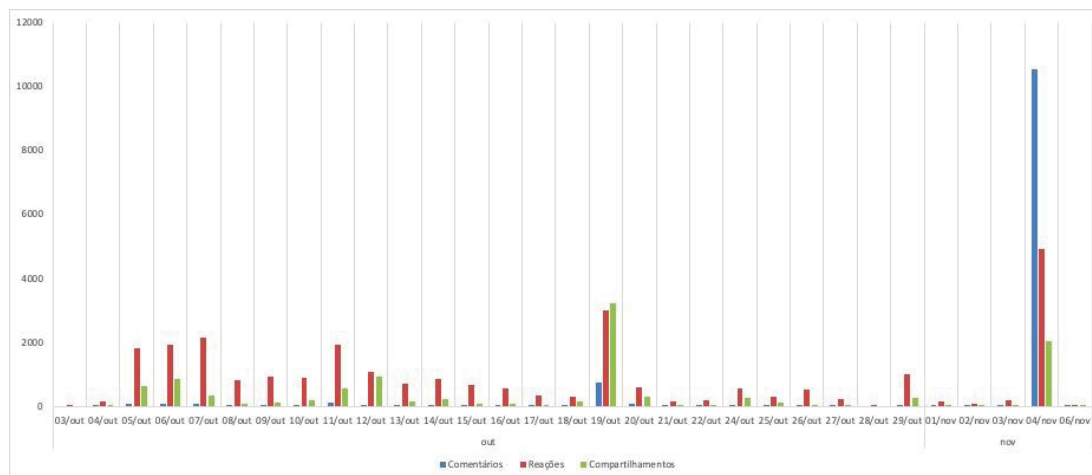
GRÁFICO 6 – FORMATO DAS PUBLICAÇÕES DA PÁGINA DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTE



Fonte: Dados do autor

O panorama das interações nas publicações da De Estudante para Estudante está no Gráfico abaixo. De modo geral, os níveis de engajamento não são muito expressivos e vão caindo paulatinamente. Os dias anteriores à desocupação registram os menores números. Dois pontos se destacam, sendo um deles um *outlier*.

GRÁFICO 7 – INTERAÇÕES NA PÁGINA DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTE



Fonte: Dados do autor

No dia 19 de outubro, o vídeo com a paródia musical sobre a Reforma do Ensino Médio alavanca o nível de interação. Trata-se do segundo melhor desempenho da página no período, indicando o sucesso da aposta em um formato mais descontraído e leve para um conteúdo denso como o da Reforma. Já o *outlier*, registrado no dia 4 de novembro, representa a soma das interações nas transmissões ao vivo realizadas durante a reintegração de posse do colégio. Elas somaram mais de 10 mil comentários e cerca de 4 mil reações.

5.4.4 Análise interpretativa da página De Estudante Para Estudante

A página De Estudante Para Estudante realiza majoritariamente o *frame amplification* para abordar os aspectos negativos da Reforma do Ensino Médio. O conjunto das mensagens difundidas pelos estudantes gera o quadro da reforma como **precarização** do ensino, geralmente associado ao suposto objetivo do governo de formar “mão de obra barata” e “acrítica”. Conforme mostra a tabela abaixo, esse tipo de alinhamento foi realizado em 46 publicações, ou seja, 14%.

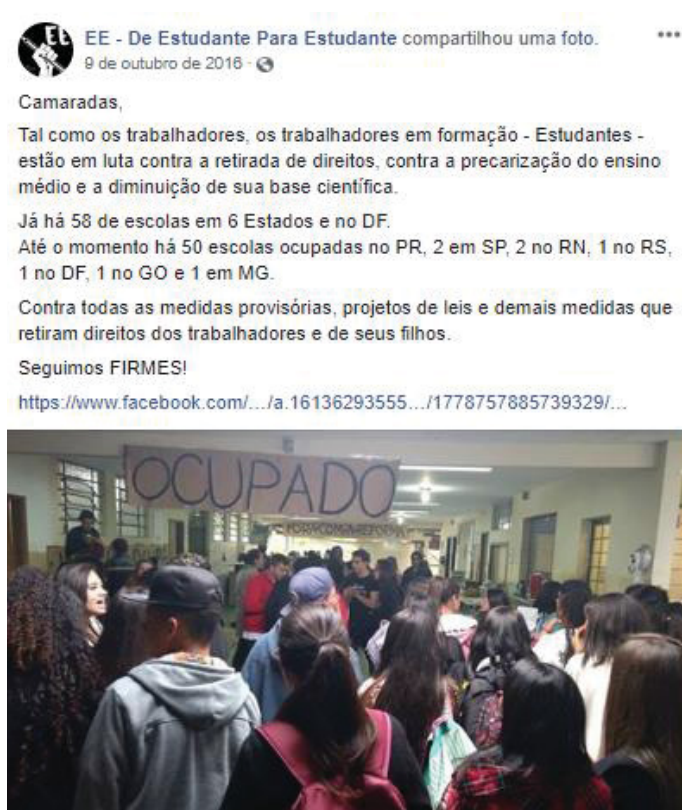
TABELA 2 – ALINHAMENTO DE QUADROS DA PÁGINA DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTE

Alinhamento	Postagens	Frequência
Amplification	46	14%
Bridring	4	1%
Ausência de alinhamento	274	85%

Fonte: Dados do autor

Os estudantes da Ocupação Arnaldo Jansen realizaram *frame bridging* em quatro publicações: três delas associadas aos movimentos dos trabalhadores em geral e em uma, ao dos professores. Abaixo, a página reproduz a nota de apoio da central sindical Intersindical que cita os estudantes como “trabalhadores em formação” e sugere que a Reforma retiram direitos dos filhos dos trabalhadores.

FIGURA 21 – BRIDGING NA PÁGINA DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTE

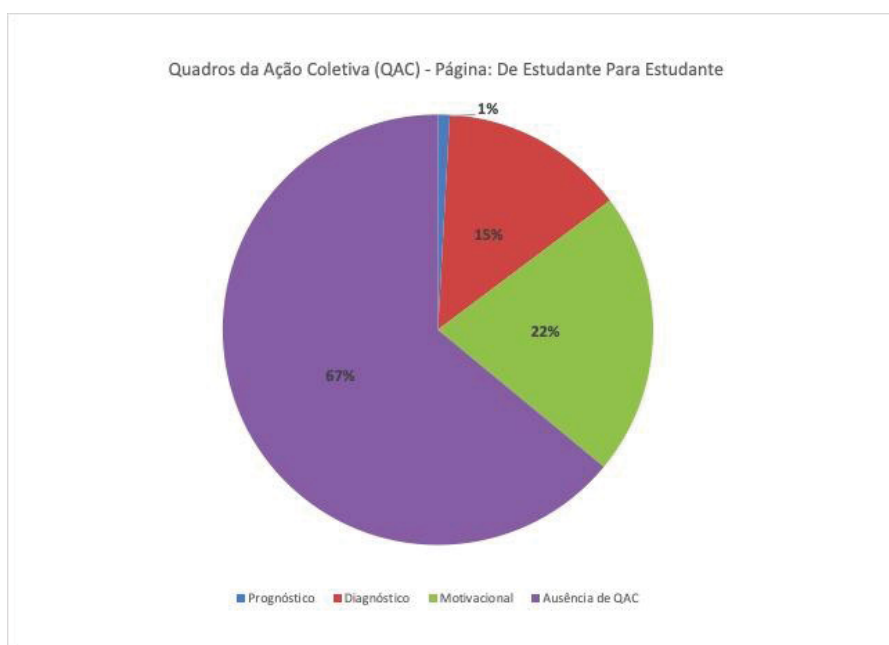


Fonte: Facebook

A baixa incidência de *bridging*, no entanto, indica a deficiência do movimento em conseguir conectar reivindicações ideologicamente dispersas, mas cuja associação poderia contribuir para a construção de uma rede mais sólida de apoio às ocupações.

Já com relação aos Quadros da Ação Coletiva, a página segue a tendência de priorizar o quadro motivacional, identificado no conteúdo das postagens e sobretudo na hashtag #OcupaTudo. Esse tipo de quadro esteve presente em 22% das publicações da página e, na maioria das vezes, funcionou como um estímulo à ocupação de novas unidades ou um convite a visitas nas escolas já ocupadas.

GRÁFICO 8 – QUADROS DA AÇÃO COLETIVA DA PÁGINA DE ESTUDANTE PARA ESTUDANTE



Fonte: Dados do autor

Chama a atenção que a página De Estudante para Estudante difunde o quadro de diagnóstico em 15% das publicações. Trata-se da página que abordou mais vezes – e com mais profundidade – o conteúdo da Reforma, atribuindo ao governo de Michel Temer a imagem de inimigo. A baixa incidência de um quadro de prognóstico nas postagens, por sua vez, indica que a estratégia de ocupar as escolas para barrar a Reforma estava “fechada”, ou seja, quase não houve debate ou justificativas sobre quais medidas seriam mais eficazes para barrar o projeto.

5.4.5 Análise descritiva da página Ocupa Lysimaco

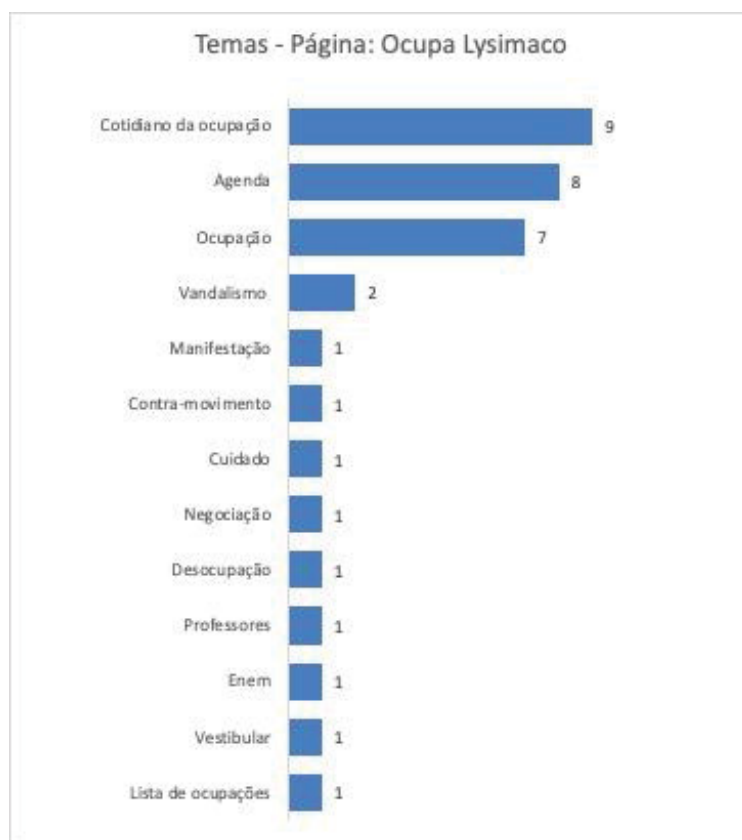
Com 613 curtidas, a página Ocupa Lysimaco, administrada pelos estudantes do Colégio Estadual Professor Lysimaco Ferreira da Costa, é a menor *fanpage* analisada por esta pesquisa. Foram identificadas 33 postagens no período de análise. A escola foi ocupada no dia 10 de outubro de 2016, uma semana após a primeira ocupação.

Vale ressaltar, contudo, que a relevância da página consiste no fato de que, assim como o Colégio Estadual do Paraná (CEP), a unidade foi alvo de uma ação direta do MBL e de estudantes, pais e cidadãos contrários à onda de ocupações das escolas. No dia 28 de outubro de 2016, eles se reuniram em frente à unidade para tentar retirar os estudantes à força de dentro do prédio.¹³

De forma geral, a página tem o comportamento mais amador em relação às outras páginas administradas pelos estudantes, expresso tanto pelo número reduzido de postagens como pelo tom protocolar da maioria delas. O cotidiano da ocupação e a programação das atividades foram os temas mais abordados pelos estudantes.

¹³ Disponível em <https://www.bemparana.com.br/noticia/mbi-comeca-a-desocupar-escolas-no-parana>. Acesso em 10 de outubro de 2018.

GRÁFICO 9 – TEMÁTICAS DA PÁGINA OCUPA LYSIMACO



Fonte: Dados do autor

As publicações sobre o cotidiano da ocupação seguem o mesmo padrão identificado nas outras páginas, com fotos das atividades acompanhadas de uma legenda literal. Chama a atenção que o teor da Reforma do Ensino Médio sequer foi mencionado em profundidade nas publicações a ponto de se transformar em tema. O mesmo aconteceu com a PEC 241, que figurou em todas as outras *fanpages* analisadas – ainda que sem prioridade.

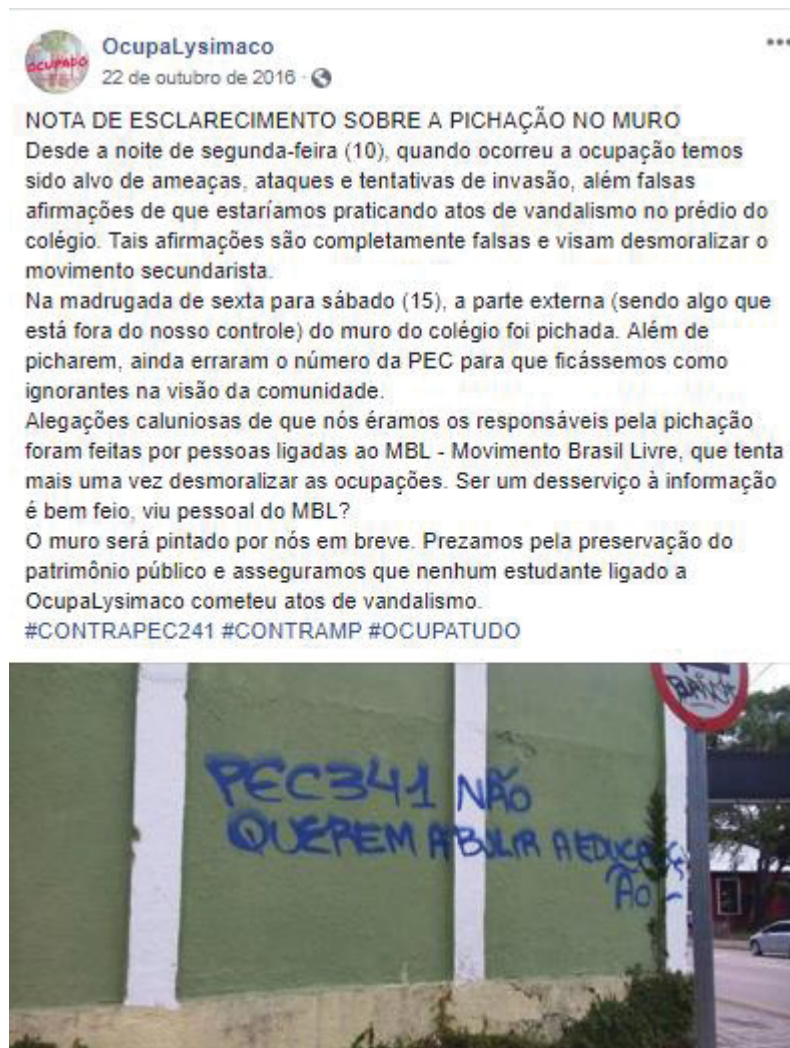
FIGURA 22 – PUBLICAÇÃO DA CATEGORIA COTIDIANO NA PÁGINA OCUPA LYSIMACO



Fonte: Facebook

A única menção da página ao MBL é feita no dia 22 de outubro de 2016 em publicação sobre uma pichação feita na parte externa do muro do colégio. Os estudantes alegam que ela é fruto da ação de pessoas de fora da ocupação e criticam o MBL por tê-los acusado de ter cometido o ato. Vale ressaltar que o tamanho e a estrutura mais elaborada do texto destoam do restante das publicações, mais focadas no cotidiano da ocupação. Além disso, a publicação se enquadra no esforço de ressignificar as ocupações depois de o MBL disseminar quadros que atribuíam o vandalismo aos secundaristas.

FIGURA 23 – PUBLICAÇÃO DA OCUPA LYSIMACO MENCIONANDO MBL

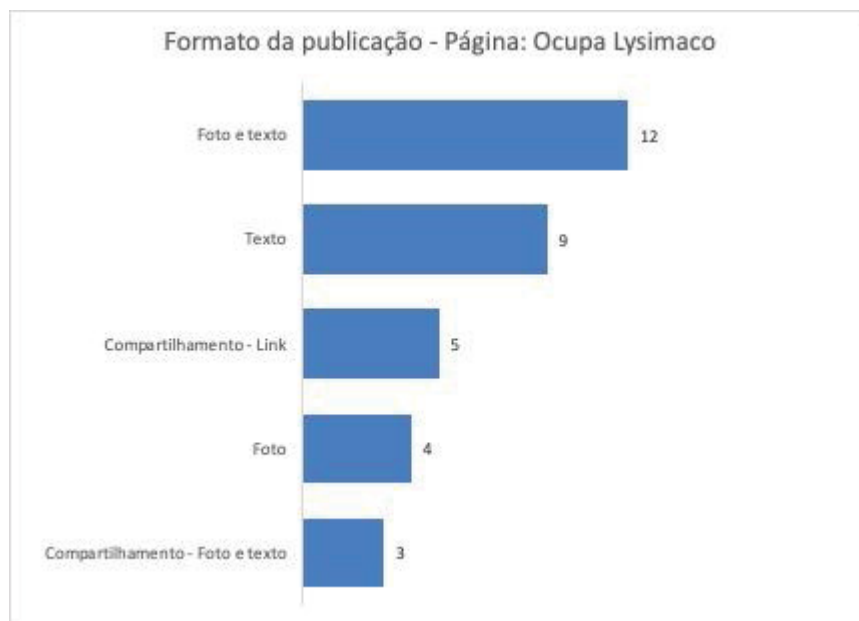


Fonte: Facebook

Depois dessa publicação, a página divulga mais uma foto de atividades da ocupação no dia seguinte, 23 de outubro, e deixa de publicar até o dia 30 de outubro, dois dias depois da tentativa de desocupação do MBL. Esse comportamento indica que, seja por inaptidão, seja pela falta de estrutura, o Facebook foi utilizado precariamente como ferramenta de mobilização política pelos estudantes da ocupação. No dia 4 de novembro, o colégio foi desocupado.

Com relação ao formato das publicações, a foto e o texto prevaleceram, seguidos do texto e do compartilhamento de links. Os cinco links compartilhados são de matérias jornalísticas sobre as ocupações e os estudantes não teceram comentários sobre o conteúdo das reportagens.

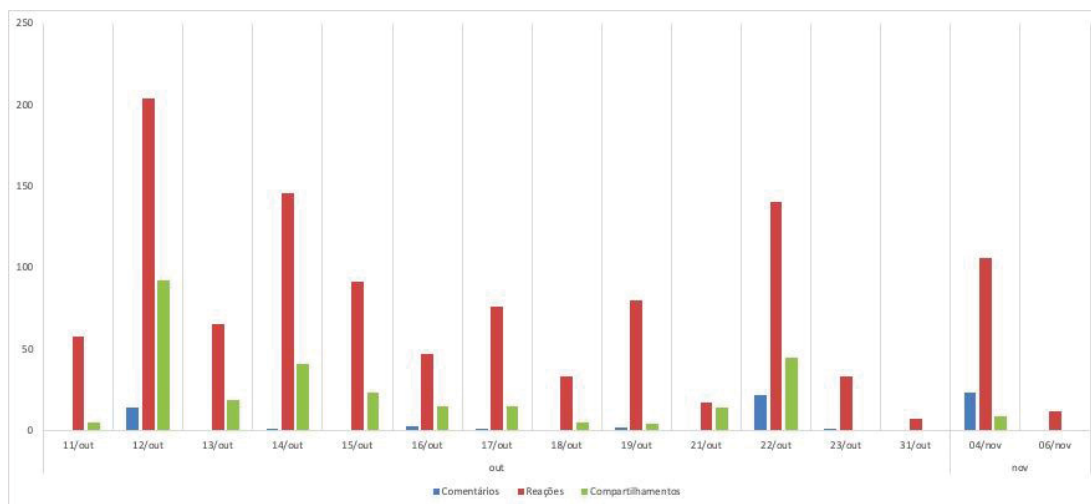
GRÁFICO 10 – FORMATO DE PUBLICAÇÃO DA PÁGINA OCULA LYSIMACO



Fonte: Dados do autor

Por ser uma das menores páginas analisadas nesta pesquisa, o desempenho da Ocula Lysimaco em termos de interação é baixo, como indica o Gráfico X. Não há um dia sequer em que a soma das reações às publicações tenham superado significativamente a marca dos 200. Tal desempenho não surpreende, já que se trata de uma *fanpage* organizada pelos próprios estudantes que, aparentemente, não contaram que ajuda de grupos especializados em comunicação. Os secundaristas aproveitaram a plataforma e o conhecimento que tinham em mãos para se comunicar.

GRÁFICO 11 – INTERAÇÕES NA PÁGINA OCUPA LYSIMACO



Fonte: Dados do autor

O dia 12 de outubro de 2016 foi o que registrou o maior engajamento em todo o período tanto em reações como em compartilhamentos. Tal desempenho foi possível graças a uma publicação em formato de foto e texto na temática Vandalismo. Nela, os estudantes aparecem limpando a escola e desmentindo o que chamam de “boatos” sobre vandalismo na ocupação. A publicação teve 137 curtidas e 68 compartilhamentos.

FIGURA 24 – PUBLICAÇÃO MAIS COMPARTILHADA NA PÁGINA OCUPA LYSIMACO



Fonte: Facebook

5.4.6 Análise interpretativa da página Ocupa Lysimaco

Tanto o engajamento como o alinhamento de quadros da página Ocupa Lysimaco são os mais precários entre as *fanpages* analisadas na pesquisa. A análise das interações na página indica que o seu alcance foi bastante limitado e não atingiu marcas expressivas de engajamento. Como já mencionamos, essa constatação não surpreende: com poucos recursos comunicacionais, os secundaristas fizeram uma cobertura protocolar das ocupações – dada a prevalência das temáticas Cotidiano da ocupação e Agenda. Não houve, no Facebook, uma tentativa de comunicação mais efetiva com a sociedade, resultado de uma desvantagem estrutural do grupo.

Como não abordaram o conteúdo da Reforma do Ensino Médio de maneira significativa, os estudantes não realizaram alinhamento de quadros em torno do projeto. Mesmo que o intuito da página tenha sido o de atrair a atenção de outros estudantes do colégio por meio da divulgação da agenda e das atividades da ocupação, a ausência de alinhamento em torno da MP 746 é problemática porque reforça a interpretação – difundida também pelo MBL – de que as ocupações não tinham sentido e que os estudantes não tinham consciência do que estavam fazendo. Pelo menos no Facebook, os secundaristas não realizaram um trabalho de enquadramento que justificasse a mobilização. O único processo de alinhamento identificado é um *frame bridging* que liga brevemente as ocupações ao protagonismo feminino, mas ainda assim de maneira sutil.

FIGURA 25 – BRIDGIND NA PÁGINA OCUPA LYSIMACO



Fonte: Facebook

A produção de quadros da ação coletiva também é tímida durante o período analisado. O quadro motivacional foi identificado em apenas cinco publicações, que continham hashtags como #OcupaTudo e #ForaComAREforma. Não houve produção de quadros de diagnóstico e de prognóstico, ou seja, não houve debate sobre a Reforma e sobre a validade da ocupação.

A análise da página nos permite constatar que a algumas escolas foram mais atuantes que outras durante a mobilização. Ainda que tenham sido alvo de ações diretas do MBL, os estudantes do colégio Lysimaco não utilizaram o Facebook com um objetivo claro de mobilização, mostrando que a criação da página se trata de mera formalidade, quase uma obrigação.

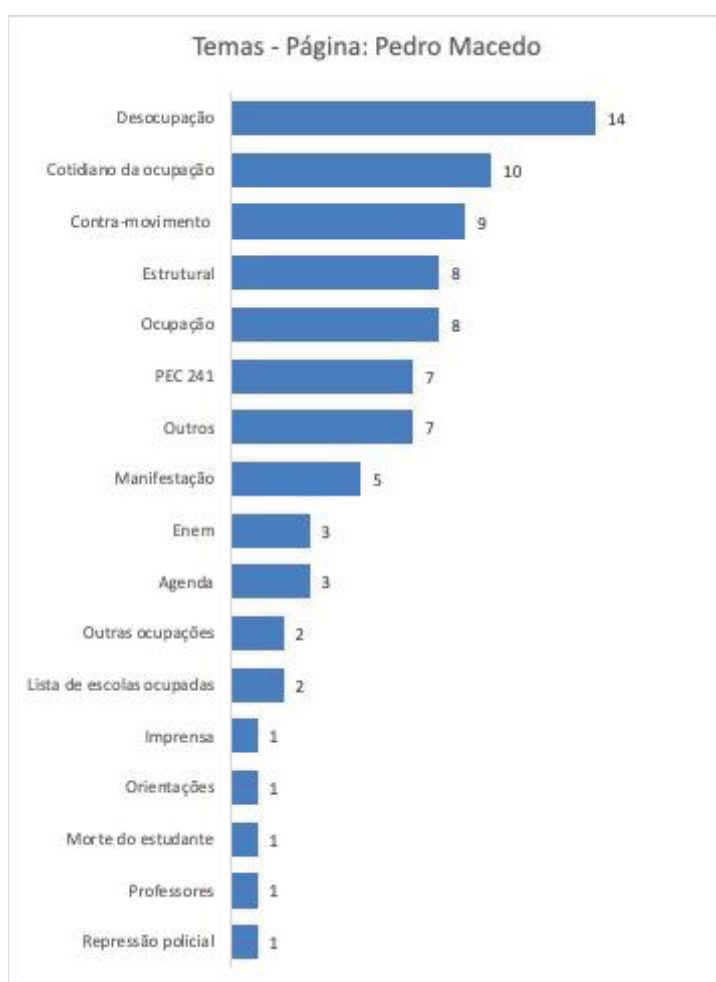
5.4.7 Análise descritiva da página Ocupa Pedro Macedo

A página Ocupa Pedro Macedo foi administrada pelos secundaristas que ocuparam o Colégio Estadual Pedro Macedo, localizado no bairro Portão em

Curitiba. Ela conta com 1.148 curtidas e 76 publicações coletadas. O colégio foi ocupado no dia 12 de outubro de 2016. Para os fins desta pesquisa, a página e a ocupação são relevantes porque a unidade foi alvo de tentativas de desocupação por parte do MBL e de pessoas contrárias ao movimento dos secundaristas.

O ponto que mais chama a atenção na página decorre justamente do fato citado anteriormente: o tema mais recorrente nas publicações dos estudantes foi a **desocupação**, categoria que abarca as tentativas de reintegração de posse, comunicados sobre as negociações para a desocupação e a notas sobre a continuidade do movimento. Depois da segunda temática mais citada – **Cotidiano da ocupação** –, a terceira mais recorrente é **contra-movimento**. Proporcionalmente, a página Ocupa Macedo foi a que mais falou sobre o movimento contrário à ocupação e suas implicações.

GRÁFICO 11 – TEMÁTICAS NA PÁGINA OCUPA PEDRO MACEDO



Fonte: Dados do autor

A primeira publicação com o tema contra-movimento foi feita no dia 24 de outubro de 2016, data a primeira tentativa de desocupação da unidade. Vale ressaltar que a atuação do MBL em favor da desocupação dos colégios teve início em 19 de outubro de 2016. Sem citar o MBL, os estudantes solicitam ajuda a apoiadores.

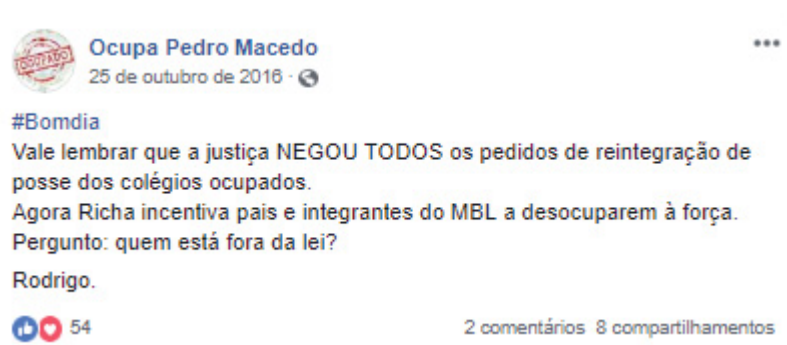
FIGURA 26 – PUBLICAÇÃO DA OCUPA PEDRO MACEDO SOBRE DESOCUPAÇÃO



Fonte: Facebook

No dia seguinte, o movimento critica a atuação do MBL alegando que ele estava agindo fora da lei, uma vez que a Justiça ainda não havia exigido a reintegração de posse do Colégio Pedro Macedo.

FIGURA 27 - PUBLICAÇÃO DA OCUPA PEDRO MACEDO SOBRE DESOCUPAÇÃO

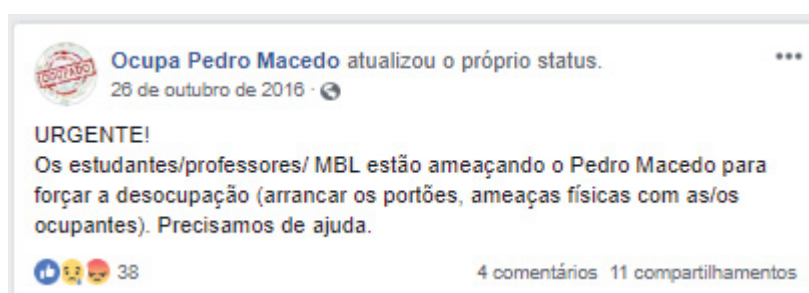


Fonte: Facebook

Dois dias depois, em 26 de outubro de 2016, os estudantes publicaram novo pedido de ajuda em mais uma tentativa de desocupação forçada do colégio. É válido destacar que as publicações têm perfil parecido: textos curtos e diretos, bem diferentes das transmissões ao vivo do MBL em formato e engajamento. Nesse ponto, as diferenças nas atuações midiáticas entre o MBL e os estudantes ficam

nítidas: enquanto o primeiro investe nas transmissões ao vivo para veicular as tentativas de desocupação, transformando-as em um conteúdo disponível para milhares de seguidores de várias regiões do país e do mundo, os estudantes se limitam a comunicados e pedidos de ajuda. Por mais que desejassem genuinamente a desocupação dos colégios, é possível dizer que os integrantes do MBL queriam também transformá-las em um “espetáculo” disponível para seus seguidores. São usos muito diferentes da mesma plataforma.

FIGURA 28 - PUBLICAÇÃO DA OCUPA PEDRO MACEDO SOBRE DESOCUPAÇÃO



Fonte: Facebook

Após sucessivas tentativas de desocupação, os estudantes comemoraram que a ocupação foi mantida mesmo sob protestos acalorados. O comentário tecido na publicação abaixo revela o protagonismo do MBL nas tentativas de desocupação. Ao escreverem “O MBL é feito de covardes”, os estudantes dão entender que o grupo é o maior adversário da ocupação nesse período – mais que o próprio Estado.

FIGURA 29 – OCUPA PEDRO MACEDO COMEMORA MANUTENÇÃO DA OCUPAÇÃO



Fonte: Facebook

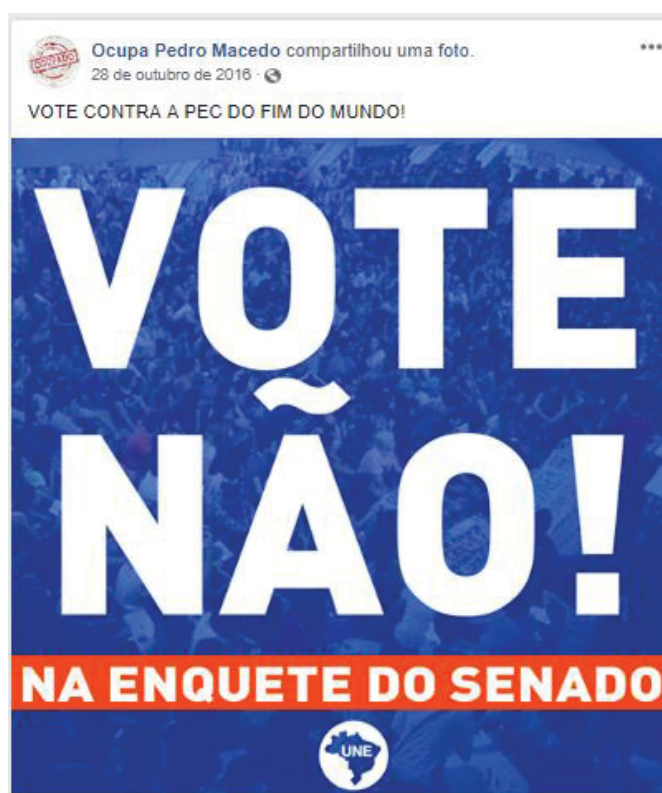
Na temática **Cotidiano da Ocupação**, o padrão de publicação segue similar ao das outras páginas, com a cobertura concisa de atividades realizadas dentro do colégio. Cabe ressaltar, no entanto, que publicações dessa categoria ficaram escassas depois das tentativas de desocupação por parte do MBL. Entre 23 de outubro de 2016 e 04 de novembro de 2016, apenas uma publicação falou sobre o cotidiano do colégio, isolada em meio aos comunicados sobre a possibilidade de desocupação pelo MBL, pedidos de ajuda e críticas à PEC 241.

Esse comportamento revela que a entrada do MBL na disputa em torno da Reforma do Ensino Médio reorientou as temáticas abordadas pelos estudantes. Se durante a “normalidade” das ocupações os assuntos sobre a rotina predominaram, posteriormente, com a ação do MBL, a desocupação ganhou mais notoriedade.

A página não abordou o teor da Reforma do Ensino Médio a ponto de transformá-la em um ponto central das publicações. Já as críticas à PEC 241 apareceram em sete publicações, foi a sexta temática mais abordada. Essa constatação, aliada ao fato de que as publicações que mais registraram engajamento se concentram nos dias em que o MBL protagonizou tentativas de

desocupação da escola, indicam que o enquadramento já precário em torno da Reforma do Ensino Médio deu lugar aos conteúdos restritos à ocupação. A página Ocupa Pedro Macedo cumpriu mais a função de ser uma ferramenta de organização do que de comunicação com a sociedade.

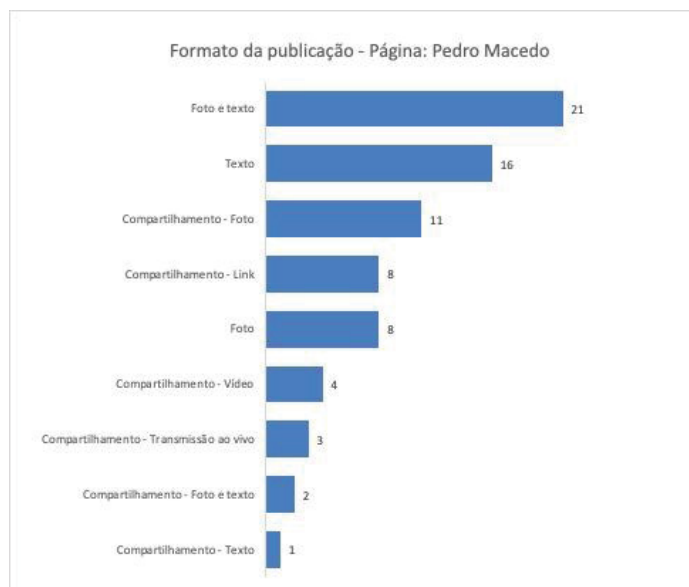
FIGURA 30 – OCUPA PEDRO MACEDO SE POSICIONA PEC DO TETO DE GASTOS



Fonte: Facebook

Com relação aos formatos das publicações da página, a foto e o texto prevalecem, seguidos do texto e compartilhamento de fotos de outras páginas.

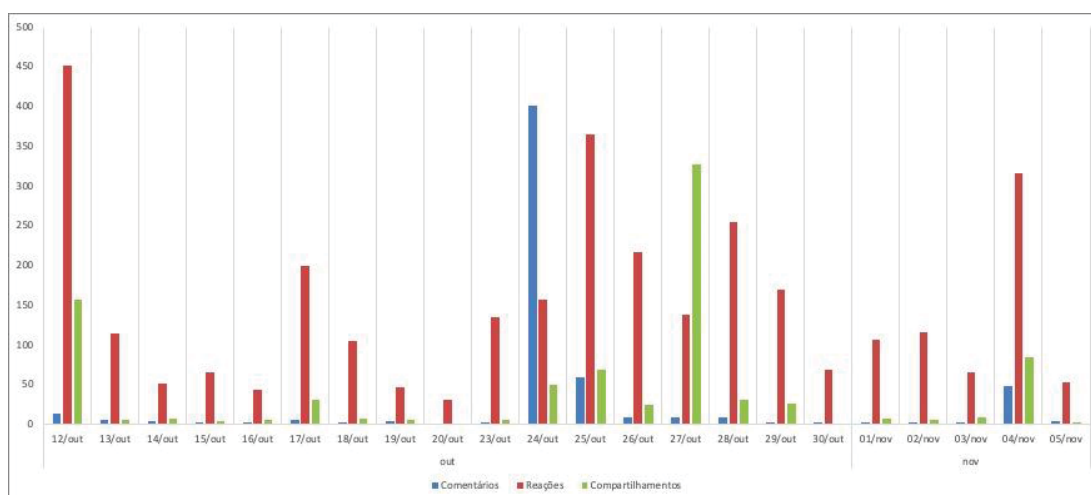
GRÁFICO 12 – FORMATO DAS PUBLICAÇÕES NA PÁGINA OCUPA PEDRO MACEDO



Fonte: Dados do autor

Como é possível notar no Gráfico 13, as interações na página Ocupa Pedro Macedo tiveram três períodos de pico: durante a ocupação, nas tentativas de desocupação e no período de desocupação. A publicação de 12 de outubro com o comunicado sobre o colégio ter sido ocupado foi a que reuniu o maior número de reações: cerca de 450. Depois, a página registra um período de engajamento menor até recuperá-lo do dia 24 de outubro em diante, nos dias em que ocorreram as tentativas de desocupação

GRÁFICO 13 – INTERAÇÕES NA PÁGINA OCUPA PEDRO MACEDO



Fonte: Dados do autor

Chama a atenção que, no dia 24 de outubro, uma publicação sobre a tentativa de desocupação registrou cerca de 400 comentários, um número incomum para esse tipo de interação e para uma simples publicação em texto. Igualmente intrigante é a quantidade de compartilhamentos de uma postagem de 27 de outubro que foi republicada cerca de 300 vezes. O formato da publicação e o tom da mensagem podem ajudar a compreender esse ponto fora da curva: trata-se de um link que redireciona para um GIF com recursos visuais que despertam a atenção e uma mensagem sobre policiais estarem agredindo os secundaristas.

FIGURA 31 – PUBLICAÇÃO MAIS CURTIDA DA OCUPA PEDRO MACEDO



Fonte: Facebook

Apesar do desempenho satisfatório de algumas publicações em termos de alcance, a página Ocupa Pedro Macedo não foi expressiva em termos de engajamento, pelo menos não a ponto de disputar, com o mínimo de igualdade, a atenção da sociedade com o MBL.

5.4.8 Análise interpretativa da página Ocupa Pedro Macedo

Por não abordar de maneira satisfatória o conteúdo da Reforma do Ensino Médio, a página Ocupa Pedro Macedo não promove alinhamento de quadros sobre o tema. Já sobre a PEC 241, a página realiza o *frame amplification* sobre os

prejuízos do congelamento de gastos com os serviços públicos, mas ainda de maneira insuficiente e isolada. Como resultado, é possível dizer que os estudantes não reforçaram nenhuma interpretação sobre o que estava em jogo: a aprovação ou não da Reforma do Ensino Médio.

O quadro motivacional em prol das ocupações é identificado em 20% das publicações, ou seja, 14 vezes. Já o quadro de diagnóstico pode ser visto em duas postagens, ambas associadas à PEC 241, tratada como “PEC do fim do mundo”. Diante dos resultados, a geração de quadros da ação coletiva pode ser considerada precária na página Ocupa Pedro Macedo.

A *fanpage* serviu, então, mais como uma ferramenta de aglutinação de apoio de pessoas já afeitas à ocupação do que para convencer outros estudantes e a comunidade em geral sobre o teor da Reforma ou a validade das ocupações.

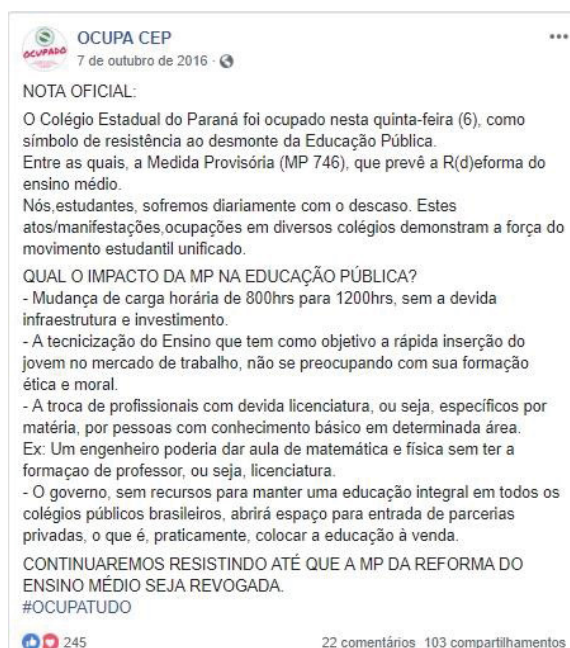
5.4.9 Análise descritiva da página OCUPA CEP

A página OCUPA CEP, com cerca de 5.300 curtidas¹⁴, foi administrada pelos estudantes do Colégio Estadual do Paraná (CEP), o maior do estado. A unidade foi ocupada no dia 07 de outubro de 2016. A primeira publicação da página foi um comunicado geral sobre a decisão dos alunos de ocuparem a unidade. No conteúdo, a nota aborda com detalhes os pontos da Reforma do Ensino Médio que os estudantes consideraram problemáticos.

¹⁴

Último acesso em 28/03/2019

FIGURA 32 – PRIMEIRA PUBLICAÇÃO DA PÁGINA OCUPA CEP

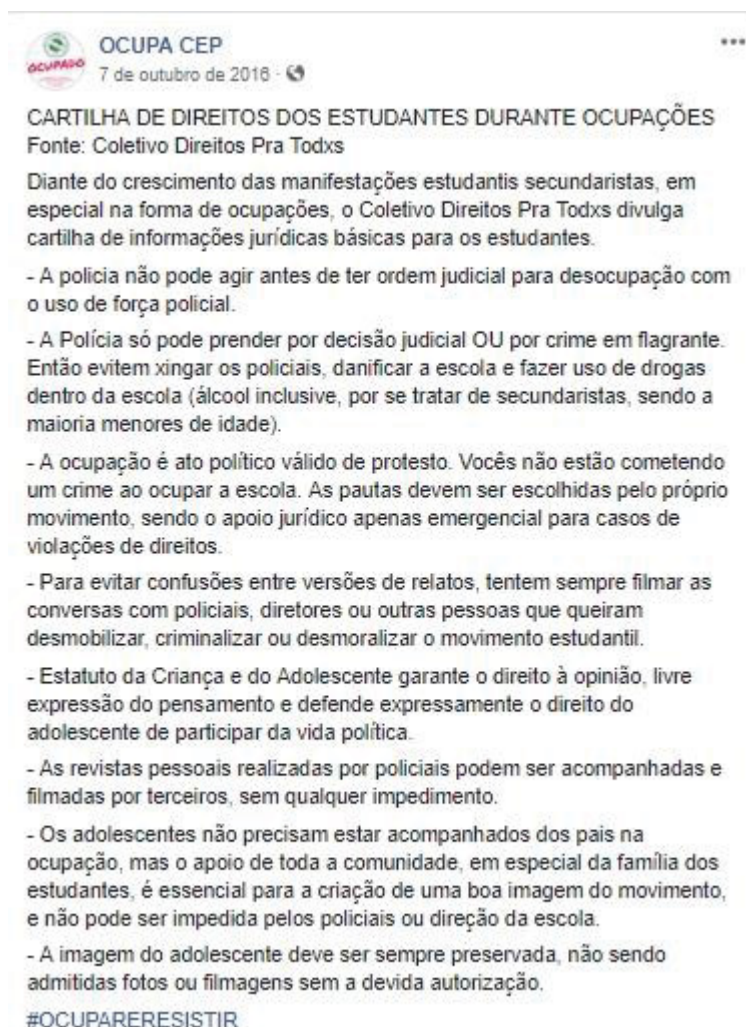


Fonte: Facebook

Do início da ocupação em diante, chama a atenção que os pormenores da Reforma do Ensino Médio vão perdendo a relevância, dando lugar ao conteúdo meramente programático das ocupações. A maioria das publicações em todos os períodos trata da necessidade de doações e da divulgação das atividades da ocupação. Os *posts* ressaltam em diversos momentos o caráter horizontal do movimento, que, de acordo com os estudantes, não tem lideranças. Nesse ponto, já é possível notar uma afinidade com a lógica da ação conectiva, marcada pela horizontalidade e a ausência de hierarquias bem estabelecidas.

Entre os demais conteúdos estão fotos de protestos, vídeos de assembleias, notas de esclarecimento e repúdio, comunicados à imprensa, orientações sobre como agir em caso de invasão policial, direitos garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) etc.

FIGURA 33 – ORIENTAÇÕES JURÍDICAS DA OCUPA CEP



Fonte: Facebook

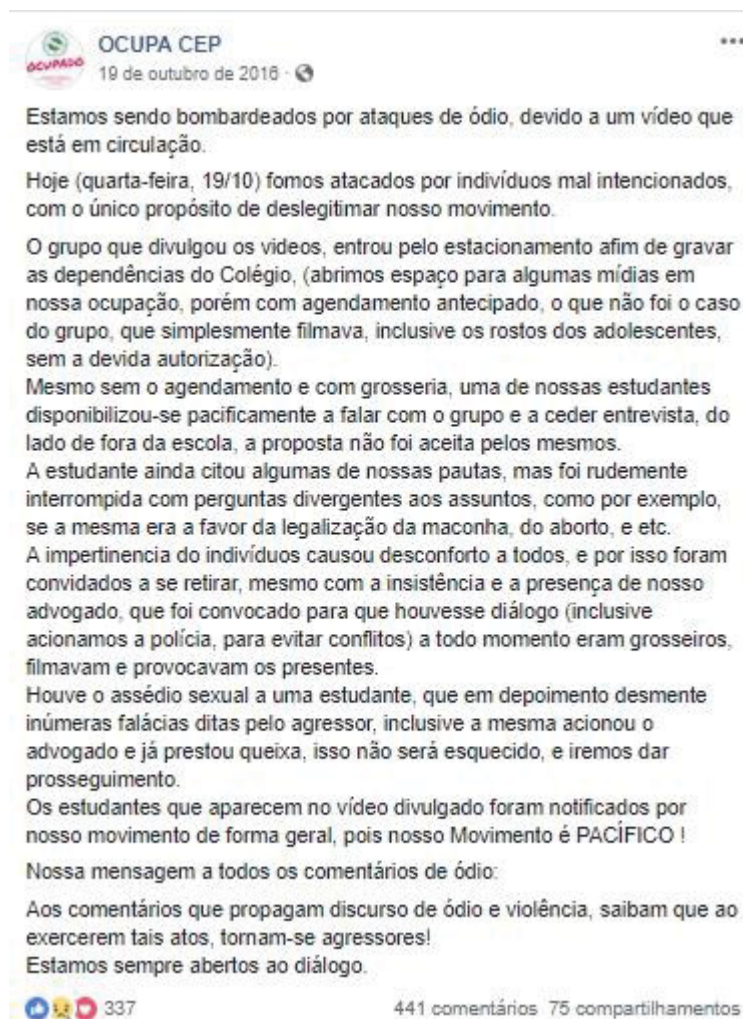
Quando o MBL entra em cena, no entanto, torna-se clara uma readequação dos repertórios utilizados pela página. Do dia 19 de outubro em diante, data da primeira aparição física dos opositores na ocupação, a Ocupa CEP passa a privilegiar as transmissões ao vivo durante as visitas dos adversários aos colégios. Essa adequação nos permite inferir que os estudantes secundaristas adaptaram seus repertórios aos do oponente, no caso o MBL, cuja atuação é fortemente calcada no audiovisual – inclusive o youtuber Arthur do Val, integrante do movimento, teve protagonismo na ofensiva do MBL contra as ocupações.

Nos transmissões ao vivo veiculados pela página Ocupa CEP enquanto o MBL estava presente, do dia 19 de outubro em diante, os secundaristas e seus apoiadores bradavam gritos como “MBL é Cunha”, “Fora MBL”, “Nunca estudou em escola pública”, “Quem financia o MBL?” na tentativa de deslegitimar a ação do

opponente. Nesse período, também se concentram as publicações com as temáticas **contra-movimento, desocupação e vandalismo**.

A publicação destacada abaixo (FIGURA 34) é de uma das primeiras manifestações dos secundaristas do Colégio Estadual do Paraná sobre a presença de um movimento contrário às ocupações. Ela é do dia 19 de outubro, momento em que o MBL começa a atuar em defesa da desocupação das escolas.

FIGURA 34 – OCUPA CEP MENCIONA MBL



Fonte: Facebook

Apesar dessa readequação temática, a página continua veiculando conteúdos mais pragmáticos da ocupação, elencados nas categorias **agenda, cotidiano da ocupação, decisões sobre a ocupação e estrutural**.

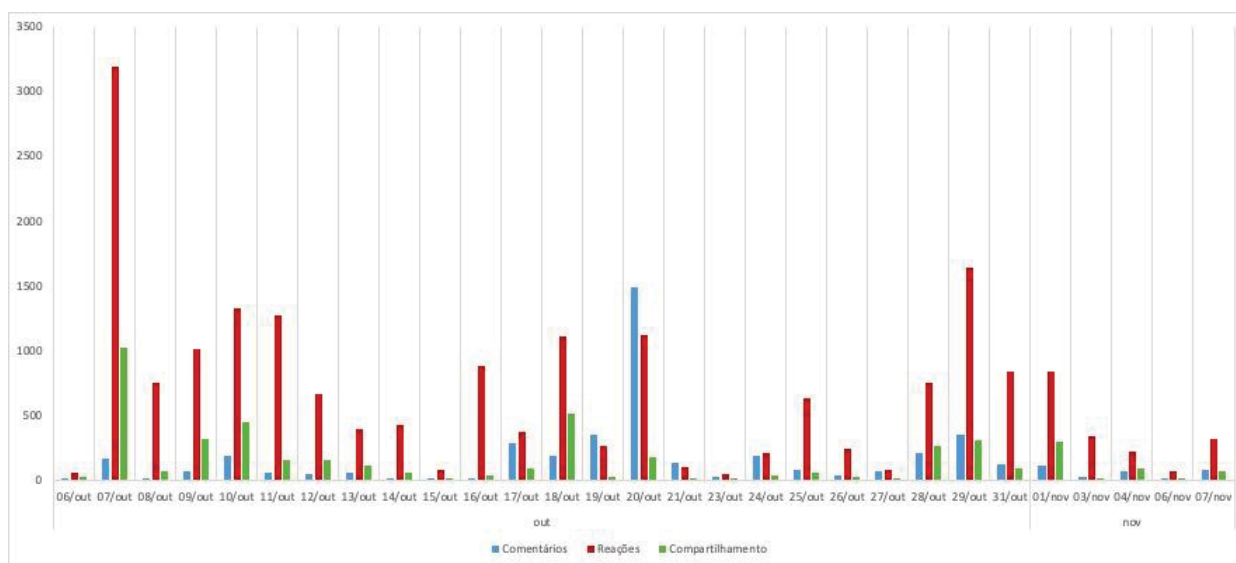
TABELA 3 – TEMÁTICAS PUBLICADAS PELA PÁGINA OCUPA CEP

Tema	Frequência	Proporção
Agenda	39	29%
Cotidiano da Ocupação	26	19%
Ocupação	19	14%
Estrutural	9	7%
Reforma e PEC 241	8	6%
Contra-movimento	6	4%
Desocupação	6	4%
Morte de estudante	4	3%
Orientações jurídicas	4	3%
Outras ocupações	4	3%
Vandalismo	4	3%
Imprensa	3	2%
Manifestação	2	1%
Negociação	2	1%
Professores	2	1%
Cuidado	2	1%
Discurso de ódio	1	1%
Enem	1	1%
Michel Temer	1	1%
Outros	4	3%
Total	135	100%

Fonte: Dados do autor

Mesmo não sendo a maior em número de curtidas (ela é menor que as fanpages De Estudante para Estudante e UBES), a página OCUPA CEP registrou um desempenho positivo em termos de engajamento. O Gráfico X, com as interações de cada dia, revela que os secundaristas do colégio conseguiram superar a marca dos 1.000 algumas vezes.

GRÁFICO 14 – INTERAÇÕES NA PÁGINA OCUPA CEP



Fonte: Dados do autor

O alto desempenho do dia 7 de outubro se deve à quantidade de publicações realizadas na data: foram 18 posts somente nesse dia. No decorrer da mobilização, o número de publicações cai paulatinamente, o que justifica um desempenho menor nos outros dias. Como não foi possível organizar o gráfico de uma maneira legível a não ser agrupando as interações de todas as publicações de um só dia, optamos por destacar aqui as três publicações da página OCUPA CEP com mais compartilhamentos.

A terceira publicação mais compartilhada é um vídeo do dia 9 de outubro de 2016 em que estudantes dizem os motivos pelos quais são contrários à MP 746. Com 270 compartilhamentos, a publicação é uma das poucas que abordam em profundidade o teor da Reforma do Ensino Médio. Os jovens criticam a retirada de algumas disciplinas do currículo escolar e ressaltam a importância de uma educação crítica.

FIGURA 35 – TERCEIRA PUBLICAÇÃO MAIS COMPARTILHADA DA PÁGINA OCUPA CEP



A segunda publicação mais compartilhada data de 10 de outubro de 2016. No formato de Foto e texto, o *post* fala sobre a decisão dos estudantes de hastear uma bandeira vermelha e preta em frente ao Colégio Estadual do Paraná. A publicação explica a simbologia por trás da flâmula em um processo de alinhamento por *frame bridging*, já que interliga a luta dos estudantes a diversos segmentos sociais, como as mulheres, os trabalhadores, a população LGBT e outros.

FIGURA 36 – SEGUNDA PUBLICAÇÃO MAIS COMPARTILHADA DA OCUPA CEP



Fonte: Facebook

A publicação da página OCUPA CEP que angariou o maior número de compartilhamentos foi a republicação de uma matéria do jornal Gazeta do Povo sobre o cotidiano das ocupações. Em 18 de outubro de 2016, o periódico noticiou que o Conselho Tutelar não havia encontrado irregularidades nas escolas ocupadas. O grupo ainda destacou, no texto da publicação, um excerto da matéria que, de certo modo, dilui a percepção de que as ocupações são sinônimo de baderna.

FIGURA 37 – PUBLICAÇÃO MAIS COMPARTILHADA DA PÁGINA OCUPA CEP



Fonte: Facebook

5.4.10 Análise interpretativa da página OCUPA CEP

A página OCUPA CEP realiza majoritariamente o *frame amplification* contra a Reforma do Ensino Médio nas publicações que apresentam os quadros interpretativos dos secundaristas. Com a tática, os estudantes tentam difundir a interpretação de que a Reforma do Ensino Médio, assim como a PEC 241, são um retrocesso para a educação. No entanto, a ocorrência dessa estratégia de alinhamento é baixa em relação ao total de postagens. Como mostra a tabela 2, apenas 6% das publicações abordaram em profundidade o conteúdo das propostas políticas do Governo Federal como prejudiciais à educação. Nesse ponto, as deficiências do processo de enquadramento empregado pelos estudantes ficam mais nítidas, pois o comportamento da página sugere que o núcleo mobilizado do movimento dava como certo o entendimento de que a Reforma do Ensino Médio é prejudicial.

Os estudantes ocupados também utilizam pouco o *frame bridging*, mais precisamente em cinco publicações. Em três delas, as ocupações das escolas são abordadas como parte de uma luta comum entre o que os secundaristas dizem ser

os setores explorados da sociedade – negros e negras, LGBTQs, mulheres, imigrantes, refugiados e trabalhadores. Já as outras duas abordam o movimento dos professores, que estavam em greve durante o período das ocupações.

Como quadro de diagnóstico, o movimento secundarista reforça que a Reforma do Ensino Médio e a PEC 241 representam um **retrocesso** para a educação. A difusão desse quadro, porém, não é tão expressiva: 10 publicações trazem essa interpretação de maneira clara. O quadro motivacional é o mais utilizado pelos estudantes na página OCUPA CEP. As hashtags *#OcupaCEP*, *#OcupaTudo* e *#Ocupareresistir* constam em 78 postagens, ou seja, 58% das publicações. Na maioria das vezes, o quadro motivacional está relacionado com a agenda de atividades da ocupação.

Essa estratégia é compatível com a natureza das temáticas mais divulgadas pela página. Publicações sobre a **agenda, o cotidiano, as decisões e a estrutura da ocupação** somam 69% dos conteúdos veiculados no período analisado. Essa relação de temas e o reforço ao quadro motivacional indicam uma estratégia do movimento de utilizar a *fanpage* com objetivos mais operacionais e circunscritos à ocupação, dada a baixa ocorrência de amplificação dos quadros relacionados ao conteúdo da Reforma do Ensino Médio.

A ausência da construção de um quadro de prognóstico mais consistente e disseminado indica que o movimento não fortaleceu a interpretação de que as ocupações eram, no momento, o repertório de ação coletiva mais adequado para barrar os projetos. De certa forma, a inexistência desse quadro abriu brechas para que a contestação do repertório, abundante no conteúdo produzido pelo MBL, ganhasse ressonância. Essa omissão por parte da página OCUPA CEP, aliada à baixa recorrência do quadro de diagnóstico e a priorização do quadro motivacional, pode ter contribuído com as estratégias de enquadramento do MBL, que analisaremos no tópico seguinte.

TABELA 4 – ALINHAMENTOS E QUADROS DA PÁGINA OCUPA CEP

Alinhamentos	Quadros produzidos e frequência
<i>Frame amplification e frame bridging</i>	Reforma como retrocesso (Diagnóstico - 6%) Ocupar (Motivacional - 58%)

Fonte: Dados do autor

5. 4.11 Análise descritiva do MBL

A primeira postagem do período na página do MBL é uma “alfinetada” à ex-presidente Dilma por ter cortado 10% do orçamento do Ministério da Educação em 2015. Na imagem, Dilma está ao lado da então presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Carina Vitral. Na mesma imagem, a estudante aparece com Nicolás Maduro. O texto “A esquerda está mesmo do lado dos estudantes?” está estampado na imagem, dando a entender o quadro que o movimento objetiva construir para atuar nas ocupações, tentando desqualificar pessoas e associá-las a objetivos escusos e não vinculados às demandas das ocupações.

A segunda foto publicada também traz a imagem de Carina Vitral de mãos dadas com o ex-presidente Lula. O movimento alega incoerência da UNE ao apoiar políticos e partidos que retiraram verbas da educação. Pode-se dizer que se trata do pontapé da campanha de deslegitimação dos oponentes, ou seja, os estudantes nas ocupações. Essas publicações representam os primeiros indícios da estratégia do MBL de atrelar as ocupações e a mobilização contra a Reforma do Ensino Médio a partidos políticos de esquerda, sugerindo e denunciando um suposto aparelhamento ideológico do movimento.

FIGURA 38 – PRIMEIRAS PUBLICAÇÕES DO MBL



Fonte: Facebook

Posteriormente, já em visita às ocupações, a página publica *frames* de vídeos em que estudantes aparecem agredindo o *youtuber* Arthur do Val. O incidente é explorado pelo movimento como oportunidade para reforçar a ideia de que as ocupações são promovidas por pessoas autoritárias, conferindo a pecha de violência a pessoas que eles definem como de extrema-esquerda.

O MBL atrela o movimento dos secundaristas a partidos políticos e sindicatos de maneira clara ou sutil. Em alguns vídeos, seus integrantes defendem abertamente que a onda de ocupações é um projeto político encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores e por sindicatos que são “braços” do PT no Paraná. Um exemplo dessa tática consta na publicação de uma foto da secundarista Ana Júlia Ribeiro junto com a então senadora petista Gleisi Hoffmann. A estudante, cujo discurso na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) em favor das ocupações viralizou nas redes sociais, se tornou uma figura pública importante para o movimento das ocupações. O MBL publicou a imagem com a frase “E a farsa caiu mais uma vez”. A peça liga o PT, cuja imagem estava fortemente afetada pelo impeachment da ex-presidente Dilma aprovado dias antes, à coordenação das ocupações.

Essa estratégia de deslegitimação do movimento secundarista por meio da associação de seus integrantes às figuras petistas se insere – e alimenta – em um cenário de forte sentimento de antipetismo, que, como salienta Tatagiba (2018), configurou-se como uma espécie de pilar emocional dos protestos à direita nos últimos anos. Disso, é possível depreender que, ao ignorar intencionalmente o debate sobre a Reforma do Ensino Médio e priorizar a associação do movimento com o PT e partidos de esquerda, o MBL “economiza” esforços de mobilização, dada a “automática” rejeição social ao partido.

Além disso, tal enquadramento se insere na estratégia do movimento de alavancar o Escola Sem Partido. Em uma transmissão ao vivo feita na página do MBL, o discurso inflamado de um de seus integrantes critica os pais que

(...) deixam um sindicalista de bosta, um vagabundinho do PSOL, de movimento estudantil aí, etc., ir doutrinar teu filho, utilizar teu filho como massa de manobra e o teu filho está aí agredindo os outros, teu filho tá falando besteira”¹⁵

Como vimos anteriormente, a acusação de que os estudantes eram “massa de manobra” motivou a veiculação de um vídeo na página De Estudante para Estudante com o título “Não somos massa de manobra”, indicando que o posicionamento dos estudantes pode ter se dado em resposta às declarações do MBL.

Dois episódios ganham relevância na atuação online do MBL durante as ocupações: a morte de um estudante em uma escola ocupada e o cancelamento do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como consequência da mobilização. Com relação à prova do Enem, os MBLs trataram o cancelamento como uma injustiça cometida contra os estudantes “que queriam estudar”, reforçando o quadro de injustiça.

Já a morte do secundarista foi fundamental para a estratégia de deslegitimação das ocupações. O movimento vinculou o incidente à APP-Sindicato (que representa os professores estaduais), aos conselheiros tutelares, à “esquerda” e ao movimento em geral e, em seguida, exigiu que o governador Beto Richa

¹⁵ Disponível em <https://www.facebook.com/mblivre/videos/453104064813742/> . Acesso em 15 de outubro de 2018.

ordenasse a desocupação das escolas. O episódio trágico foi lapidado de forma a dar credibilidade ao apelo do MBL, como mostra a imagem a seguir.

FIGURA 39 – PUBLICAÇÃO DO MBL SOBRE MORTE DO ESTUDANTE



Fonte: Facebook

Interessante citar que o MBL não menciona o teor da Reforma do Ensino Médio em nenhum momento. A referência ao projeto se dá de forma meramente protocolar, geralmente associado à denúncia de que os estudantes não sabem o que a Reforma prevê e estão agindo como massa de manobra da esquerda. O movimento chega a abordar a PEC 241, projeto que, como vimos acima, ele estava atuando para aprovar, mas também não aprofunda o debate.

Convocações para manifestações presenciais contra as ocupações são reforçadas no período final da ação, quando o movimento dos secundaristas já está enfraquecido por conta dos episódios citados anteriormente e das características das fases de um confronto político (TARROW, 2009).

O Quadro 4 indica quantas vezes cada tema apareceu nas postagens do MBL. Como grande parte dos conteúdos é composta vídeos de média e longa duração, algumas publicações apresentavam mais de uma temática.

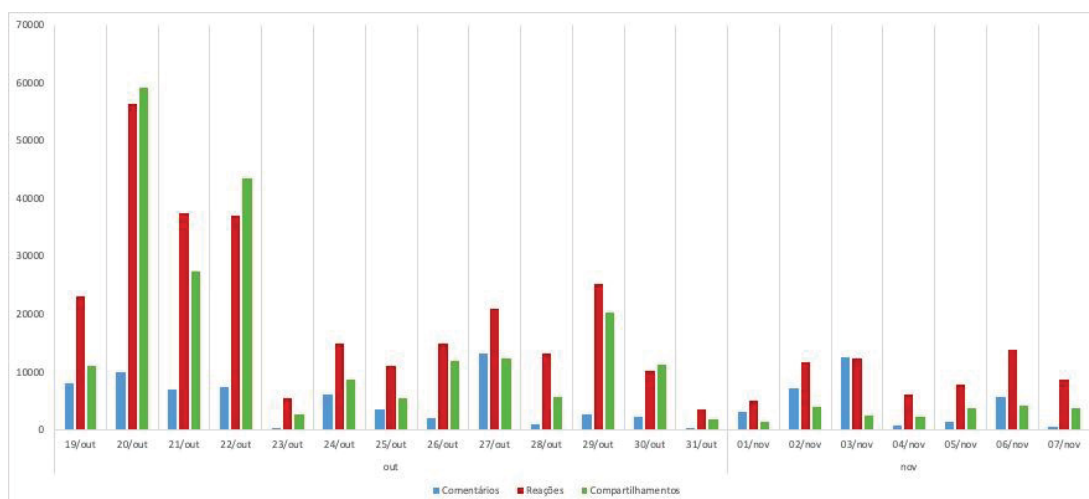
TABELA 4 – TEMÁTICAS PUBLICADAS PELA PÁGINA DO MBL

Tema	Frequência	Proporção
Partidos políticos e sindicatos	43	40%
Desocupação	36	34%
Autoritarismo	30	28%
Morte de estudante	16	15%
Enem	15	14%
Crítica a entidades do movimento secundarista	9	8%
Comemoração sobre desocupações	5	5%
Imprensa	2	2%
Defesa da PEC 241	2	2%
Total	108	100%

Fonte: Dados do autor

Dada a sua magnitude no Facebook, o engajamento da página do MBL durante o período analisado se diferencia completamente dos números angariados pelos estudantes. No gráfico abaixo, é possível identificar a dimensão numérica das interações nas fotos e nos vídeos publicados pelo grupo.

GRÁFICO 15 – INTERAÇÕES NOS VÍDEOS DA PÁGINA DO MBL



Fonte: Dados do autor

Na maioria dos dias analisados, pelo menos um item da interação (reações, comentários ou compartilhamentos) chegou à marca dos 10.000. O dia de maior engajamento nos vídeos, 20 de outubro de 2016, registrou a impressionante marca de 60 mil compartilhamentos e um número ligeiramente menor de reações. Foram sete publicações nesse dia, com destaque para um vídeo do youtuber Arthur do Val, do canal Mamãe Falei, que atingiu mais de 50 mil compartilhamentos. Nele, o youtuber entrevista estudantes e apoiadores das ocupações sobre a PEC 241 contestando o teor da proposta com projetos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Na chamada, o grupo denuncia que “Estudantes que ocupam escolas NÃO SABEM o que é a PEC 241 e o que ela faz”.

FIGURA 40 – VÍDEO MAIS COMPARTILHADO DA PÁGINA DO MBL



Fonte: Facebook

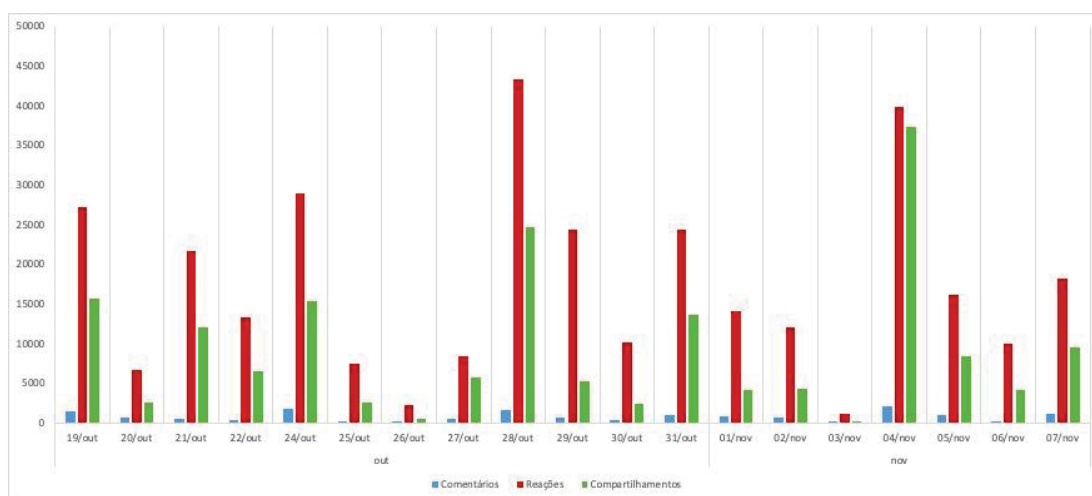
É possível perceber no gráfico que os maiores níveis de engajamento nos vídeos publicados se concentram no início da atuação do MBL nas ocupações. Isso se justifica não só pelo fato de que, dos 70 vídeos coletados, 23 foram publicados entre 19 e 22 de outubro. Também foi nesse período que se concentraram três dos quatro vídeos mais compartilhados da página do MBL. Como vimos, a estratégia do

grupo nessa etapa da mobilização foi associar o movimento aos partidos políticos, principalmente o PT, e a destacar o caráter autoritário do movimento secundarista.

Chama a atenção o fato de que o número de comentários nos vídeos é consideravelmente superior ao das fotos. Em partes, essa diferença pode ser explicada pela alta recorrência de transmissões ao vivo, formato que estimula a interação por meio de comentários. O MBL se valeu das *lives* em suas primeiras visitas ao Colégio Estadual do Paraná, principalmente nos episódios em que disseram ter sido agredidos pelos estudantes.

Com relação ao engajamento das fotos do MBL, os números também são muito superiores aos registrados pelas páginas administradas pelos estudantes. Destacam-se dois dias: 28 de outubro e 4 de novembro, que somaram aproximadamente 40 mil reações cada um.

GRÁFICO 16 – INTERAÇÕES NAS FOTOS DA PÁGINA DO MBL



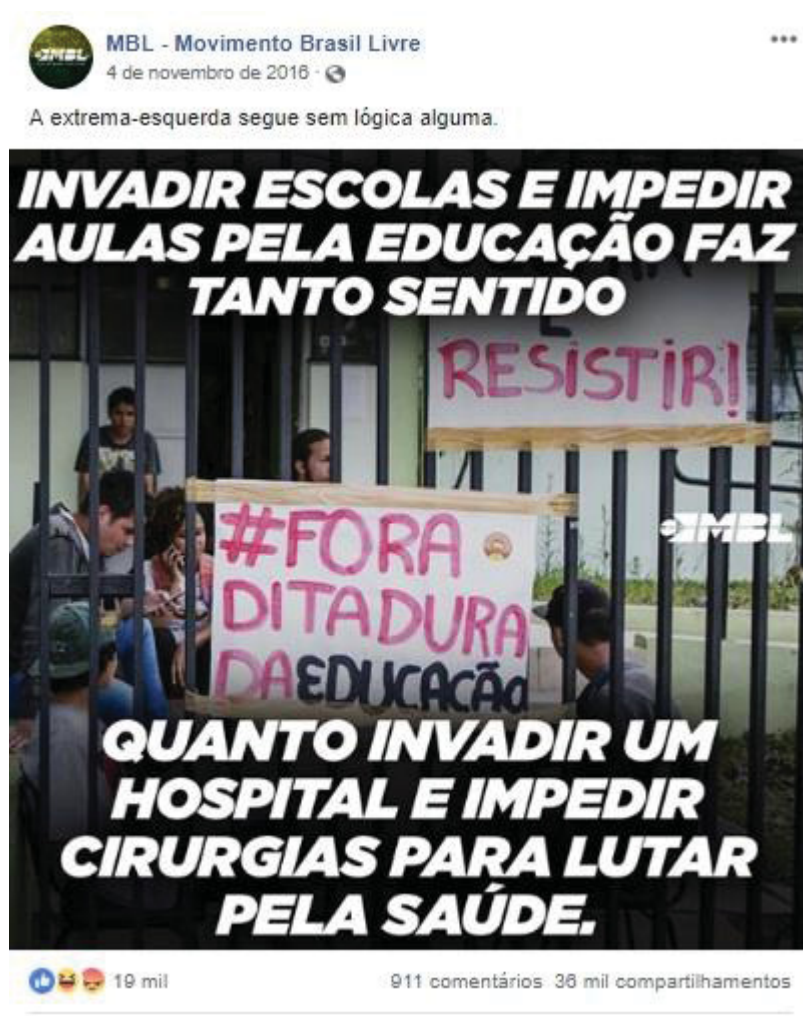
Fonte: Dados do autor

As imagens compartilhadas pelo MBL seguem, em sua maioria, um padrão estético unificado que revela um considerável grau de profissionalização das peças. As letras garrafais, o uso recorrente da palavra “urgente” e o formato de meme são alguns dos recursos utilizados.

A publicação mais compartilhada é do dia 4 de novembro de 2016, fase final da mobilização. Mais de 36 mil perfis ou páginas do Facebook compartilharam a peça sobre supostas contradições em torno das ocupações, associando-as ao que

chamam de “extrema-esquerda”. Não é possível saber se a publicação chegou a ser impulsionada.

FIGURA 41 – FOTO MAIS COMPARTILHADA DA PÁGINA DO MBL



Fonte: Facebook

5.4.12 Análise interpretativa da página do MBL

Com a análise dos dados, comprovou-se que a vantagem do MBL sobre os estudantes em termos de visibilidade é gritante, o que evidencia uma enorme assimetria de alcance. Mesmo que o engajamento não seja o foco de nossa pesquisa, elencamos a rotina profissionalizada, o grande número de seguidores e as estratégias de comunicação do movimento como alguns fatores que contribuíram para o sucesso do grupo na internet.

Como contra-movimento importante nas mobilizações relacionadas à Reforma do Ensino Médio, o ponto que mais chama a atenção na atuação do MBL é que o

projeto não teve visibilidade nas postagens do grupo. Ele é citado protocolarmente, sem que o seu conteúdo seja questionado com argumentos contrários aos dos estudantes. A análise da tabela temática do movimento nos permite ver que os quadros de **partidarismo e autoritarismo** prevaleceram na página do MBL no período. Esse quadro de prognóstico foi identificado em 68% das postagens do grupo no período analisado.

O movimento também aproveitou a morte de um estudante e o cancelamento do Enem para deslegitimar e expor as fragilidades das ocupações. Os dois temas apareceram em 29% das postagens do MBL, seja em fotos, em vídeos ou em transmissões ao vivo. Em relação ao assassinato do estudante, o movimento alegou responsabilidade da APP-Sindicato, dos partidos de esquerda, do conselho tutelar e das entidades representativas dos estudantes. Já o cancelamento do Enem foi utilizado pelo movimento para reforçar a rivalidade “nós” *versus* “eles” entre estudantes que estavam e que não estavam ocupando as escolas.

Até esses episódios, o MBL vinha investindo majoritariamente na amplificação do quadro de **partidarismo e autoritarismo**, mas os incidentes citados anteriormente levaram o movimento a fortalecer os quadros de prognóstico e motivacional em torno da desocupação, defendendo decisões judiciais pela reintegração de posse dos colégios e convocando seus seguidores para manifestações presenciais pelo fim das ocupações. A temática **desocupação** condensa os quadros de prognóstico (conjunto de medidas que devem ser tomada para solucionar o problema) e motivacional (a convocatória propriamente dita) e esteve presente em 36% das postagens do grupo.

A descrição das postagens revela, no entanto, que, na verdade, elas não se referem à temática da Reforma do Ensino Médio, a motivação inicial da mobilização empreendida pelos estudantes. A atuação do MBL no Facebook se baseia em uma estratégia de fazer prevalecer o entendimento de que o suposto partidarismo das ocupações faz delas uma ação ilegítima para, posteriormente, defender a desocupação das unidades. Nesse sentido, é possível identificar que o MBL realiza *frame transformation* parcial em torno das ocupações – e não da Reforma. Isto é, os significados construídos pelo MBL não se referem à motivação das ocupações, que é politicamente esvaziada pelo movimento, mas sim ao repertório de ação coletiva empregado pelos secundaristas. Para o MBL, o conteúdo do projeto educacional colocado para o país é apenas um detalhe.

De certa forma, o movimento obteve êxito ao optar pela prevalência do quadro de diagnóstico centrado nas temáticas **partidos políticos e sindicatos** e **autoritarismo** no início da mobilização e, posteriormente, pelo investimento mais assíduo em um quadro de prognóstico baseado na desocupação. Ainda que não tenha alterado completamente o conteúdo dos quadros gerados pelos estudantes durante o período das ocupações, vimos que a disseminação coordenada dos quadros de diagnóstico e prognóstico por parte do MBL reorientou as abordagens e as temáticas divulgadas pelos estudantes. Por isso, classificamos o alinhamento de quadros realizado pelo MBL como *frame transformation* parcial.

TABELA 5 – ALINHAMENTO E QUADROS PRODUZIDOS PELO MBL

Alinhamento	Quadros produzidos e frequência
<i>Frame transformation</i> parcial	Partidarismo e autoritarismo (diagnóstico - 68%) Desocupação (Prognóstico e motivacional - 36%)

Fonte: Dados do autor

5.5 Análise da disputa de enquadramentos

Com base nas análises anteriores, é possível reunir em uma tabela os quadros identificados e os processos de alinhamento empregados pelos atores políticos durante o confronto em torno da Reforma do Ensino Médio:

TABELA 6 – ENQUADRAMENTOS PRODUZIDOS PELAS PÁGINAS

Página	Alinhamento	Quadros e frequência
MBL	<i>Frame transformation</i> parcial	Partidarismo e autoritarismo (Diagnóstico – 68%) Desocupação (Prognóstico e motivacional – 36%)
OCUPA CEP	<i>Frame amplification</i> e <i>frame bridging</i>	Reforma como retrocesso (Diagnóstico – 6%) Ocupar (Motivacional – 58%)
De Estudante para Estudante	<i>Frame amplification</i> e <i>frame bridging</i>	Reforma como precarização (Diagnóstico – 15%) Ocupar (Motivacional – 22%)
UBES	<i>Frame amplification</i>	Reforma como retrocesso (Diagnóstico – 16%) Ocupar (Motivacional - 45%)
Ocupa Pedro Macedo	<i>Frame amplification</i>	Ocupar (Motivacional – 20%)
Ocupa Lysimaco	<i>Frame bridging</i>	Ocupar (Motivacional – 15%)

Fonte: Dados do autor

Como é possível identificar, os secundaristas realizaram um precário processo de alinhamento de quadros em torno da Reforma do Ensino Médio, tendo se debruçado mais fortemente nos quadros de motivação. O quadro de diagnóstico, responsável por identificar o problema a ser resolvido, não foi empregado a ponto de promover a ampliação do entendimento de outros estudantes sobre o projeto. Esse achado, aliado à recorrência do recurso motivacional em favor das ocupações,

revela que os estudantes priorizaram o uso do Facebook como um recurso mais pragmático. Em grande medida, essa constatação confirma o acúmulo das pesquisas sobre o papel das mídias digitais em movimentos considerados de esquerda: elas acabam cumprindo mais uma função estrutural e de reforço de identidade pré-existente no grupo do que um esforço de comunicação com a sociedade.

Sem reforçar o diagnóstico sobre os pontos considerados negativos na Reforma e fechados em seus quadros de prognóstico favorável à ocupação como estratégia mais eficaz, os estudantes deixaram o caminho livre para o MBL introduzir seus próprios quadros sem muita dificuldade, ou seja, sem um esforço de “derrotar” os enquadramentos do adversário. Não à toa, o MBL optou por ignorar o teor da Reforma do Ensino Médio e priorizar o enquadramento em torno do repertório das ocupações, associando-as a partidos de esquerda e, principalmente, ao PT.

Reconhecemos que a precariedade estrutural e o amadorismo são fatores centrais para explicar esse cenário. Mais preocupados com a manutenção das ocupações – um dos únicos repertórios potencialmente efetivos disponíveis na tentativa de obter poder de barganha e atenção pública –, os secundaristas se depararam tanto com as dificuldades impostas pelo ciclo do confronto como com a esmagadora influência do MBL na disputa pelos significados da ação.

Apesar da brutal diferença nos níveis de engajamento alcançados pelos grupos, essa lacuna deixada pelos estudantes foi vista como oportunidade política pelo MBL, que adentrou o confronto político com a estratégia de deslegitimar um dos repertórios de ação coletiva escolhidos pelos secundaristas, qual seja, a ocupação das escolas. Como não houve um debate profundo sobre o teor da Reforma nem entre os estudantes, o MBL não precisou se debruçar sobre o projeto e teve espaço para impulsionar pautas que lhe são caras, como o antipetismo e a “ideologização” da educação.

Dotado de um grande poder de comunicação e com estratégias de alinhamento de quadros bem definidas para cada estágio da mobilização, o MBL caminhou pelas etapas da do confronto promovendo enquadramentos coerentes entre si, forçando os estudantes a incluírem novas temáticas – como as ligadas à ideologia política e a partidos – e a assumirem uma postura mais reativa perante a sociedade e possíveis adeptos. Por isso, classificamos o alinhamento de quadros empreendido pelo MBL como um *frame transformation* parcial: os quadros em torno

das ocupações não foram completamente transformados, mas passaram por uma nítida reorientação depois da entrada do MBL no confronto. Ao mesmo tempo em que se transformou no protagonista de um sentimento “anti-ocupação”, o MBL pôde aproveitar a visibilidade para, com ajuda do latente antipetismo que abordamos no decorrer da pesquisa, alavancar pautas fundamentais para o projeto de poder do grupo, como a aprovação do Projeto de Lei do Escola Sem Partido.

Seria improdutivo analisar o êxito do MBL em reorientar o debate sobre a Reforma do Ensino Médio sem ressaltar que o repertório de ação do movimento é inteiramente baseado nas mídias sociais. Os gráficos das interações revelam que, nessa disputa, o MBL já saiu na frente, uma vez que a estrutura de mobilização de que dispõe na internet – seja por meios questionáveis ou não – é drasticamente maior que a rede construída pelos estudantes. Desse modo, o MBL se consolida como principal adversário dos secundaristas na disputa pela atenção da sociedade. A visibilidade das postagens do grupo chega à casa dos milhões e, inequivocamente, representa um vetor importante para a disputa em questão. O engajamento conquistado pelo MBL indica tanto a profissionalização do grupo como o protagonismo das mídias digitais nos confrontos políticos contemporâneos, que se dão em um ambiente comunicativo complexo, difuso e altamente personalizado. Enquanto o MBL tem em mãos uma estrutura que impacta a opinião pública em grande escala, os estudantes se limitam à comunicação com os já engajados. Nesse sentido, é possível concluir que a atuação política do MBL se aproxima da lógica da ação conectiva: sem as mídias sociais, ele provavelmente não existiria. A rede de comunicação do MBL se transforma em um verdadeiro substrato de sua ação política, direcionada, nesse caso, para a disputa da opinião pública por meio da exploração de quadros já pulsantes na sociedade, como o antipetismo.

Já a análise das *fanpages* criadas pelos secundaristas confirmou a tendência dos movimentos progressistas à lógica coletivista. No confronto político em torno da Reforma do Ensino Médio, as mídias digitais serviram para auxiliar na manutenção estrutural das ocupações e para reiterar a identidade já pulsante entre os secundaristas mobilizados. Se o MBL se vale da lógica da ação conectiva para mobilizar seus quadros, a atuação dos estudantes se baseia na lógica mais clássica da ação coletiva, centralizada na identidade comum pré-estabelecida. Mesmo com apoio de partidos, entidades e outros movimentos, os secundaristas não

conseguiram disputar de igual para a igual, pelo menos no Facebook, os sentidos que estavam em negociação durante o confronto.

Como salientam Benford e Snow (2000, p. 626) a disputa entre enquadramentos pode afetar os quadros dos movimentos em dois aspectos: colocando os ativistas em uma postura defensiva pelos menos temporariamente ou forçando o desenvolvimento e a elaboração de prognósticos mais claros e de mais fácil absorção. A entrada do MBL no confronto político transformou parcialmente os esforços de comunicação dos secundaristas, mas não houve tempo, habilidade e estrutura suficientes para eles lapidarem seu quadro de diagnóstico, até porque ele era quase inexistente. Nessa disputa, prevaleceu o quadro socialmente difundido do antipetismo, que estava embutido no apelo anti-ocupação protagonizado pelo MBL.

Ainda de acordo com os autores (2000, p. 619-621), os quadros gerados pelos movimentos variam em ressonância e efetividade de acordo com três fatores: a consistência do quadro – ou seja, a articulação coesa entre crenças, demandas e ações –, a credibilidade empírica do quadro, diretamente proporcional ao grau de compatibilidade entre o significado produzido e o mundo real, e, por último, a credibilidade dos ativistas. Pensando com os teóricos, é possível concluir que os secundaristas, pelo menos no confronto em torno da Reforma do Ensino Médio, não cumpriram com os requisitos necessários para a efetividade do enquadramento. Ao ignorarem o importante processo de criação de consenso, eles pecaram na construção da credibilidade empírica do quadro, também abalada por episódios trágicos e impopulares ocorridos durante a mobilização, como a morte do estudante e o adiamento do Enem. Nesse sentido, o MBL, se valendo do sentimento antipetista altamente difundido, precisa dispender um esforço menor para contestar os quadros gerados pelos secundaristas.

Vale resgatar, ainda, o que Tarrow (2009) aponta como virtudes de uma análise da disputa de enquadramento: responder como o “texto” das mensagens produzidas pelos movimentos se relaciona com os conflitos e os interesses dispostos no tabuleiro do confronto. Nesse sentido, o “texto” que o MBL ressalta em seus quadros está profundamente conectado com o processo de desdemocratização pelo qual passa o Brasil. Tal processo é marcado pela primazia irrefreável dos interesses do mercado e pela imposição de uma racionalidade neoliberal que, em grande medida, mostra-se cada vez mais incompatível com a democracia. Os interesses em jogo, no caso da Reforma do Ensino Médio, eram, em primeiro lugar,

criar um cenário favorável à aprovação de um determinado projeto de educação proposto para o país e, em um plano seguinte, ampliar o entendimento de que ambientes escolares estão “contaminados” pela doutrina – um quadro amplamente difundido pelas novas direitas e que, em 2019, acabou se transformando em norteador das políticas públicas do Ministério da Educação com a eleição de Jair Bolsonaro. As ocupações estudantis do Paraná serviam, para a nova direita brasileira, como uma oportunidade política para alavancar suas pautas e projetos.

Concluimos que o *frame transformation* parcial operado pelo MBL no confronto político em torno da Reforma do Ensino Médio funcionou como um dispositivo esvaziador do debate político sobre o teor do projeto. O que estava em jogo não era a reflexão sobre o que era ou não era melhor para a educação dos jovens brasileiros. Se esse debate já era frágil entre os estudantes, ele praticamente desapareceu com a entrada do MBL, que contribuiu para a simplificação do conflito entre “defensores” e “contrários” às ocupações. Nesse ponto, pelo menos nas redes sociais, o MBL saiu ganhando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar uma pesquisa sobre o papel das mídias digitais nos confrontos políticos contemporâneos é uma tarefa marcada por intempéries e desafios. Em tempos de recuo democrático, polarização política e ascensão do autoritarismo, o desafio é ainda maior. Trata-se do esforço de identificar e analisar as características das dinâmicas da disputa pela opinião pública em uma sociedade hiperconectada e repleta de tensões sociais. Mensurar em que medida as mídias sociais – e a lógica à qual elas conduzem ou possibilitam – impactam as democracias é uma tarefa urgente e, com esse trabalho, nosso objetivo foi avançar nessa compreensão.

A partir da análise da disputa de enquadramentos realizada entre o movimento secundarista e o Movimento Brasil Livre (MBL) em torno da Reforma do Ensino Médio no Facebook, torna-se possível fazer algumas considerações mais precisas sobre os padrões de ativismo digital nos confrontos políticos contemporâneos. Isso só foi viável porque optamos, um ano após o início do curso de mestrado, por incluir a análise do MBL no projeto de pesquisa. Antes, a ideia era compreender somente o processo de enquadramento empreendido pelos estudantes secundaristas do Paraná, mas, durante as pesquisas exploratórias, o próprio objeto empírico nos mostrou novas possibilidades científicas. Elas nos pareceram especialmente promissoras porque, em uma sociedade em estado de hiperconexão que dilui as fronteiras entre on-line e off-line, politicamente polarizada e permeada por padrões de sociabilidade cada vez mais influenciados pela comunicação digital, especialmente pelas *timelines*, o estudo sobre como se dá o confronto político entre grupos nessas arenas nos pareceu tão desafiador quanto enriquecedor para o campo da Comunicação.

Com base na Teoria da Mobilização Política, identificamos que os estudantes secundaristas do Paraná se depararam com uma restrição política – o fechamento institucional do Governo Federal no debate sobre a Reforma do Ensino Médio – e uma oportunidade política – a cisão entre as elites provocada pela crise política em torno do golpe contra a ex-presidente Dilma Rousseff. Inspirados pelo histórico de mobilização dos setores ligados à educação no estado e pelo repertório de ação coletiva utilizado pelos secundaristas de São Paulo, os estudantes paranaenses iniciaram uma onda de ocupações das escolas como forma de angariar poder de barganha. O MBL, por sua vez, age politicamente como uma ferramenta de

subjetivação neoliberal em um país em desdemocratização e se insere como o principal adversário dos estudantes no confronto político, valendo-se principalmente de uma densa rede de comunicação altamente profissionalizada e inflando o sentimento anti-petista já pulsante na sociedade.

Com relação à disputa de enquadramentos, identificamos que os estudantes secundaristas utilizaram o Facebook como uma ferramenta voltada para a manutenção estrutural das ocupações e para a comunicação com os já convertidos. Em termos de enquadramentos, não foi possível identificar um processo coeso de criação de consenso em torno da ação, o que, em alguma medida, maculou a credibilidade dos quadros gerados pelo movimento e deixou o caminho aberto para o MBL inserir suas pautas políticas, precisamente o anti-petismo e a crítica à “ideologização” da educação. Não significa dizer, no entanto, que o MBL só obteve êxito em suas estratégias de enquadramento porque a geração de quadros foi precária entre os estudantes, afinal, a superioridade estrutural e comunicativa do MBL foi um fator decisivo para o futuro da ação. Em outras palavras, mesmo que os secundaristas tivessem empreendido um processo de enquadramento impecável, a magnitude da ação conectiva do MBL poderia ter suprimido os efeitos da criação de consenso entre os secundaristas.

Essa ponderação, no entanto, não minimiza a relevância da pesquisa em ter mapeado e sublinhado a disparidade comunicativa entre os grupos no confronto em questão. Depois da análise das páginas e do processo de enquadramento, é possível identificar que os grupos empreenderam padrões de estratégias comunicativas diferentes e que, em certa medida, nos dão subsídios para fazer conclusões mais precisas sobre as dinâmicas dos confrontos políticos contemporâneos.

A pesquisa nos permitiu identificar, sobretudo, que os movimentos de esquerda, representados aqui pelos estudantes secundaristas, seguem adeptos de uma lógica coletivista de ação, marcada principalmente pelo reforço de uma identidade coletiva pré-existente, enquanto a nova direita, representada pelo MBL, atua fortemente baseada na lógica da ação conectiva, ou seja, reforça o personalismo e tem a comunicação digital como pilar organizacional da ação política. Enquanto o maior poder de barganha dos secundaristas era a ocupação de prédios públicos, o MBL disputou os quadros da ação por meio de uma rede de comunicação digital densa e profissionalizada. No processo de enquadramento

propriamente dito, o forte apelo anti-petista impulsionou a ação do MBL, que optou por ignorar o teor da Reforma do Ensino Médio e atribuir novos significados à ação, como a “ideologização” da educação, reorientando o debate sobre o projeto em, em termos mais amplos, sobre a educação brasileira.

Entendemos, a partir disso, que esta pesquisa abre possibilidades para outros estudos do campo da Comunicação que se atenham às dinâmicas dos confrontos políticos contemporâneos. Ainda que a atuação do MBL baseada na lógica da ação conectiva tenha se mostrado mais eficaz no conflito em torno da Reforma do Ensino Médio, as conclusões sobre a sua eficácia política em outros contextos ainda estão em aberto, uma preocupação presente inclusive nas pesquisas de Bennett e Segerberg (2012). Se, por um lado, o apelo ao personalismo se apresenta como uma estratégia promissora em um ecossistema comunicativo em que as *timelines* têm centralidade, a falta de institucionalização e hierarquia pode, em outros cenários, criar percalços à ação dos movimentos.

A compatibilidade entre a atuação do MBL e a lógica da ação conectiva suscita, ainda, outros questionamentos que podem ser abordados em pesquisas futuras: é a nova direita que domina com mais eficácia a lógica da ação conectiva ou é a própria lógica que favorece os fundamentos da direita em detrimento da visão coletivista da esquerda? Em que medida a dinâmica das mídias sociais impulsiona o personalismo e o individualismo – princípios caros do neoliberalismo – e em que medida é a nova direita que consegue emplacar com maior efetividade seus quadros interpretativos nesses ambientes digitais? Ainda, em que medida a desigualdade comunicativa entre esquerda e direita nas mídias sociais não é mais um capítulo de uma disparidade comunicativa histórica, marcada pela resistência à incorporação de narrativas de contestação do *status quo*?

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo. **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: Análises Conjunturais**. Campinas: Unicamp, 2018.
- ARAÚJO, R. de P. A.; PENTEADO, C. L. C.; SANTOS, M. B. P. dos. **Movimentos Políticos pelo impeachment de Dilma Rousseff e suas organizações na Internet**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40, Caxambu. Anais... Caxambu, 2016.
- BENNETT, L.; SEGERBERG, A. The logic of connective action – digital media and the personalization of contentious politics. **Information, communication and society**, v. 15, n. 5, p. 739-768, 2012
- BIMBER, B., FLANAGIN, A. & STOHL, C. **Collective Action in Organizations: Interaction and Engagement and Engagement in an Era of Technological Change**, Cambridge University Press, New York, 2012.
- BURITY, Joanildo. **A onda conservadora na política traz o fundamentalismo ao poder?** In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo. **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: Análises Conjunturais**. Campinas: Unicamp, 2018.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2013
- Chaia, V. L. M. & Brugnago, F. (2014). **A nova polarização política nas eleições de 2014**. Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política, 7(21), 99-129.
- ENTMAN, R. **Framing: toward a clarification of a fractured paradigm**. Journal of Communication, v.43, n.4, 1993
- Entman, R.M., Matthes, J. & Pellicana, L. (2008). **Nature, sources, and effect of news framing**. In K.W. Jorgensen & T. Hanitzsch (Eds), *The handbook of journalism* (pp.175–190). New York, NY: Routledge.
- Gamson WA. 1992. **The social psychology of collective action**. See Morris & Mueller, p. 53–76
- GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience**. Boston: Northeastern University Press, 1974.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.
- GOMES, W; MAIA, R.C.M. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.
- GOMES, Wilson. **“Nós somos a rede social!” O protesto político entre as ruas e as redes**. In: FABRINO, Ricardo; PEREIRA, Marcus Abílio; FILGUEIRAS, Fernando. **Democracia Digital: Publicidade, instituições e confronto político**. Belo Horizonte: Ufmg, 2016.

LAVAL, Pierre; DARDOT, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Trad. Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

MAIA, Rousiley. **Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 2, p. 303-340, jul.-dez. 2009.

MARICHAL, Jose. **Political Facebook groups: Micro-activism and the digital front stage**. In: First Monday Peer-Reviewed Journal on the Internet, vol. 18, nº 12, 2 de dezembro de 2013

McADAM, Doug. The framing function of movement tactics: Strategic dramaturgy in the American civil rights movement In:McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Meyer N. (orgs). **Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Meyer N. (orgs). **Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Para mapear o confronto político**. Lua Nova, n.76, pp. 11-48, 2009.

MCCARTHY, J.D. & ZALD, M.N. **Resource mobilization and social movements: a partial theory**, *American Journal of Sociology*, vol. 86, nº 16, 1977.

MCCARTHY, J.D. & ZALD, M.N. **The Trend of Social Movements in America: Professionalization and Resource Mobilization**. Morristown, General Learning Press, 1973.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil**, n. 66, p. 130-159, abr. 2017

OLSON, Mancur. **The Logic of Collective Action**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press. 1965

PRUDENCIO, Kelly. CARBORNAR, Camila. **Abolição já ou depois? Disputas de enquadramento na luta por reconhecimento dos direitos dos animais no Brasil**. In: VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA), Rio de Janeiro-RJ, 22 a 24 de abril de 2015.

PRUDENCIO, Kelly. **Micromobilizações, alinhamento de quadros e comunicação política**. In: Revista Compolítica, n. 4, vol. 2, ed. ago-dez, 2014

PRUDENCIO, Kelly; KLEINA, N. C. M. (2017). **Não vai ter Copa: enquadramentos da mobilização no Facebook**. Contemporanea (UFBA. online) v. 15, p. 417-445

PRUDÊNCIO, K; SILVA, J. G. **A comunicação política das micromobilizações da internet a partir da observação do Hip Hop em Curitiba**. E-COMPÓS, VOL. 18, No 2 (2015)

SANTOS JUNIOR, Marcelo Alves dos. **VAI PRA CUBA!! Rede Antipetista nas eleições de 2014**. 2016. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

SNOW, David A.; ROCHFORD, E. Burke; WORDEN, Steven K.; BENFORD, Robert D.. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. **American Sociological Review**, v.51, n. 4, 1986, p. 464-481.

SNOW, David A; BENFORD, Robert D. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review of Sociology**, Vol. 26, 2000, pp. 611- 639.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**. Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TATAGIBA , Luciana. Os protestos e a crise brasileira: um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo. **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: Análises Conjunturais**. Campinas: Unicamp, 2018.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella & TRINDADE, Tiago. (2012), **Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo**. Revista Opinião Pública, 18 (2): 399-426

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago & TEIXEIRA, Ana Claudia C. **Protestos à direita no Brasil**. In: CRUZ, S. V, KAYSEL, A, CODAS, G (ORG.) *Direita Volver*: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2015.

VIMIEIRO, Ana Carolina; DANTAS, Marcela. **Entre o explícito e o implícito: proposta para a análise de enquadramentos da mídia**. In:Revista Lumina, Vol.3, nº2, 2009.

ZALD, Mayer N. **Culture, ideology, and strategic framing**. In:McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Meyer N. (orgs). Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural 165 framings. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.